



Avaliação da Estratégia de Desenvolvimento do GAL ADRAMA em 2019

Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira 2014-2020

Relatório Final

31 de Março de 2019

Cofinanciado por:



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA
Secretaria Regional de Agricultura e Pescas



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais

Autoria

AGRO.GES, Sociedade de Estudos e Projectos, Lda

Fevereiro de 2019

Coordenação

Pedro Serrano

Equipa Técnica

Francisco Campello

Vera Martins

Controlo de Qualidade

Francisco Gomes da Silva

Índice Geral

1.	Identificação da Área de Intervenção da EDL	7
1.1	Localização	7
1.2	Composição da Parceria	8
2.	Introdução	11
2.1	Identificação do Objectivo da Avaliação e da sua Relevância	11
2.2	Explicitação Breve da Metodologia	12
3.	Contexto da Implementação da EDL	17
3.1	Informação Contextual sobre a Evolução do Território	17
3.2	Coerência e Pertinência da Estratégia	32
4.	Dispositivos de Gestão, Acompanhamento e Controlo da Estratégia	39
5.	Avaliação dos Resultados da Implementação da EDL.....	52
5.1	Identificação dos Indicadores Financeiros e Físicos	52
5.2	Contributos das Operações Apoiadas	57
	Questão de Avaliação n.º 1	57
	Questão de Avaliação n.º 2	60
	Questão de Avaliação n.º 3	63
	Questão de Avaliação n.º 4	66
	Questão de Avaliação n.º 5	68
	Questão de Avaliação n.º 6	72
	Questão de Avaliação n.º 7	74
	Questão de Avaliação n.º 8	76
	Questão de Avaliação n.º 9	79
	Questão de Avaliação n.º 10	82
	Questão de Avaliação n.º 11	83
5.3	Mecanismo de Execução da Estratégia	84
	Questão de Avaliação n.º 12	84
	Questão de Avaliação n.º 13	89
5.4	Implementação da Abordagem LEADER e o seu Valor Acrescentado	91
	Questão de Avaliação n.º 14	92
6.	Avaliação dos Contributos da EDL para a Medida LEADER/DLBC.....	102
6.1	Contributos da EDL para as Prioridades de Desenvolvimento Rural no PRODERAM 2020	102
	Questão de Avaliação n.º 15	102
7.	Conclusões e Recomendações.....	106
7.1	Análise dos Factores de Sucesso e Insucesso da EDL	106
7.2	Recomendações e Propostas de Adaptação da EDL	109

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Concelhos e Freguesias abrangidos pela EDL do GAL ADRAMA	7
Tabela 2 – Composição da Parceria	9
Tabela 3 – Entrevistas realizadas pela equipa de avaliação	15
Tabela 4 – Indicadores de Ambiente por Município 2010, 2011 e 2017	18
Tabela 5 – Indicadores de Ambiente por Município 2010, 2011 e 2017	18
Tabela 6 – Principais Indicadores da População Residente na ZI – 2001, 2011 e 2017	19
Tabela 7 – Índice de Envelhecimento 2011 e 2017	19
Tabela 8 – N.º de Estabelecimentos/N.º de Alunos Matriculados 2010-2011.....	20
Tabela 9 – N.º de Estabelecimentos/N.º de Alunos Matriculados 2016-2017.....	20
Tabela 10 – N.º de Estabelecimentos/N.º de Alunos Matriculados 2010-2011/2016-2017.....	21
Tabela 11 – Indicadores da actividade cultural e desportiva - 2011-2017.....	21
Tabela 12 – Indicadores relativos ao sector da saúde - 2011-2017	22
Tabela 13 - Taxa de Mortalidade Infantil/Taxa de Mortalidade NeoNatal - 2007-2011/2012-2016	23
Tabela 14 – Trabalhadores por conta de outrem por género – 2009-2016.....	23
Tabela 15 – Trabalhadores por conta de outrem por sector de actividade – 2009-2016.....	24
Tabela 16 – Ganho médio mensal (HM, H, M) – 2009-2016	24
Tabela 17– Ganho médio mensal por sector de actividade – 2009-2016.....	25
Tabela 18 – N.º Empresas, Pessoal, N.º de Pessoas/Empresa, Volume de Negócios e VAB – 2010 - 2016	25
Tabela 19 – SAU e Número de Explorações (1986, 1989, 1999, 2009, 2013 e 2016)	26
Tabela 20 – Evolução das características da população agrícola familiar (2009/2016)	26
Tabela 21 – Evolução das características do produtor agrícola familiar (2009/2016)	27
Tabela 22– Indicadores económicos – Contas Económicas da Agricultura (2011/2017).....	27
Tabela 23 – Estabelecimentos, Capacidade de Alojamento, Dormidas e N.º de Hóspedes (2011 e 2017)	28
Tabela 24 – Principais Indicadores do Turismo em Espaço Rural (2001, 2012 e 2017)	29
Tabela 25 – Poder de compra per capita (2000, 2011 e 2015)	29
Tabela 26 – Contas Regionais (2011 e 2017).....	30
Tabela 27 – Acessos Telefónicos por 100 Habitantes (2011 e 2017)	30
Tabela 28 – Caixas Automáticas por Multibanco (2001, 2011 e 2017)	31
Tabela 29 – Reapreciação da análise SWOT do território de intervenção	32
Tabela 30 – Análise da contribuição dos objectivos específicos da EDL para as suas necessidades	34
Tabela 31 – Análise da contribuição dos apoios da EDL para os seus objectivos específicos	35
Tabela 32 – Despesa pública programa por tipologia de apoio – 19.2	36
Tabela 33 – Etapas de gestão de uma operação apoiada	39
Tabela 34 – Prazos médios de decisão e pagamento.....	42
Tabela 35 – Desempenho das funções da Parceria	46
Tabela 36 – Desempenho das funções do Órgão de Gestão.....	47
Tabela 37 – Desempenho das funções da Estrutura Técnica.....	48
Tabela 38 – Avisos abertos pela ADRAMA até final de 2018	52
Tabela 39 – Candidaturas Recebidas até 31/12/2018	52
Tabela 40 - Operações Aprovadas até 31/12/2018	53
Tabela 41 - Operações com Execução até 31/12/2018.....	53
Tabela 42 - Operações Concluídas até 31/12/2018	53
Tabela 43 – Grau de alcance das metas na submedida 19.2.1	55

Tabela 44 – Grau de alcance das metas na submedida 19.2.2	55
Tabela 45 – Grau de alcance das metas na submedida 19.2.3	55
Tabela 46 – Grau de alcance das metas na submedida 19.2.4	56
Tabela 47 – Nível de compromisso e execução da submedida 19.2	56
Tabela 48 - Nível de adesão à tipologia 19.2.1.3 – QA1	57
Tabela 49 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado - QA1.....	57
Tabela 50 – Quantificação dos indicadores – QA1	58
Tabela 51 – Conclusões e recomendações – QA1	60
Tabela 52 - Nível de adesão à tipologia 19.2.1.2 – QA2	60
Tabela 53 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA2	60
Tabela 54 – Quantificação dos indicadores – QA2	61
Tabela 55 – Conclusões e recomendações – QA2	63
Tabela 56 - Nível de adesão à tipologia 19.2.1.1 – QA3	63
Tabela 57 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA3	63
Tabela 58 – Quantificação dos indicadores – QA3	64
Tabela 59 – Conclusões e recomendações – QA3	65
Tabela 60 - Nível de adesão à tipologia 19.2.1 – QA4	66
Tabela 61 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA4	66
Tabela 62 – Quantificação dos indicadores – QA4	66
Tabela 63 – Conclusões e recomendações – QA4	68
Tabela 64 - Nível de adesão à tipologia 19.2.2.1 – QA5	68
Tabela 65 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA5	68
Tabela 66 – Quantificação dos indicadores – QA5	69
Tabela 67 – Conclusões e recomendações – QA5	71
Tabela 68 - Nível de adesão à tipologia 19.2.2.2 (parcial) – QA6	72
Tabela 69 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA6	72
Tabela 70 – Quantificação dos indicadores – QA6	73
Tabela 71 - Nível de adesão à tipologia TIC – QA7	74
Tabela 72 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA7	74
Tabela 73 – Quantificação dos indicadores – QA7	74
Tabela 74 – Conclusões e recomendações – QA7	76
Tabela 75 - Nível de adesão à tipologia 19.2.2.2 (parcial) – QA8	76
Tabela 76 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA8	76
Tabela 77 – Quantificação dos indicadores – QA8	77
Tabela 78 – Conclusões e recomendações – QA8	79
Tabela 79 - Nível de adesão à tipologia 19.2.2.2 (parcial) – QA9	79
Tabela 80 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA9	79
Tabela 81 – Quantificação dos indicadores – QA9	80
Tabela 82 – Conclusões e recomendações – QA9	82
Tabela 83 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA10	82
Tabela 84 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA11	83
Tabela 85 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA12	85
Tabela 86 – Quantificação dos indicadores – QA12	85
Tabela 87 – Indicadores qualitativos – QA12	86

Tabela 88 – Conclusões e recomendações – QA12	88
Tabela 89 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA13	89
Tabela 90 – Quantificação dos indicadores – QA13	89
Tabela 91 – Indicadores qualitativos – QA13	90
Tabela 92 – Conclusões e recomendações – QA13	91
Tabela 93 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA14	92
Tabela 94 – Quantificação dos indicadores – QA14	94
Tabela 95 – Indicadores qualitativos – QA14	94
Tabela 96 – Cumprimento das sete características da abordagem LEADER	97
Tabela 97 – Respostas a questões sobre o valor acrescentado da abordagem LEADER	97
Tabela 98 – Resultados do questionário aos membros do Conselho de Parceiros	99
Tabela 99 – Cumprimento dos critérios de apreciação – QA14	100
Tabela 100 – Conclusões e recomendações – QA14	100
Tabela 101 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA15	102
Tabela 102 – Quantificação dos indicadores – QA15	103
Tabela 103 – Conclusões e recomendações – QA15	105

Índice de Figuras

Figura 1 – Zona de Intervenção da ADRAMA	7
Figura 2 – Tipologia e localização dos Parceiros	9
Figura 3 – Quadro lógico de avaliação	13
Figura 4 – Contributo dos objectivos específicos para os objectivos estratégicos da EDL	36
Figura 5 – Contributo dos objectivos específicos da EDL para as Prioridades do desenvolvimento rural	37
Figura 6 – Contributo dos objectivos específicos da EDL para as necessidades do PRODERAM 2020	38
Figura 7 - Distribuição geográfica da implementação da EDL	54

1. Identificação da Área de Intervenção da EDL

1.1 Localização

A totalidade do território da Região Autónoma da Madeira (RAM) é classificado, para efeitos de nomenclatura estatística, como NUTS II e NUTS III.

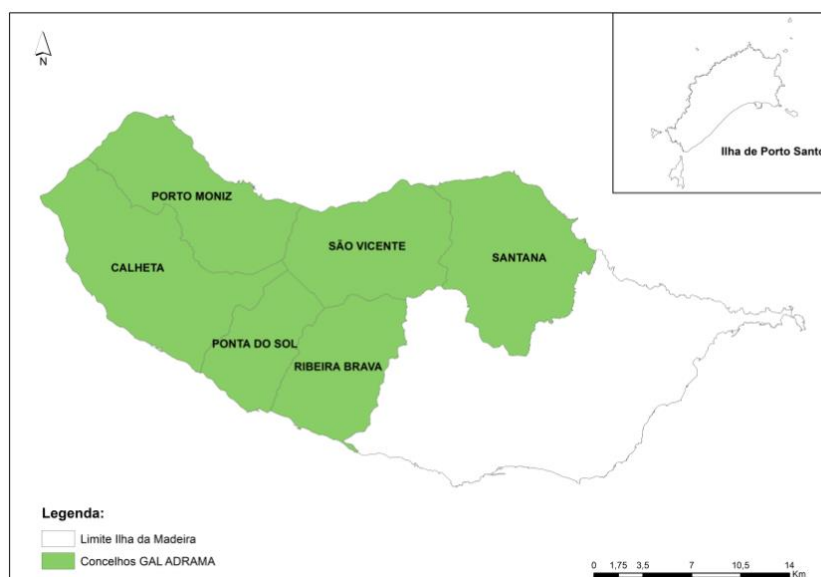
O GAL ADRAMA tem, no âmbito do PRODERAM 2020 no período de programação 2014-2020, a responsabilidade pela implementação da abordagem LEADER numa parte significativa do território da RAM, constituída pela totalidade do território abrangido pelos seguintes 6 concelhos e respectivas freguesias:

Tabela 1 – Concelhos e Freguesias abrangidos pela EDL do GAL ADRAMA

Concelho	Freguesias	Concelho	Freguesias
Calheta	Arco da Calheta	Ponta do Sol	Canhas
	Calheta		Madalena do Mar
	Estreito da Calheta		Ponta do Sol
	Fajã da Ovelha	Porto Moniz	Achadas da Cruz
	Jardim do Mar		Porto Moniz
	Paul do Mar		Ribeira da Janela
	Ponta do Pargo	Ribeira Brava	Seixal
Santana	Prazeres		Campanário
	Arco de São Jorge		Ribeira Brava
	Faial	São Vicente	Serra de Água
	Ilha		Tabua
	Santana		Boaventura
	São Jorge		Ponta Delgada
	São Roque do Faial		São Vicente

Este conjunto de concelhos abrange uma área total de 480,4 km², correspondente a 60% da superfície total dos concelhos da RAM.

Figura 1 – Zona de Intervenção da ADRAMA



1.2 Composição da Parceria

O documento programático da Estratégia de Desenvolvimento Local da ADRAMA para o período 2014-2020 identifica com detalhe a composição da parceria, que cumpre o disposto na alínea b) do n.º 2 do art.º 32º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. Esta parceria é composta pelos seguintes 23 membros do Conselho de Parceiros, signatários do Acordo de Parceria Territorial:

- ADRAMA - Associação para o Desenvolvimento da R.A.M.
- AAM - Associação de Agricultores da Madeira
- ACIF-CCIM - Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comércio da Madeira
- ACINM - Associação Comercial e Industrial do Norte
- ADENORMA - Associação de Desenvolvimento da Costa Norte da Madeira
- Associação de Solidariedade Social - Crescer sem Risco
- AFERAM - Associação de Folclore e Etnografia da RAM
- AJAMPS - Associação de Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo
- APIMADEIRA - Cooperativa de Apicultores da RAM, CRL.
- Rota da Cal - Associação de Investigação e Divulgação de fornos de Cal
- Centro Social e Paroquial do Bom Jesus
- DRADR - Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- DRT - Direção Regional do Turismo
- Madeira Rural - Associação de Turismo em Espaço Rural da RAM
- PNM - Parque Natural da Madeira
- Santa Casa da Misericórdia da Calheta
- UMA - Universidade da Madeira, núcleo ISOplexis/Germobanco
- Município da Calheta
- Município da Ponta do Sol
- Município do Porto Moniz
- Município da Ribeira Brava
- Município de Santana
- Município de São Vicente

O quadro seguinte detalha as principais características de cada um dos Parceiros, permitindo uma análise da composição da Parceria:

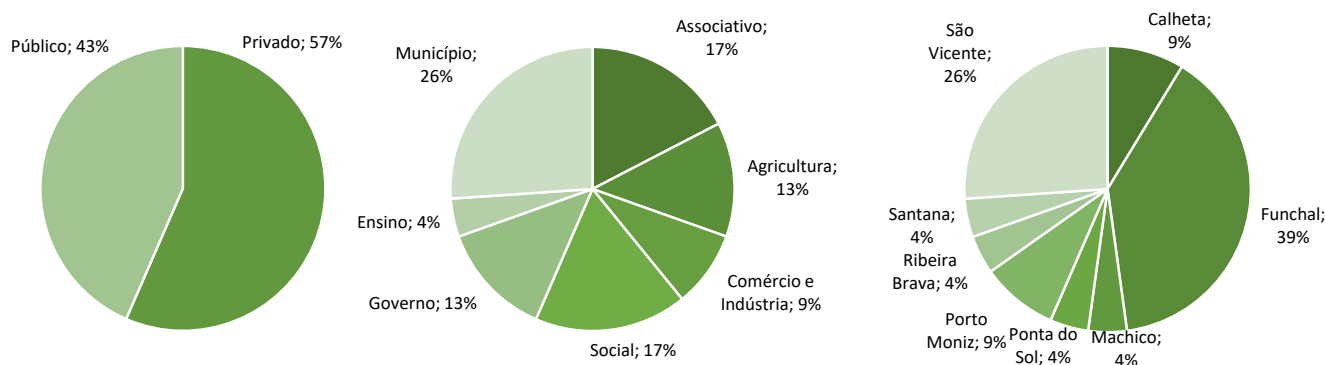
Tabela 2 – Composição da Parceria

NOME	TIPOLOGIA	SECTOR	Localização
ADRAMA	Associação de Casas do Povo	Privado	Associativo
AAM	Associação de Agricultores	Privado	Agricultura
ACIF-CCIM	Associação de Comércio e Indústria	Privado	Comércio e Indústria
ACINM	Associação de Comércio e Indústria	Privado	Comércio e Indústria
ADENORMA	IPSS	Privado	Social
Crescer sem Risco	IPSS	Privado	Social
AFERAM	Associação de Folclore	Privado	Associativo
AJAMPS	Associação de Jovens Agricultores	Privado	Agricultura
APIMADEIRA	Cooperativa de Apicultores	Privado	Agricultura
Rota da Cal	Associação de Investigação	Privado	Associativo
Centro Social e Paroquial do Bom Jesus	IPSS	Privado	Social
DRADR	Direção Regional	Público	Governo
DRT	Direção Regional	Público	Governo
Madeira Rural	Associação de Turismo em Espaço Rural	Privado	Associativo
PNM	Instituição Pública	Público	Governo
SCM Calheta	IPSS	Privado	Social
UMA - ISOplexis	Instituição pública de ensino	Público	Ensino
CM Calheta	Município	Público	Município
CM Ponta do Sol	Município	Público	Município
CM Porto Moniz	Município	Público	Município
CM Ribeira Brava	Município	Público	Município
CM Santana	Município	Público	Município
CM São Vicente	Município	Público	Município

Deste conjunto de 23 parceiros, 13 são de carácter privado e 10 de carácter público. No primeiro grupo incluem-se essencialmente associações sectoriais representantes das actividades económicas (agricultura, comércio e indústria, turismo) e instituições de solidariedade social. As entidades de carácter público são fundamentalmente municípios e entidades governamentais.

Relativamente à sua localização, a maioria dos Parceiros tem a sua sede nos concelhos do Funchal e São Vicente (65%). Com excepção de duas entidades, nos restantes concelhos apenas se localizam os respectivos municípios. Refira-se que, para além das entidades localizadas no Funchal, há uma outra entidade localizada fora da área de intervenção da ADRAMA (Machico).

Figura 2 – Tipologia e localização dos Parceiros



Fonte: EDL ADRAMA

Esta aparente concentração geográfica esconde o facto de que várias das entidades tem uma grande dispersão no território. A própria ADRAMA, enquanto associação de desenvolvimento local (ADL), representa 17 das 18 Casas do Povo existentes nas 28 freguesias da zona de intervenção, situada em todos os seus 6 concelhos.

2. Introdução

2.1 Identificação do Objectivo da Avaliação e da sua Relevância

A avaliação de políticas e programas públicos tem como principais objectivos permitir um acompanhamento e monitorização, por entidades independentes, da execução e implementação das políticas e programas, medidas através das suas realizações e resultados, contribuindo para a melhoria da sua qualidade e da adequação à realidade a que se dirige.

O exercício de avaliação dos Programa de Desenvolvimento Rural a realizar em 2019 é enquadrado pela regulamentação que rege a implementação destes programas, nomeadamente:

- O n.º 3 do art.º 56 do Reg. (UE) n.º 1303/2013;
- Os artigos 67 a 75 do Reg (UE) n.º 1305/2013;
- O artigo 14 e, entre outros, o anexo V do Reg. (UE) n.º 808/2014.

A avaliação da abordagem LEADER é enquadrada pelo disposto na alínea f) do n.º 1 do art. 33º e na alínea g) do n.º 3 do art. 34º do Reg. (UE) n.º 1303/2013.

Neste quadro legislativo, entendeu a ADRAMA - Associação para o Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira - conduzir durante o ano de 2019 uma avaliação externa independente da implementação da sua Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) para o período 2014-2020, reportada ao período que decorreu desde o início da sua implementação até 31 de Dezembro de 2018.

Esta avaliação deverá contribuir para o exercício de avaliação de 2019 do PRODERAM 2020.

No presente exercício de avaliação, a equipa de avaliação procurará analisar a implementação da EDL da ADRAMA sob diversas perspectivas:

- A forma como foi concebida e a sua adequação às necessidades do território de intervenção;
- A forma como tem sido implementada, nomeadamente os seus mecanismos de gestão e controlo e o conjunto de recursos a ela afectos;
- As realizações e resultados decorrentes do conjunto de operações apoiadas (em execução ou concluídas);
- A mais-valia desta abordagem e a sua contribuição para os objectivos do PRODERAM 2020.

Pretende-se com este conjunto de análises obter conclusões e produzir recomendações de avaliação que contribuam para a melhoria da implementação da EDL e para a obtenção de resultados e impactos robustos, que tragam desenvolvimento ao território e permitam atingir as metas físicas e financeiras traçadas.

2.2 Explicitação Breve da Metodologia

Para o exercício de avaliação de 2019 serão seguidas cinco fases de avaliação, que corresponderão a etapas metodológicas do trabalho:

1ª etapa – A Preparação da Avaliação

Esta etapa centrar-se na preparação da avaliação e no aprofundamento metodológico da abordagem proposta. Tem como objectivo definir os elementos de avaliação (questões de avaliação, critérios de análise, indicadores), aferir a consistência da EDL, nomeadamente a consistência entre os objectivos de política, as questões de avaliação e os indicadores e a consistência da hierarquia de objectivos. Esta etapa incluirá essencialmente três fases distintas que importa explicitar.

Em primeiro lugar, uma reanálise do quadro lógico de intervenção da EDL (capítulo 3 deste relatório).

A equipa de avaliação revisitou o quadro lógico proposto no documento da EDL, partindo de uma reanálise da análise SWOT do território com base nos dados mais recentes relativos à situação de contexto e no seu cruzamento com os objectivos e prioridades definidos, procurando aferir de que forma estes se mantêm válidos, são coerentes com os objectivos da PAC e da política de desenvolvimento rural, do Portugal 2020 e do PRODERAM 2020 e se dirigem às principais necessidades identificadas na situação de contexto. Esta análise terá em conta a alocação financeira a cada submedida/operação/suboperação da EDL e a sua adequação face às necessidades que pretende colmatar.

Esta fase assentou em desk-work por parte da equipa de avaliação, bem como no conjunto de indicadores de contexto da EDL e estimados pela equipa de avaliação, e nos resultados da consulta aos principais stakeholders do território.

Em segundo lugar, uma análise prévia dos elementos de avaliação existentes e necessários ao processo de avaliação. Esta análise permitiu identificar quais as disponibilidades de informação existente e qual o conteúdo detalhado desta, nomeadamente no que se refere a:

- Bases de dados de candidaturas apresentadas e aprovadas por medida e nível de detalhe da informação física e financeira por projecto;
- Bases de dados de pagamentos por projecto;
- Nível de recolha e construção dos indicadores de contexto, de realizações e de resultados.

Esta fase incluiu ainda a definição do sistema de recolha de informação primária e secundária. A informação primária será essencialmente de dois tipos:

- Informação de carácter documental, sendo compilados todos os documentos de referência necessários à avaliação, como seja o conjunto de legislação comunitária, nacional e regional que enquadra e regulamenta a implementação do Programa e das suas medidas, nomeadamente:
 - A EDL e outros documentos relativos à estruturação e funcionamento do GAL ADRAMA;
 - Documentos PRODERAM 2020 - versões do Programa e suas avaliações, legislação, brochuras;
 - Documentos Portugal 2020 – Acordo de Parceria e legislação;
 - Documentos e *Guidelines* da Comissão Europeia e da *European Network for Rural Development*;
 - Outros documentos, estudos e avaliações de referência regional e nacional com ligação à implementação do Programa.
- Informação recolhida junto dos principais stakeholders do território de intervenção.

A informação secundária, nomeadamente de carácter estatístico, foi identificada de acordo com as necessidades de resposta a cada um dos capítulos e Questões de Avaliação deste relatório.

Em terceiro lugar, e tendo em conta as duas fases anteriores, foi definido o quadro lógico da avaliação, nomeadamente as questões de avaliação às quais dar resposta e os respectivos critérios de apreciação e indicadores de realização e resultado (ver documento “Avaliacao_2019_EDL_ADRAMA-Metodologia” de 28 de Janeiro de 2019):

Figura 3 – Quadro lógico de avaliação



Fonte: Apresentação – Avaliação EDL WS 2; Magda Porta, 2018.

Foram definidas questões de avaliação que permitem avaliar:

- Os objectivos específicos da EDL;
- Os mecanismos de execução da EDL, nomeadamente quanto ao seu funcionamento, animação cooperação e comunicação;

- O valor acrescentado da abordagem LEADER;
- Os efeitos da implementação da EDL ao nível do PRODERAM 2020, nomeadamente efeitos directos (AF 6B) e indirectos (AFs 2A, 3A, 5B, 6A, 6C).

2ª etapa – A Estruturação da Avaliação

A etapa de estruturação da avaliação compreende três tarefas complementares – a definição da abordagem de avaliação e seus métodos e ferramentas; a organização do sistema de informação da avaliação; e a construção do modelo de resposta às Questões de Avaliação.

A equipa de avaliação entende assumir o modelo de resposta às Questões de Avaliação proposto no Anexo V do Caderno de Encargos como sendo o produto a apresentar para cada uma destas Questões. Para tal, foi definida uma abordagem metodológica de avaliação, necessariamente distinta para cada Questão de Avaliação, que teve em conta a sua aplicabilidade, a existência e disponibilidade de informação de base adequada e relevante, as restrições temporais, a qualidade e robustez dos resultados esperados.

O sistema de informação desenvolvido é composto pelos seguintes elementos:

- Bases de dados de candidaturas, projectos e pagamentos disponibilizadas pelo GAL, pela Autoridade de Gestão e pelo Organismo Pagador;
- Bases de dados dos indicadores de resultados e de realizações disponibilizadas pelo GAL, pela Autoridade de Gestão, pelo Organismo Pagador e/ou determinados e compilados pela equipa de avaliação;
- Dados estatísticos compilados e trabalhados pela equipa de avaliação, nomeadamente relativos à estrutura e desempenho económico e social do território de abrangência.

O cálculo dos indicadores de realização e resultado e a resposta a Questões de Avaliação baseou-se no conjunto de operações apoiadas pelo Programa já concluídas e/ou com execução financeira (despesa pública paga).

3ª etapa – A Observação

Nesta etapa foi conduzido o processo de recolha da informação primária e secundária, nomeadamente tendo sido:

- Criados os instrumentos necessários para a análise quantitativa e qualitativa, como os guiões de inquérito ou as formas de consulta das bases de dados;
- Enviado um inquérito, para preenchimento *online*, à totalidade do universo de avaliação (14 beneficiários da EDL, representado as 19 operações com execução ou concluídas), abrangendo questões sobre a identificação do beneficiário, a EDL da ADRAMA e as operações apoiadas (ver Anexo I);
- Enviado um questionário a todos os 23 membros do Conselho de Parceiros, focado essencialmente na forma de funcionamento e articulação interna da EDL (ver Anexo II);
- Recolhidos os dados e as informações quantitativas e qualitativas;
- Auscultados os principais stakeholders envolvidos na EDL (beneficiários, membros do Órgão de Gestão, Estrutura Técnica, Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020);
- Descritos a estruturação da EDL, a sua dotação orçamental e a sua implementação financeira e física por submedida e operação até final de 2018.

No âmbito da recolha de informação primária procedeu-se à referida auscultação aos stakeholders da EDL, tendo sido realizadas as seguintes reuniões:

Tabela 3 – Entrevistas realizadas pela equipa de avaliação

Data / Hora / Local	Entidade	Representante	Função
10/01 – 09h30 São Vicente	Estrutura Técnica Local da ADRAMA	Teresina Morgado, Jaime Gomes	Técnicos
12/02 – 14h30 Porto Moniz	Emoções & Paladares - Serviços Turísticos Lda.	João Nunes	Beneficiário – operação n.º 10002
12/02 – 16h30 Ribeira Brava	Câmara Municipal da Ribeira Brava	Ricardo António Nascimento, Paulo Jardim	Parceiro
12/02 – 18h00 São Vicente	Casa dos Lameiros Turismo de Habitação, Lda	Joel Freitas	Beneficiário – operação n.º 10019
13/02 – 09h30 Ribeira Brava	Associação Desportiva do Campanário	Luís Drumond	Beneficiário – operação n.º 10006
13/02 – 11h00 Ponta do Sol	Casa do Povo da Ponta do Sol	Mirla Fernandes	Beneficiário – operação n.º 10011
13/02 – 12h30 Fajã da Ovelha	Fábrica da Igreja Paroquial da Fajã da Ovelha	Padre Roberto Aguiar	Beneficiário – operação n.º 10020
13/02 – 14h00 Fajã da Ovelha	Supreme Relax, Lda	Diogo Araújo	Beneficiário – operação n.º 10009
13/02 – 16h00 Porto Moniz	ADL ADRAMA	Henrique Silva	Presidente do Órgão de Gestão do GAL ADRAMA
14/02 – 10h30 Arco de São Jorge	Fábrica da Igreja Paroquial de São Jorge	Padre Ronald Alves, Carina Ferro, Márcio Matos	Beneficiário – operação n.º 10046
14/02 – 13h30 Machico	Madeira Rural	Emanuel Pereira	Membro do Órgão de Gestão do GAL ADRAMA
14/02 – 15h00 Funchal	Direcção Regional da Agricultura	Luís Ribeiro	Membro do Órgão de Gestão do GAL ADRAMA
14/02 – 16h00 Funchal	Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020	Sandra Santos, Graça Mateus	Autoridade de Gestão

Relativamente ao inquérito aos beneficiários, este foi enviado a todos os promotores das 19 operações com execução, tendo sido obtidas 18 respostas (taxa de resposta de 95%). Quanto ao inquérito aos membros do Conselho de Parceiros, foi enviado a todos os 23 membros, tendo sido obtidas 11 respostas válidas (taxa de resposta de 48%).

4ª etapa - A Análise

Esta etapa centrou-se no tratamento sistematizado da informação recolhida para quantificar os efeitos da implementação da EDL e comparar com os objectivos estabelecidos. Neste âmbito, foram determinados todos os indicadores de realização e resultado e estimados os efeitos da implementação da EDL.

Tendo em conta a realidade do território, foi realizada pela equipa de avaliação uma análise territorializada da implementação da EDL, ao nível de freguesias e de concelhos, assente na implementação financeira da EDL.

Foi efectuada complementarmente uma avaliação dos sistemas de gestão e acompanhamento, do sistema de informação e dos procedimentos de recolha e processamento de dados, e da estratégia de comunicação do GAL.

5ª etapa - A Apreciação

Esta etapa consiste essencialmente na apresentação das respostas finais e completas a cada uma das Questões de Avaliação, compreendendo ainda a identificação dos factores decisivos para o seu sucesso, e finalmente a síntese de um conjunto de conclusões, recomendações de medidas de ajustamento necessários com base no conjunto de análise anteriores.

Refira-se por último que, relativamente à estrutura de relatório prevista no ponto 7 da Parte II – Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, a equipa de avaliação entendeu proceder a uma ligeira alteração, apresentando o ponto previsto como 5.4 “Identificação dos indicadores financeiros e físicos por operação (níveis de compromisso e execução) no início do Capítulo 5 (passando a ter a numeração 5.1, sendo toda a numeração do capítulo alterada em conformidade), de forma a enquadrar as análises posteriores.

3. Contexto da Implementação da EDL

3.1 Informação Contextual sobre a Evolução do Território

No presente capítulo a equipa de avaliação procurou fazer uma actualização da análise da situação de contexto subjacente à implementação da EDL da ADRAMA, comparando com os dados constantes do documento da EDL, de forma a analisar a evolução dos principais indicadores nas diversas áreas em estudo.

Ambiente e Recursos Naturais

O GAL ADRAMA conta na sua zona de intervenção com um valiosíssimo e muito diversificado património natural, resultante das características específicas relacionadas com localização geográfica, orografia e clima. Estas características conferem unicidade tanto no que respeita a habitats como no que se refere a espécies, tornando-se o ambiente e a biodiversidade uma preocupação fulcral nas políticas de desenvolvimento da zona de intervenção do GAL, em particular, e na RAM em geral.

A zona de intervenção do GAL ADRAMA é rica em áreas de referência classificadas como, por exemplo, parte do Parque Natural da Madeira, a maior mancha e mas bem conservada de Floresta Laurissilva da Macaronésia (classificada como Reserva Biogenética e Património Mundial da Unesco), reservas naturais entre outras.

Este património de elevado valor encontra-se sujeito a vários factores de risco como o abandono de terras agrícolas, ocorrência de incêndios e propagação descontrolada de espécies invasoras. Os riscos e ameaças identificados estão presentes nas mentes dos stakeholders, no entanto, ainda há um caminho longo a percorrer.

A análise de alguns indicadores ambientais permite identificar uma diminuição da despesa realizada na RAM com gestão de resíduos e protecção da biodiversidade de 38,5% e 17,5%, respectivamente. Em 2017 foram despendidos 49.121 euros por mil habitantes na gestão de resíduos e 26.155 euros por mil habitantes na protecção da biodiversidade.

Do ponto de vista da ZI do GAL ADRAMA a evolução foi significativamente mais favorável havendo apenas a registar um decréscimo de 34,4% na despesa com gestão de resíduos na Ponta do Sol e o desaparecimento de despesa associada a esta categoria no município de Santana. Todos os restantes concelhos da ZI registaram acréscimos significativos (sendo o mais pequeno de 25% em Porto Moniz) de despesa nesta área de intervenção. Relativamente à protecção da biodiversidade o panorama melhorou para todos os concelhos do GAL ADRAMA, passando todos os concelhos que não tinham despesa associada a ter despesa considerável e o único concelho com despesa associada em 2010 (Ponta do Sol) aumentou essa despesa em 46,9%.

Tabela 4 - Indicadores de Ambiente por Município 2010, 2011 e 2017

Concelho	Despesas dos Municípios por 1000 Habitantes (€)			
	Gestão de Resíduos		Protecção da Biodiversidade	
	2010	2017	2010	2017
Calheta	35 366	77 522	0	16 998
Ponta do Sol	52 817	34 632	13 483	19 805
Porto Moniz	52 931	66 089	0	50 420
São Vicente	47 319	89 727	0	28 394
Santana	46 570	0	0	26 308
Ribeira Brava	15 967	21 184	0	13 991
RAM	79 866	49 121	31 708	26 155

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

A quantidade recolhida de resíduos urbanos por habitante diminuiu 2,1% na RAM, entre 2011 e 2016, e diminuiu na ZI nos concelhos da Calheta e São Vicente em 5,7% e 1,2%, respectivamente. Os restantes concelhos aumentaram as quantidades de resíduos recolhidas por habitante.

O indicador relacionado com a recolha selectiva revela uma performance muito positiva, tendo a percentagem de recolha selectiva crescido 64,3% na RAM e evoluído no mesmo sentido em todos os concelhos da ZI, excepção feita ao concelho de Santana onde esta percentagem permaneceu inalterada.

Tabela 5 - Indicadores de Ambiente por Município 2010, 2011 e 2017

Concelho	Recolha de Resíduos			
	Resíduos Urbanos p/hab. Kg		Proporção de Recolha Selectiva (%)	
	2011	2016	2011	2016
Calheta	370	349	8	9
Ponta do Sol	x	362	x	9
Porto Moniz	355	400	9	17
São Vicente	344	340	8	16
Santana	318	338	12	12
Ribeira Brava	372	416	7	28
RAM	474	464	14	23

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

População

Com base nas Estimativas Provisórias Anuais da População Residente é possível determinar uma trajectória de evolução populacional na RAM e na ZI do GAL ADRAMA entre 2011 e 2017.

Na RAM a população residente diminuiu 4,6%, fixando-se, em 2017, em 254.368 habitantes; a mesma evolução foi observada na ZI, tendo a população diminuído 7,4%. Todos os concelhos pertencentes ao GAL ADRAMA perderam população, tendo o concelho de Ribeira Brava sido o que mais população perdeu (947 habitantes) e o concelho da Ponta do Sol o que menos população perdeu (303 habitantes).

Entre 2011 e 2017 é notório o envelhecimento populacional, na RAM o Índice de Envelhecimento (IE) cresceu 25%, tendo aumentado de 94 para 118 e na ZI o IE passou a ser 163 quando em 2011 era de 134. Os concelhos que integram a ZI do GAL ADRAMA também agravaram o seu IE, tendo este agravamento sido mais acentuado em São Vicente (45%) e menos acentuado no Porto Moniz (9,6%). Com os últimos dados apura-se que nem a RAM, nem nenhum concelho da ZI têm IE abaixo de 100.

Tabela 6 - Principais Indicadores da População Residente na ZI – 2001, 2011 e 2017

Concelho	População Residente			Diferencial de Habitantes		
	2001	2011	2017	01-11	11-17	01-17
Calheta	11 946	11 521	10 901	-425	-620	-1 045
Ponta do Sol	8 125	8 862	8 559	737	-303	434
Porto Moniz	2 927	2 711	2 370	-216	-341	-557
São Vicente	6 198	5 723	5 151	-475	-572	-1 047
Santana	8 804	7 719	6 808	-1 085	-911	-1 996
Ribeira Brava	12 474	13 375	12 428	901	-947	-46
Total	50 474	49 911	46 217	-563	-3 694	-4 257

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

Tabela 7 – Índice de Envelhecimento 2011 e 2017

Concelho	Índice de Envelhecimento 2011			Concelho	Índice de Envelhecimento 2017		
	População 0 - 14	População 65 ou +	IE		População 0 - 14	População 65 ou +	IE
Calheta	1 677	2 615	156	Calheta	1 347	2 424	180
Ponta do Sol	1 598	1 687	106	Ponta do Sol	1 170	1 431	122
Porto Moniz	331	671	203	Porto Moniz	270	600	222
São Vicente	779	1 299	167	São Vicente	551	1 332	242
Santana	982	1 836	187	Santana	697	1 679	241
Ribeira Brava	2 328	2 236	96	Ribeira Brava	1 824	2 106	115
Total ZI	7 695	10 344	134	Total ZI	5 859	9 572	163
RAM	43 364	40 709	94	RAM	35 360	41 656	118

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

Ensino (Educação)

A análise da evolução do número de estabelecimentos e do número de alunos matriculados entre o ano lectivo de 2010-2011 e 2016-2017, por nível de ensino, permite concluir que tanto na RAM como na ZI os dois valores diminuíram. Isto é, tanto o número de estabelecimento como o número de alunos matriculados diminuíram. Apenas o número de estabelecimentos de ensino secundário se manteve, mas com uma redução do número de alunos inscritos de 11,1%.

De facto, o número de estabelecimentos de educação pré-escolar reduziu-se em 37,8%, existindo actualmente 28 estabelecimentos de ensino deste tipo e o número de alunos inscritos decresceu 29,2%. No

ensino básico, no ano lectivo 2016/2017, existiam 43 estabelecimentos com um total de 4.664 alunos matriculados, menos 23,2% e 24,7% do que no ano lectivo 2010/2011, respectivamente.

Tabela 8 – N.º de Estabelecimentos/N.º de Alunos Matriculados 2010-2011

Concelho	N.º de Estabelecimentos e N.º Alunos por Estabelecimento de Ensino 2010-2011					
	Educação Pré-Escolar	Alunos Matriculados	Ensino Básico	Alunos Matriculados	Ensino Secundário	Alunos Matriculados
Calheta	10	305	13	1 331	1	310
Ponta do Sol	9	261	9	1 125	1	196
Porto Moniz	2	63	4	258	1	45
São Vicente	11	377	13	2 020	1	546
Santana	7	170	11	807	1	244
Ribeira Brava	6	132	6	655	1	206
Total ZI	45	1 308	56	6 196	6	1 547

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011

Tabela 9 – N.º de Estabelecimentos/N.º de Alunos Matriculados 2016-2017

Concelho	N.º de Estabelecimentos e N.º Alunos por Estabelecimento de Ensino 2016-2017					
	Educação Pré-Escolar	Alunos Matriculados	Ensino Básico	Alunos Matriculados	Ensino Secundário	Alunos Matriculados
Calheta	7	234	10	1 162	1	365
Ponta do Sol	7	182	8	887	1	207
Porto Moniz	1	41	3	209	1	51
São Vicente	3	104	4	419	1	120
Santana	4	104	8	556	1	281
Ribeira Brava	6	261	10	1 431	1	352
Total ZI	28	926	43	4 664	6	1 376

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2017

No período de análise apenas e no que respeita a ensino pré-escolar apenas os concelhos da Calheta e São Vicente aumentaram significativamente a taxa bruta de escolarização. No que respeita ao ensino básico todos os concelhos da ZI do GAL reduziram a taxa bruta de escolarização. No ensino secundário somente o concelho de Porto Moniz registou um acréscimo na taxa bruta de escolarização (+13,3%).

Tabela 10 - N.º de Estabelecimentos/N.º de Alunos Matriculados 2010-2011/2016-2017

Estabelecimento de Ensino	Taxas Brutas de Escolarização					
	Calheta	Ponta do Sol	Porto Moniz	Ribeira Brava	Santana	São Vicente
Pré-escolar 2010/2011	87,9	87,9	105,0	87,9	101,8	92,3
Pré-escolar 2016/2017	103,5	86,7	83,7	82,9	97,2	110,6
Ensino Básico 2010/2011	123,9	118,5	118,9	132,1	124,2	126,0
Ensino Básico 2016/2017	118,2	101,5	112,4	105,6	108,8	104,5
Ensino Secundário 2010/2011	80,3	61,6	60,8	112,6	107,0	110,8
Ensino Secundário 2016/2017	97,6	54,3	68,9	68,1	120,6	68,6

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

Cultura e Desporto

A análise dos indicadores escolhidos para a caracterização da ZI do GAL ADRAMA no que respeita a cultura e desporto permitem inferir as seguintes conclusões:

- O número de recintos de espectáculos (ao vivo) manteve-se na ZI do GAL ADRAMA e aumentou de 14 para 18 na RAM;
- O número de bens imóveis culturais aumentou nos concelhos de Ribeira Brava (+25,0%), São Vicente (+16,7%), na ZI (+3,57%) e na RAM (+ 3,0%);
- As despesas em actividades culturais e desporto aumentaram na Calheta, Ponta do Sol e Porto Moniz e diminuíram na Ribeira Brava, Santana e São Vicente. No total da ZI esta despesa aumentou (4,7%), mas na RAM diminuiu significativamente (- 38,2%).

Tabela 11 – Indicadores da actividade cultural e desportiva - 2011-2017

Concelho	N.º Recintos de Espectáculos (ao vivo)		N.º de Bens Imóveis Culturais		Despesas dos Municípios em Actividades e Desporto (1.000 euros)	
	2011	2017	2011	2017	2011	2017
Calheta	1	1	23	23	314	483
Ponta do Sol	1	1	14	14	340	758
Porto Moniz	0	0	2	2	126	340
Ribeira Brava	0	0	4	5	443	81
Santana	0	0	7	7	231	74
São Vicente	0	0	6	7	429	234
ZI	2	2	56	58	1 883	1 971
Total RAM	14	18	166	171	11 657	7 199

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

Saúde

No que respeita ao sector da saúde considerou-se nesta análise os indicadores: número de médicos por 1.000 habitantes, número de enfermeiros por 1.000 habitantes e número de farmácias e postos farmacêuticos móveis.

Na ZI o primeiro indicador referido melhorou, tendo-se mantido o número de farmácias e postos móveis e decrescido (-39,4%) o número de enfermeiros por 1.000 habitantes. Na RAM todos os indicadores analisados melhoraram.

Na ZI aumentou o número de médicos por 1.000 habitantes na Calheta, Ponta do Sol e Porto Moniz e manteve-se a relação nos restantes concelhos. Piorou a relação de número de enfermeiros por 1.000 habitantes na Calheta, Ponta do Sol, Porto Moniz e Ribeira Brava, mantendo os restantes concelhos da ZI a referida relação e todos os concelhos que compõem a zona de intervenção mantiveram o número de farmácias e postos farmacêuticos móveis.

Tabela 12 – Indicadores relativos ao sector da saúde - 2011-2017

Concelho	N.º de Médicos/as por 1000 habitantes		N.º Enfermeiros/as por 1000 habitantes		N.º de Farmácias e Postos Farmacêuticos Móveis	
	2011	2017	2011	2017	2011	2017
Calheta	0,4	0,6	3,6	2,3	4,0	4,0
Ponta do Sol	0,1	0,9	1,2	0,5	2,0	2,0
Porto Moniz	0,4	2,1	8,3	2,5	1,0	1,0
Ribeira Brava	0,5	0,5	2,1	1,0	3,0	3,0
Santana	0,4	0,4	4,0	4,0	3,0	3,0
São Vicente	0,9	0,9	3,4	3,4	3,0	3,0
Média ZI	0,5	0,9	3,8	2,3	2,7	2,7
Total RAM	2,7	4,1	8,0	8,7	64	65

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

Adicionalmente para análise da categoria saúde na ZI e na RAM considerou-se a taxa de mortalidade infantil (%) e a taxa de mortalidade neonatal (%).

Observou-se que os valores das duas taxas em cima identificadas pioraram, quer para a ZI (agravamento de 17,8% e 26,0%, respectivamente), quer para a RAM (reduções de 10,3% e 16,7%).

Merecem referência, neste contexto, os concelhos de Porto Moniz e São Vicente que permanecem com as referidas taxas a zero e concelho da Calheta que também anulou a Taxa de Mortalidade Infantil e a Taxa de Mortalidade Neonatal.

O concelho da Ponta do Sol piorou as duas taxas em causa, o concelho de Ribeira Brava piorou a Taxa de Mortalidade Neonatal e o concelho de Santana piorou a Taxa de Mortalidade Infantil.

Tabela 13 - Taxa de Mortalidade Infantil/Taxa de Mortalidade NeoNatal - 2007-2011/2012-2016

Concelho	Taxa de Mortalidade Infantil (%)		Taxa de Mortalidade Neonatal (%)	
	2007-2011	2012-2016	2007-2011	2012-2016
Calheta	4,2	0,0	2,1	0,0
Ponta do Sol	4,8	10,9	0,0	7,3
Porto Moniz	0,0	0,0	0,0	0,0
Ribeira Brava	3,3	2,4	1,6	2,4
Santana	4,0	5,9	4,0	0,0
São Vicente	0,0	0,0	0,0	0,0
Média ZI	2,7	3,2	1,3	1,6
Total RAM	2,9	3,2	1,8	2,1

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

Mercado de Trabalho

Na RAM o número de trabalhadores por conta de outrem diminuiu 16,1% entre 2009 e 2016. A mesma tendência se observou para os trabalhadores por conta de outrem da ZI do GAL ADRAMA.

Verificou-se que em 2009, em média, nos concelhos que integram a ZI 54,6% dos trabalhadores por conta de outrem eram homens e 45,4% eram mulheres, sendo o concelho de Porto Moniz o único concelho em que a proporção de mulheres era superior à proporção de homens (44,3% - Homens e 55,7% - Mulheres). Em 2016 os concelhos de Porto Moniz, Ribeira Brava e Santana apresentavam já proporção mais elevada de mulheres do que de homens no que respeita a trabalhadores por conta de outrem.

Tabela 14 – Trabalhadores por conta de outrem por género – 2009-2016

Concelho	Trabalhadores por Conta de Outrem nos Estabelecimentos por Concelho					
	2009			2016		
	HM	H	M	HM	H	M
Calheta	1 544	983	561	1 528	954	574
Ponta do Sol	809	464	345	591	317	274
Porto Moniz	219	97	122	260	99	161
Ribeira Brava	1 459	743	716	1 240	574	666
Santana	751	429	322	460	161	299
São Vicente	511	277	234	431	220	211
ZI	5 293	2 993	2 300	4 510	2 325	2 185
Total RAM	51 322	28 125	23 197	43 071	22 573	20 498

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

A análise dos dados relativos aos trabalhadores por conta de outrem por sector de actividade em 2016 confirma o que já se tinha observado para 2009, ou seja, que o sector terciário é o mais importante como empregador. Este facto verifica-se tanto para os concelhos individualmente, como para a ZI em conjunto, como para a RAM.

Tabela 15 – Trabalhadores por conta de outrem por sector de actividade – 2009-2016

Concelho	Trabalhadores por Conta de Outrem nos Estabelecimentos por Concelho					
	2009			2016		
	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
Calheta	---	---	670	13	746	769
Ponta do Sol	26	285	498	---	---	441
Porto Moniz	13	33	173	---	---	213
Ribeira Brava	0	401	1 058	---	---	971
Santana	---	---	455	---	---	373
São Vicente	---	---	350	---	---	314
ZI	39	719	3 204	13	746	3 081
Total RAM	335	11 943	39 044	336	7 481	35 254

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

Na ZI o ganho médio mensal é inferior ao ganho médio mensal na RAM tanto em 2009 como em 2016 e em todas as categorias (HM, H e M). Em 2009 os homens na Calheta tinham um ganho médio mensal superior à média regional, o que acontecia também com as mulheres de Porto Moniz. Em 2016 esta situação apenas se mantinha para os homens na Calheta.

Entre 2009 e 2016, o ganho médio mensal decresceu para HM (2,5%), decresceu 3,4% para H e cresceu 2,8% para mulheres. Na RAM registou-se um acréscimo de 4,9% no total de trabalhadores, tendo sido este mais acentuado para as mulheres (9,5%) do que para os homens (2,8%).

Tabela 16 – Ganho médio mensal (HM, H, M) – 2009-2016

Concelho	Ganho Médio Mensal (em €)					
	2009			2016		
	HM	H	M	HM	H	M
Calheta	1.150	1.350	799	1.151	1.282	933
Ponta do Sol	825	909	712	806	845	761
Porto Moniz	788	906	694	815	955	729
Ribeira Brava	755	815	693	820	866	781
Santana	1.003	1.027	971	781	883	726
São Vicente	790	867	698	805	847	762
Média ZI	885	979	761	863	946	782
Total RAM	1.014	1.129	874	1.063	1.160	957

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

A análise dos dados relativos ao ganho médio mensal por sector de actividade em 2009 e 2016 permite identificar o sector secundário como o sector com melhor remuneração, seguindo-se-lhe o sector terciário e por último o sector primário. Este padrão é válido para a ZI e para a RAM.

Merece especial referência o concelho de Porto Moniz que em 2009 revela ter um ganho médio mensal superior no sector primário em comparação com o sector terciário e em 2016, em que o ganho médio mensal é o maior no sector primário.

Na RAM a evolução do ganho médio mensal, de 2009 para 2016, foi de 17,5% e na ZI foi de 15,0%, sendo a evolução do ganho médio mensal negativa (- 5,2%) no sector secundário.

Tabela 17– Ganho médio mensal por sector de actividade – 2009-2016

Concelho	Ganho Médio Mensal (em €)					
	2009			2016		
	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
Calheta	568	1 419	812	847	1 404	910
Ponta do Sol	552	929	779	635	857	795
Porto Moniz	900	1 024	734	1 077	1 054	761
Ribeira Brava	//	796	740	...	826	819
Santana	...	1 072	748	699	823	774
São Vicente	...	795	788	613	758	825
Média ZI	673	1 006	767	774	954	814
Total RAM	660	1 089	993	776	1 139	1 050

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

Dados do INE e da DREM permitem ainda apurar que entre 2011 e 2017 a taxa de emprego cresceu de 53,3% para 56% e a taxa de desemprego decresceu de 13,5% para 8,3%.

Tecido Empresarial

De acordo com os Anuários Estatísticos da RAM, entre 2010 e 2016, o número de empresas aumentou em todos os concelhos da ZI, no conjunto da ZI e na RAM. O número de pessoas também aumentou em quase todas as categorias de análise, excepção feita para o total da RAM e para o concelho de Santana.

A relação número de pessoas por empresa, o volume de negócios e o VAB reduziu-se para todos os parâmetros avaliados na Região, na ZI e em todos os seus concelhos, com excepção do Porto Moniz, cujo volume de negócios e o VAB cresceram no referido período.

Tabela 18 – N.º Empresas, Pessoal, N.º de Pessoas/Empresa, Volume de Negócios e VAB – 2010 - 2016

Concelho	Empresas (N.º)		Pessoal (N.º)		N.º Pessoas/Empresa		Volume de Negócios (1.000 euros)		VAB (1.000 euros)	
	2010	2016	2010	2016	2010	2016	2010	2016	2010	2016
Calheta	629	1 283	2 204	2 612	3,5	2,0	244 686	175 075	78 470	59 730
Ponta do Sol	546	1 244	1 375	1 824	2,5	1,5	54 353	48 784	15 017	13 057
Porto Moniz	166	268	389	496	2,3	1,9	12 355	15 147	3 733	4 343
Ribeira Brava	758	1 040	2 003	2 075	2,6	2,0	98 399	73 132	22 337	20 274
Santana	469	586	920	897	2,0	1,5	38 601	26 798	10 578	7 589
São Vicente	383	621	889	1 008	2,3	1,6	43 957	34 990	15 797	9 289
Total ZI	2 951	5 042	7 780	8 912	2,5	1,8	492 351	373 926	145 932	114 282
Total RAM	21 598	25 108	78 309	64 881	3,6	2,1	5 465 092	4 089 424	1 690 834	1 295 720

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

Agricultura

Dados estatísticos da Direcção Regional de Estatística da Madeira permitem identificar uma linha de tendência contínua em sentido decrescente na SAU e no número de explorações na RAM desde 1986 até 2016. Note-se que em 1986 o número de explorações agrícolas era de 23.748 e SAU era de 7.522 hectares. EM 2016 estes valores passam para 11.628 e 4.893, respectivamente.

Tabela 19 – SAU e Número de Explorações (1986, 1989, 1999, 2009, 2013 e 2016)

Designação	Anos										
	1986	1989	Variação 86/89	1999	Variação 89/99	2009	Variação 99/09	2013	Variação 09/13	2016	Variação 13/16
Explorações	23 748	23 157	-2,5%	14 526	-37,3%	13 611	-6,3%	12 068	-11,3%	11 628	-3,6%
SAU (ha)	7 522	7 012	-6,8%	5 645	-19,5%	5 428	-3,8%	5 262	-3,1%	4 893	-7,0%

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

No que respeita à população agrícola familiar, observa-se que entre 2009 e 2016 ocorreu um decréscimo de 14,0% no número de indivíduos e que a repartição entre homens e mulheres se tornou mais equilibrada. A idade média da população agrícola passou a ser de 52 anos, agravando-se 13,0% face a 2011, e o número de indivíduos com menos de 35 anos e com idade entre 35 e 45 anos decresceu significativamente (-40,2% e -22,7%, respectivamente). Em sentido contrário a população com 65 anos de idade ou mais cresceu 9,9%. No que respeita ao nível de instrução, constata-se que o número de indivíduos sem instrução diminuiu 37,6% e o número de indivíduos com instrução superior registou um acréscimo de 30,4%. Relativamente ao tempo de actividade, aumentou o número de indivíduos que dedicam entre 0% e 50% do seu tempo à agricultura (18,4%) e diminuiu o número de indivíduos com actividade agrícola a mais de meio tempo (-49,6%) e a tempo completo (-16,7%).

Tabela 20 – Evolução das características da população agrícola familiar (2009/2016)

População Agrícola Familiar	2009	2016
N.º Indivíduos	40 760	35 061
Homens	19 923	17 332
Mulheres	20 837	17 729
Idade Média	46	52
N.º Indivíduos com idade < 35 anos	12 873	7 700
N.º Indivíduos com idade compreendida entre 35 anos e menos de 45 anos	5 460	4 218
N.º Indivíduos com idade compreendida entre 45 anos e menos de 65 anos	12 542	12 276
N.º Indivíduos com idade superior ou igual 65 anos	9 885	10 867
N.º de indivíduos sem nenhum nível de instrução	10 817	6 754
N.º de indivíduos com nível de instrução básico	23 984	21 000
N.º de indivíduos com nível de instrução secundário/pós-secundário	3 796	4 487
N.º de indivíduos com nível de instrução superior	2 163	2 820
N.º de indivíduos sem actividade agrícola	11 065	5 924
N.º de indivíduos com actividade agrícola	29 695	29 136
N.º de indivíduos com actividade agrícola entre 0 - 50%	19 780	23 419
N.º de indivíduos com actividade agrícola entre 50 - 100%	7 741	3 905
N.º de indivíduos com actividade agrícola a tempo completo	2 174	1 812

Fonte: INE, DREM - 2009/2016

No que se refere aos produtores agrícolas singulares, a evolução sentiu-se de forma negativa no que respeita ao seu número (-14,6%), passando as mulheres a representar cerca de 51% destes indivíduos.

À semelhança da população agrícola familiar, a idade média dos produtores agrícolas passou a ser 65 anos (+ 8,3%) e diminuiu drasticamente o número de produtores agrícolas com menos de 65 anos.

Mais favorável foi a evolução do número de produtores agrícolas sem instrução que se reduziu em 27,2%, no entanto, o número de produtores agrícolas com nível de instrução superior decresceu 15,5%.

No que respeita ao tempo dedicado à actividade agrícola verificou-se um acréscimo dos indivíduos que dedicam até 50% do seu tempo (12,4%) e decréscimos significativos nos que dedicam entre 50% e 100% (-52,5%) e nos que exercem actividade agrícola tempo completo (-23,4%).

Tabela 21 – Evolução das características do produtor agrícola familiar (2009/2016)

Produtor Agrícola Singular	2009	2016
N.º Indivíduos	13 514	11 538
Homens	7 118	5 667
Mulheres	6 396	5 871
Idade Média	60	65
N.º Indivíduos com idade < 35 anos	433	143
N.º Indivíduos com idade compreendida entre 35 anos e menos de 45 anos	1 620	519
N.º Indivíduos com idade compreendida entre 45 anos e menos de 65 anos	5 929	4 711
N.º Indivíduos com idade superior ou igual 65 anos	5 532	6 165
N.º de indivíduos sem nenhum nível de instrução	4 217	3 069
N.º de indivíduos com nível de instrução básico	8 451	7 625
N.º de indivíduos com nível de instrução secundário/pós-secundário	473	530
N.º de indivíduos com nível de instrução superior	373	315
N.º de indivíduos com actividade agrícola entre 0 - 50%	7 204	8 097
N.º de indivíduos com actividade agrícola entre 50 - 100%	4 790	2 276
N.º de indivíduos com actividade agrícola a tempo completo	1 520	1 165

Fonte: INE, DREM - 2009/2016

Do ponto de vista económico, as Contas Económicas da Agricultura permitem analisar a evolução do sector entre 2011 e 2017, constatando-se que a produção do ramo agrícola e o VAB cresceram 9,9% e 19,0%, respectivamente, e que os consumos intermédios diminuiram 2,6%.

Tabela 22– Indicadores económicos – Contas Económicas da Agricultura (2011/2017)

Contas Económicas da Agricultura (valores a preços correntes) / Un: 10 ⁶ euros	2011	2017
Produção do Ramo Agrícola (Preços base)	102	112
VAB	59	70
Consumo Intermédio	43	42

Fonte: INE, DREM - 2009/2016

Turismo

A evolução dos indicadores de turismo entre 2011 e 2017 foi francamente favorável em todas as categorias analisadas e para todas as unidades geográficas consideradas.

Entre 2011 e 2017, o número de empresas aumentou mais 100%, quer em cada concelho individualmente, quer no conjunto da ZI do GAL ADRAMA, quer na RAM.

No que respeita à capacidade de alojamento, a ZI registou um acréscimo superior a 100% e aos 41,2% da RAM. Os concelhos da Calheta e Santana também registaram acréscimos superiores de 100%.

Quanto ao número de dormidas, a evolução foi também em sentido positivo, tendo a ZI crescido 92,5% e a RAM 51,8%. Assim como o número de hóspedes registou um acréscimo de 95,8% e 62,6% na ZI e na RAM, respectivamente.

O número de hóspedes aumentou entre 1,4 vezes no concelho da Ponta do Sol e 2,5% na Calheta.

Tabela 23 – Estabelecimentos, Capacidade de Alojamento, Dormidas e N.º de Hóspedes (2011 e 2017)

Concelho	Estabelecimentos		Capacidade de Alojamento		Dormidas		Hóspedes	
	2011	2017	2011	2017	2011	2017	2011	2017
Calheta	9	243	926	2 808	202 450	471 267	37 514	92 841
Ponta do Sol	3	41	280	487	74 486	105 835	15 131	20 973
Porto Moniz	5	21	238	465	32 084	65 318	14 012	26 486
Ribeira Brava	5	19	394	440	41 971	63 618	13 986	21 438
Santana	4	33	328	745	35 485	79 956	12 018	23 537
São Vicente	6	37	635	873	98 769	148 612	18 765	32 907
Total ZI	32	394	2 801	5 818	485 605	934 606	111 426	218 182
Total RAM	161	1 194	27 732	39 155	5 507 685	8 359 989	994 757	1 617 208

Fonte: Anuário Estatístico da RAM - 2011/2017

Em 2017 e no que respeita ao Turismo em Espaço Rural (TER) confirmou-se a tendência verificada já entre 2001 e 2012, isto é, ocorreu um acréscimo no número de estabelecimentos e no número de quartos (17,3% e 46,6%, Observou-se também um acréscimo de mais de 100% no que respeita ao número de hóspedes e ao número de dormidas. A estada média também confirma a evolução sentida entre 20012 e 2012, mas agora em sentido contrário, passando para 4,0 noites (- 12%). Os proveitos do TER ascenderam a 6,8 M€, um valor cerca de 3,7 vezes superior ao de 2012. O pessoal ao serviço aumentou 73,5%.

Tabela 24 – Principais Indicadores do Turismo em Espaço Rural (2001, 2012 e 2017)

Designação	Anos		
	2001	2012	2017
Estabelecimentos (n.º)	33	52	61
Quartos (n.º)	179	298	437
Hóspedes (n.º)	7 154	12 119	33 224
Dormidas (n.º)	35 039	54 812	131 545
Estada média (n.º de noites)	4,9	4,5	4,0
Proveitos totais (milhares €)	881	1 820	6 823
Pessoal ao serviço (n.º)	61	102	177

Fonte: INE, DREM – Estatísticas do Turismo - 2001/2012/2017

Economia

Entre 2000 e 2011 o poder de compra *per capita* aumentou significativamente, o que continuou a verificar-se entre 2011 e 2015, mas com uma variação menos acentuada.

Na RAM o poder de compra *per capita* registou um acréscimo de 2,1%. No mesmo período, no concelho de Porto Moniz o PIB *per capita* cresceu 14,4%, nos outros concelhos os acréscimos foram de entre 2,5% em São Vicente e 9,1% em Santana.

Tabela 25 – Poder de compra per capita (2000, 2011 e 2015)

Concelho	Poder de compra per capita (%)		
	2000	2011	2015
Região Autónoma da Madeira	72,5	85,1	86,9
Calheta	33,4	59,4	61,6
Ponta do Sol	38,5	52,9	55,8
Porto Moniz	41,7	52,9	60,5
Ribeira Brava	40,3	65,1	67,7
Santana	34,0	54,8	59,8
São Vicente	34,7	59,6	61,1

Fonte: Pordata; Nota: Portugal = 100.

As Contas Regionais também fornecem alguns indicadores que permitem avaliar a evolução da performance económica da Região. Entre 2011 e 2017 os indicadores de PIB e PIB *per capita* evoluíram 5,5% e 10,3%, respectivamente, tendo o indicador que compara com a UE28=100 evoluído também de forma positiva (10,8%), muito embora a RAM ainda se encontre longe da média da UE28. A produtividade aparente do trabalho também cresceu (7,9%). Em sinal contrário, a evolução do rendimento disponível bruto foi negativa (-1,1%).

Tabela 26 – Contas Regionais (2011 e 2017)

Contas Regionais (valores a preços correntes) / Un: 10 ⁶ euros	2011	2017
PIB	4 367	4 608
PIB per capita	16	18
PIB per capita em PPC (UE 28 = 100)	20	22
VAB	3 853	4 024
Rendimento disponível bruto	3 037	3 003
Produtividade aparente do trabalho	33	36

Fonte: INE – Contas Regionais

Existem outros indicadores que também são relevantes no que concerne às condições de vida das populações. Assim, por exemplo, foram analisados indicadores como o número de acessos telefónicos por 100 habitantes. Em 2017 o número de acessos telefónicos por 100 habitantes na RAM era de 44,9, o que representa um acréscimo de 26,8%. Todos os concelhos da ZI registaram acréscimos superiores aos da RAM neste indicador, estando em 2017 todos os concelhos muito próximos da média da RAM.

Tabela 27 – Acessos Telefónicos por 100 Habitantes (2011 e 2017)

Concelho	Acessos Telefónicos por 100 habitantes	
	2011	2017
Região Autónoma da Madeira	35,4	44,9
Calheta	31,2	44,0
Ponta do Sol	29,1	39,0
Porto Moniz	37,7	50,0
Ribeira Brava	29,8	38,2
Santana	31,8	41,6
São Vicente	33,5	43,4

Fonte: INE

Relativamente ao número de caixas multibanco verificou-se uma evolução desfavorável entre 2017 e 2011, sendo os concelhos de Santana e São Vicente os únicos em que o número de caixas multibanco aumentou. Consequentemente, também a relação número de habitantes e caixas multibanco piorou na RAM e em todos os concelhos da ZI, excepção feita aos concelhos de Santana e São Vicente.

Tabela 28 – Caixas Automáticas por Multibanco (2001, 2011 e 2017)

Concelho	Caixas Automáticas por Multibanco		
	2001	2011	2017
RAM	188	344	298
Calheta	13	12	11
Ponta do Sol	2	8	7
Porto Moniz	3	6	5
Ribeira Brava	9	13	12
Santana	2	7	10
São Vicente	5	6	8

Concelho	Habitantes por Caixa Automática Multibanco		
	2001	2011	2017
RAM	1319	768	854
Calheta	919	950	991
Ponta do Sol	4110	1.101	1.223
Porto Moniz	969	441	474
Ribeira Brava	1401	1.011	1.036
Santana	4361	1.078	681
São Vicente	1237	932	644

Fonte: INE

Resumo

Em síntese, pode dizer-se que a ZI do GAL ADRAMA tem um património genético muito vasto e diversificado que tem de ser preservado. Os indicadores analisados mostram que, de uma forma geral, os indicadores ambientais considerados evoluíram de forma a reflectir essa preocupação, mostrando terem aumentado a despesa realizada com gestão de resíduos e com protecção da biodiversidade, assim como ter aumentado a taxa de recolha selectiva de resíduos.

No que respeita a população é evidente a tendência de decréscimo e de intensificação do índice de envelhecimento.

Na educação observa-se uma diminuição do número de estabelecimentos e do número de alunos matriculados, especialmente na educação pré-escolar e no ensino básico.

A área da saúde registou melhorias no que respeita ao pessoal médico, mas piorou na relação de número de enfermeiros por 1.000 habitantes e nas taxas de mortalidade infantil e neonatal e aqui tanto na ZI do GAL ADRAMA como na RAM.

O mercado de trabalho da ZI não sofreu grandes alterações nos padrões delineados nos anos anteriores, mas importa referir que na RAM a taxa de desemprego diminuiu entre 2011 e 2017.

A agricultura regional evoluiu, registando menor número de explorações, menor SAU, mas maior valor de produção agrícola, maior VAB e menor valor no que respeita a consumo intermédio.

No sector do turismo quer na ZI do GAL, quer na RAM todos os indicadores se revelaram favoráveis.

Por último, os principais indicadores económicos da RAM evoluíram de forma positiva, designadamente, PIB, PIB per capita, VAB e produtividade aparente do trabalho.

3.2 Coerência e Pertinência da Estratégia

Com base no conjunto de elementos e indicadores apurados no capítulo 3.1, que em regra traduzem uma evolução da situação de contexto subjacente à implementação da EDL assente na continuação de grandes tendências evolutivas e sem alterações significativas, foi reavaliada a análise SWOT constante do documento de programação da EDL:

Tabela 29 – Reapreciação da análise SWOT do território de intervenção

Pontos Fortes	Mantém Validade ?
1. Paisagem natural e humanizada específica; A área contém riquezas de características únicas – habitats; herança cultural, natural e vida selvagem, conservação da natureza e da biodiversidade;	Sim
2. As explorações agrícolas continuam a ter uma grande relevância na preservação do espaço rural e da paisagem (socalcos);	Sim
3. A RAM continua a produzir produtos de grande valor comercial (banana, vinho, mel de cana-de-açúcar);	Sim
4. Disponibilização de equipamentos e espaços públicos;	Sim
5. O sector do turismo mantém e ganhou uma imagem de oferta de produtos de qualidade;	Sim
6. Existência de património privado construído com capacidade de exploração;	Sim
7. Forte sentido de identidade cultural e etnográfico das populações rurais;	Sim
8. Maior interesse dos autores económicos na diversificação das atividades na procura de rendimentos suplementares (TER);	Sim
9. Crescente Interesse na qualificação e requalificação de capital humano das empresas;	Sim
10. Hospitalidade do povo;	Sim
11. Clima ameno;	Sim
12. Segurança;	Sim
13. Alta incidência de características da água em toda a área;	Sim
14. Grande interesse dos grupos comunitários e autarquias em gerir e conservar as paisagens;	Sim
15. Crescimento da procura pelo turismo "verde".	Sim

Pontos Fracos	Mantém Validade ?
I. Agravamento do envelhecimento da população;	Sim
II. Incapacidade do território rural em fixar as suas populações (êxodo rural);	Sim
III. Tecido empresarial com grandes limitações ao nível de receptividade à inovação e modernização;	Sim
IV. Baixo nível de qualificação da população;	Sim
V. Sectores económicos tradicionais com pouca iniciativa competitiva e visão estratégica;	Sim
VI. Dificuldades acrescidas na manutenção de espaços públicos;	Sim
VII. Crescente descaraterização da paisagem rural;	Sim
VIII. Aumento do desemprego, principalmente devido à desaceleração do sector da construção;	Sim, mas a melhorar
IX. Aumento da pobreza escondida, devido à contínua diminuição de rendimentos da classe média;	Sim
X. Exclusão social crescente ligada ao desemprego e à perda de rendimentos;	Sim
XI. Falta de um Plano Estratégico Geral;	Sim
XII. Infraestruturas hoteleiras, de restauração e comerciais envelhecidas e deterioração do produto;	Sim, mas a melhorar
XIII. Comércio tradicional não modernizado;	Sim
XIV. Agricultura com base económica vulnerável e rendimentos em declínio;	Sim
XV. Falta de iniciativas de cooperação entre os diversos agentes locais;	Sim
XVI. Aumento do emprego em part-time ou de muito curta duração;	Sim
XVII. Falta de envolvimento dos jovens.	Sim

Oportunidades	Mantém Validade ?
A) Crescente procura de produtos turísticos de qualidade em espaço rural;	Sim
B) Maior possibilidade dos produtos regionais conquistarem nichos de mercado, como consequência da sua qualidade e especificidade;	Sim
C) Maior acesso às novas tecnologias e técnicas de comunicação;	Sim
D) Crescente interesse pela conservação e inventariação de práticas e tradições no espaço rural;	Sim
E) Maior interesse de investidores estrangeiros na capitalização de empresas regionais;	Sim
F) Alavancar o reconhecimento de eventos de animação específicos como: Exposição Regional da Anona; Mostra Gastronómica de Santana; Festa dos Compadres; Semana do Mar; Festa da Lapa; etc.	Sim
G) Promover um roteiro turístico;	Sim
H) Alguns bens patrimoniais naturais e outros provocados pela ação do homem que oferecem oportunidades únicas de benefício económico, social e cultural local;	Sim
I) Oportunidades para melhorar o ambiente através da promoção de transportes "verdes" e do melhoramento do acesso do público;	Sim
J) Aumentar o leque de oportunidades locais de emprego;	Sim
K) Incentivar a criação de cooperação entre os sectores anteriormente não ligados (por exemplo, agricultores, alojamento, prestadores de serviços, fornecedores de transporte locais e igrejas rurais, etc.);	Sim
L) Possibilidade de elevar o perfil das riquezas naturais e históricas da área local e regionalmente;	Sim
M) Envolver os jovens em atividades e encorajar uma maior consciência sobre as suas comunidades (criar políticas e prioridades de emprego para jovens entre os 16 e os 24 anos);	Sim
N) Novos usos para edifícios históricos.	Sim

Ameaças	Mantém Validade ?
a) Aumento da frequência de fenómenos climáticos com consequências na paisagem natural;	Sim
b) Dificuldade de escoamento de pequenas produções regionais, devido à liberalização dos mercados e consequente concorrência externa;	Sim, mas em mutação
c) Orientação estratégica de grande distribuição alimentar que tende a desvalorizar as pequenas produções regionais;	Sim, mas em mutação
d) Redução da procura de produtos e serviços produzidos pelos espaços rurais, consequência da diminuição dos rendimentos das famílias;	Sim, mas em mutação
e) Incompatibilidade entre os Planos de Desenvolvimento Municipais e a legislação regional de Ordenamento e Território;	-
f) Dificuldade de acesso ao crédito por parte de futuros investidores no mundo rural;	Sim
g) Constrangimento do fluxo financeiro público regional devido à implementação obrigatória do PAF – Plano de Ajustamento Financeiro, e consequente dificuldade em suportar a componente regional dos programas comunitários;	Não
h) Preço elevado dos imóveis (aluguer ou compra);	Sim
i) Forte emigração entre os 16-24 anos de idade;	Sim
j) A gestão de resíduos e abandono de lixo de grande porte e detritos nas zonas rurais.	Sim

Esta análise conduziu à elaboração de uma matriz TOWS, que procura identificar as principais necessidades a que a EDL deverá dar resposta. De forma a verificar de que forma a elaboração da lógica de intervenção da EDL teve em conta estas necessidades, foi analisada a sua coerência com o conjunto de objectivos específicos e transversais definidos no âmbito da EDL:

Tabela 30 – Análise da contribuição dos objectivos específicos da EDL para as suas necessidades

Contributo dos Objectivos Específicos e Temas Transversais da EDL para as Necessidades do Território	NECESSIDADES - MATRIZ TOWS									
	1. Rentabilizar a diversidade da paisagem e promover acções de conservação do espaço e da identidade rural, de modo a alavancar a economia rural	2. Reforçar a competitividade e o posicionamento da economia da ZI pela diferenciação de produtos e aposta na inovação sectorial	3. Apostar na criação de programas e infraestruturas de apoio social	4. Melhorar e direccionar acções de formação para as necessidades específicas do território, rentabilizando os espaços públicos disponíveis e fomentando a utilização do TIC pela população rural	5. Apoiar a organização dos produtores e promover a concentração da oferta de produtos locais e apoio à prestação de serviços em meio rural	6. Incentivar a diversificação das actividades turísticas	7. Potenciar a preservação e conservação das actividades agrícolas como actividades de conservação da paisagem e diversificação de rendimentos disponíveis	8. Potencializar a procura de produtos e serviços por parte de turistas / visitantes e locais, aumentando a oferta e diversidade da oferta	9. Fomentar a criação e reestruturação de pequenas e médias empresas, de modo a contribuir para a fixação da população jovem nos espaços rurais	10. Aplicar políticas à preservação e melhoria dos espaços rurais de valor paisagístico e natural
Objectivos Específicos										
1. Incentivar a diversificação das actividades turísticas em geral e em especial as ligadas às produções regionais de grande valor comercial e emblemáticas da ZI (enoturismo; agroturismo; etc.)	1	2	0	1	0	3	1	2	1	1
2. Promover a criação e reestruturação de pequenas e médias empresas	1	1	0	0	1	2	1	1	3	0
3. Promover a comercialização dos produtos locais, através da diversificação das actividades e criação de circuitos simples de distribuição	0	2	0	1	1	1	0	3	1	0
4. Contribuir para a fixação da população jovem e criação de emprego	0	1	1	0	1	1	1	1	3	0
5. Apoiar a criação de programas e infraestruturas de apoio social, para idosos e crianças	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0
6. Apoiar a reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos	1	0	1	3	0	1	0	2	0	1
7. Fomentar a utilização das TIC nas áreas rurais, para assim elevar o nível de qualificação e melhoria de competências	0	1	0	3	1	1	0	1	2	0
8. Apoiar programas e eventos socioculturais que visem a preservação e manutenção da identidade rural, a conservação de práticas e tradições, através de acções de animação territorial, pesquisa e inventariação	2	1	0	0	0	1	0	2	1	0
9. Apoiar a divulgação, restituição, restauração, renovação e redireção do património rural construído e promover acções de conservação do espaço rural, como alavanca da economia rural	3	1	0	1	0	2	0	2	1	2
10. Apoiar acções de cooperação entre agentes económicos locais, regionais, nacionais e internacionais	0	1	1	1	2	1	1	1	1	1
11. Reforçar as competências dos ativos e empresários que atuam em meio rural	0	1	0	3	1	1	1	1	2	0
Temas Transversais										
A. Demonstrem inovação no desenvolvimento e na execução final, oferecendo novas soluções para atingir as oportunidades e desafios da ZI e a forma como irão beneficiar e envolver a comunidade local	1	1	1	1	1	2	1	2	2	1
B. Demonstrem a sustentabilidade, com projetos que tenham um impacto ambiental positivo. Deve ser também demonstrado, através de um plano de negócios, a sustentabilidade do projeto, para além da vigência do apoio concedido	2	2	0	0	0	1	2	1	2	2
C. Considerem, preferencialmente, os princípios de igualdade de oportunidades e o respeito pelas regras ambientais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
TOTAL	12	15	8	16	9	18	9	20	20	9

De acordo com a tabela apresentada, entende-se que os objectivos específicos definidos para a EDL se dirigem a todas as necessidades identificadas no âmbito da matriz TOWS, pelo que a sua formulação veio assim ao encontro das necessidades e desafios colocados ao seu território de intervenção.

Contudo, há um claro direccionamento para algumas dessas necessidades, nomeadamente as mais relacionadas com o sector privado – empresas e actividade turística – e com menor ênfase, em termos de objectivos específicos, no apoio social e no apoio aos produtores agrícolas.

Validando a forma como os objectivos específicos contribuem para as necessidades do território, torna-se necessário aferir se o conjunto de apoios definidos no âmbito da EDL, nomeadamente ao abrigo da submedida 19.2, contribuem potencialmente para alcançar esses objectivos:

Tabela 31 – Análise da contribuição dos apoios da EDL para os seus objectivos específicos

Contributo Potencial dos Apoios para os Objectivos Específicos	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS EDL										
	1. Incentivar a diversificação das atividades turísticas em geral e em especial as ligadas às produções regionais de grande valor comercial e emblemáticas da ZI	2. Promover a criação e reestruturação de pequenas e médias empresas	3. Promover a comercialização dos produtos locais, através da diversificação das atividades e criação de circuitos simples de distribuição	4. Contribuir para a fixação da população jovem e criação de emprego	5. Apoiar a criação de programas e infraestruturas de apoio social, para idosos e crianças	6. Apoiar a reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos	7. Fomentar a utilização das TIC nas áreas rurais, para assim elevar o nível de qualificação e melhoria de competências	8. Apoiar programas e eventos socioculturais que visem a preservação e manutenção da identidade rural, a conservação de práticas e tradições, através de ações de animação territorial, pesquisa e inventariação	9. Apoiar a divulgação, restituição, renovação e redireção do património rural construído e promover ações de conservação do espaço rural, como alavanca da economia rural	10. Apoiar ações de cooperação entre agentes económicos locais, regionais, nacionais e internacionais	11. Reforçar as competências dos ativos e empresários que atuam em meio rural
19.2.1.1 - Diversificação de Atividades não agrícolas	3	2	2	3	0	0	1	0	1	1	1
19.2.1.2 - Criação/reestruturação de negócios em meio rural	2	3	2	2	0	0	1	0	0	0	1
19.2.1.3 - Apoio a atividades turísticas	3	2	1	2	0	0	1	1	1	0	1
19.2.2.1 - Reforço dos Serviços Básicos para populações rurais	0	0	0	2	3	2	1	1	1	0	0
19.2.2.2 - Recuperação e Valorização do Património Rural	1	0	0	1	1	3	1	3	3	0	0
19.2.2.3 - Infraestruturas coletivas de pequena escala	2	0	0	1	0	3	0	1	3	1	0
19.2.3.1 - Ações de Cooperação entre agentes económicos da ZI	2	0	1	1	1	0	1	1	0	3	2
19.2.4.1 - Ações de Formação	1	1	1	1	0	0	2	1	1	1	3
19.2.4.2 - Ações de Informação	1	1	1	1	0	0	2	1	1	1	3
TOTAL	15	9	8	14	5	8	10	9	11	7	11

Como se poder verificar, a análise efectuada permite concluir que, na opinião da equipa de avaliação, todos os objectivos específicos foram tidos em conta na definição dos apoios a conceder, destacando-se os contributos para a actividade turística e para a fixação de população e criação de emprego, estando mais uma vez os apoios sociais como sendo a área na qual a EDL menos se concentra.

É interessante verificar que esta priorização se reflecte também na orçamentação da despesa pública afecta às várias tipologias de apoio da submedida 19.2, em que o apoio às actividades turísticas se destaca claramente das restantes áreas, com uma dotação de cerca de um terço da verba disponível inicialmente,

situação que foi reforçada após a alteração orçamental de Maio de 2018, na qual foram extintas as tipologias de apoio 19.2.1.1 e 19.2.2.3, passando a 19.2.1.3 a pesar quase 45% do orçamento do GAL:

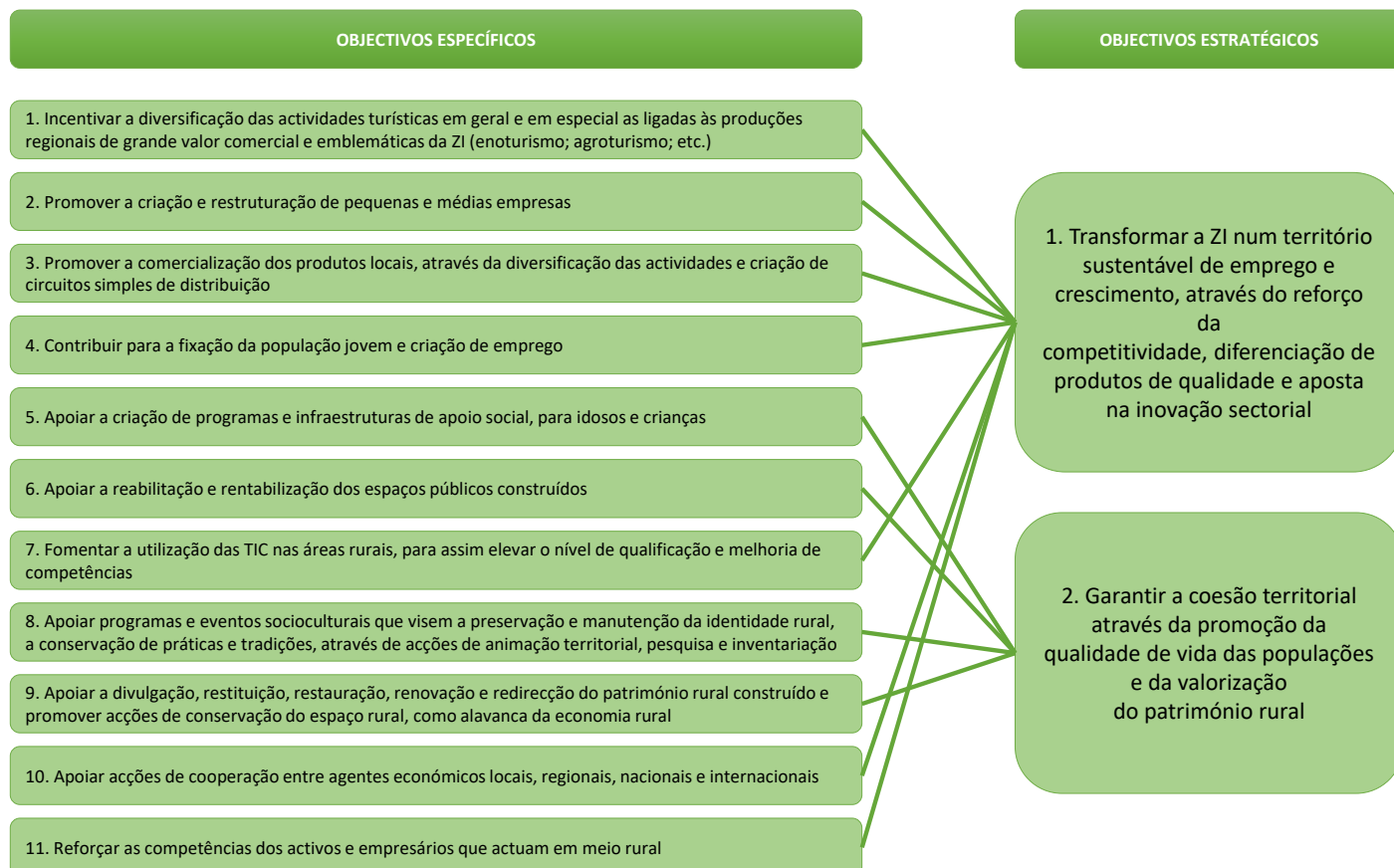
Tabela 32 – Despesa pública programa por tipologia de apoio – 19.2

Tipologia de Apoio	Despesa Pública Programada Inicial		Despesa Pública Programada Alteração Maio 2018	
19.2.1.1 - Diversificação de Atividades não agrícolas	551.620,80 €	12,2%	0,00 €	0,0%
19.2.1.2 – Criação/reestruturação de negócios em meio rural	551.620,80 €	12,2%	551.620,80 €	12,2%
19.2.1.3 - Apoio a atividades turísticas	1.476.505,03 €	32,6%	2.028.125,83 €	44,7%
19.2.2.1 - Reforço dos Serviços Básicos para populações rurais	545.156,50 €	12,0%	845.156,50 €	18,6%
19.2.2.2 - Recuperação e Valorização do Património Rural	817.734,75 €	18,0%	899.344,30 €	19,8%
19.2.2.3 - Infraestruturas coletivas de pequena escala	381.609,55 €	8,4%	0,00 €	0,0%
19.2.3.1 - Ações de Cooperação entre agentes económicos da ZI	105.727,32 €	2,3%	105.727,32 €	2,3%
19.2.4.1 - Ações de Formação	52.863,66 €	1,2%	52.863,66 €	1,2%
19.2.4.2 - Ações de Informação	52.863,66 €	1,2%	52.863,66 €	1,2%
TOTAL	4.535.702,07 €		4.535.702,07 €	

Fonte: EDL ADRAMA 2014-2020; Documento “ Proposta de Reorçamentação – Aprovada em Conselho de Parceiros de 23/05/2018 e reunião do Órgão de Gestão a 28/05/2018.

A concretização deste conjunto de objectivos específicos contribui para assegurar o alcance dos dois objectivos estratégicos fundamentais da EDL – i) sustentabilidade e competitividade e ii) coesão territorial – sendo, contudo maior o direccionamento para o primeiro destes.

Figura 4 – Contributo dos objectivos específicos para os objectivos estratégicos da EDL

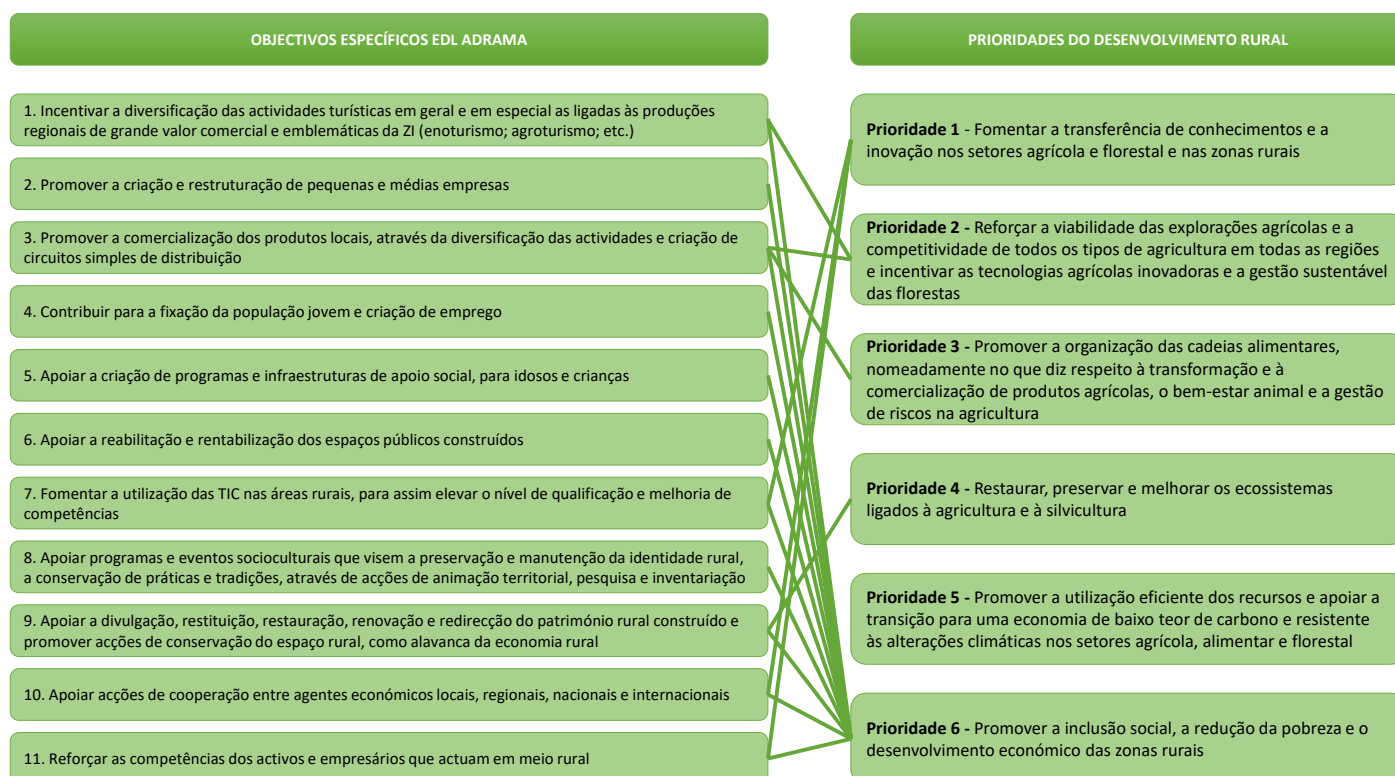


Entende-se assim que a lógica de intervenção subjacente à definição da EDL, das suas medidas e da afectação orçamental mantêm a sua coerência e está, dentro dos condicionalismos da legislação regional relativa à abordagem LEADER, adequada a dar resposta às necessidades do território de intervenção do GAL ADRAMA que, em larga medida, não se alteraram desde o momento em que a análise SWOT foi efectuada.

Em termos de coerência externa, importa considerar o contributo potencial da EDL para as prioridades do desenvolvimento rural e para as necessidades do PRODERAM 2020.

Quanto ao primeiro aspecto, verifica-se naturalmente um grande contributo de todos os objectivos específicos da EDL para a Prioridade 6 do desenvolvimento rural, nomeadamente para a sua área foco 6.b) “fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais”. Verificam-se contudo contributos para outras Prioridades, nomeadamente as Prioridades 1 e 2, embora de menor intensidade.

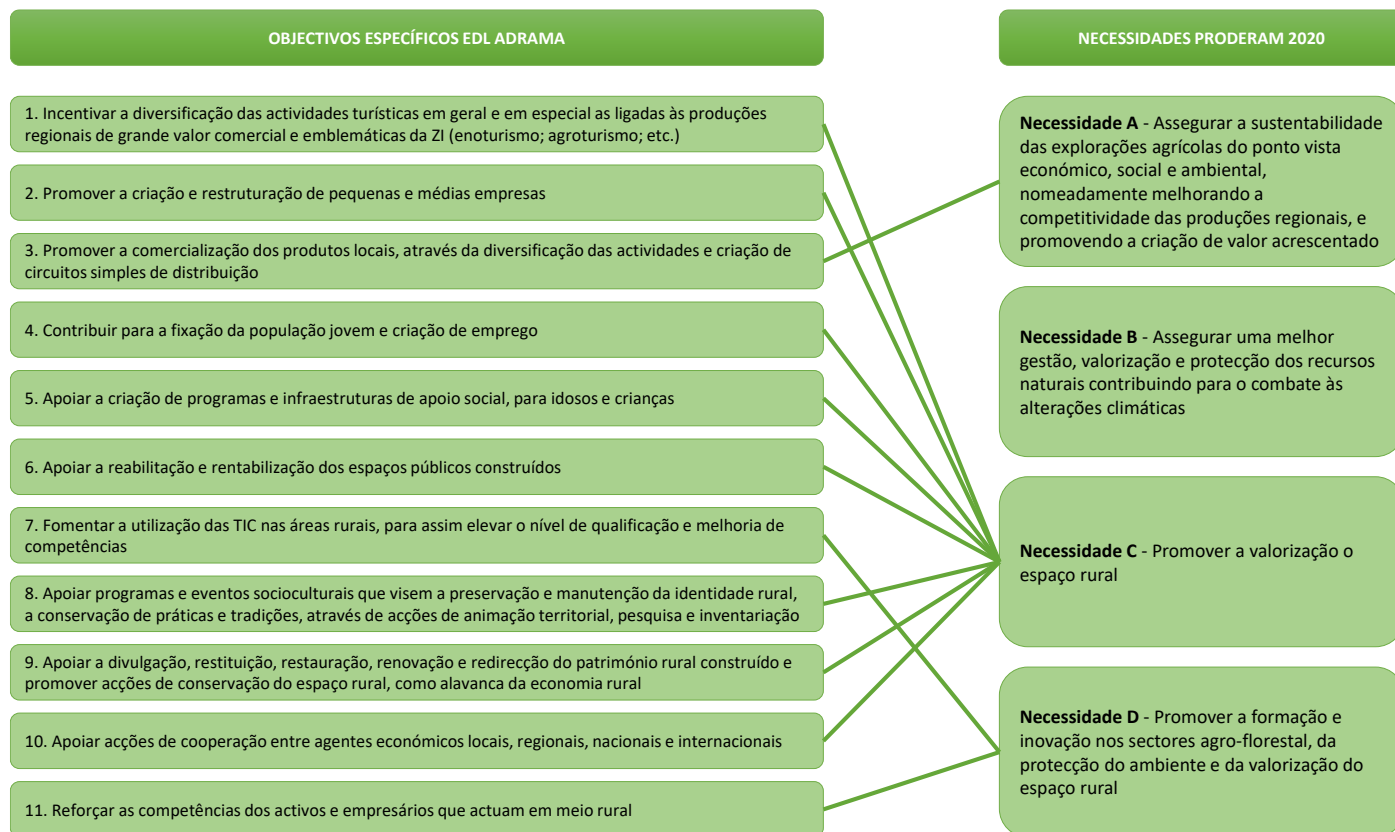
Figura 5 – Contributo dos objectivos específicos da EDL para as Prioridades do desenvolvimento rural



No que respeita aos contributos para as necessidades identificadas no âmbito da lógica de intervenção do PRODERAM 2020, verifica-se essencialmente um contributo para a Necessidade C “Promover a valorização

o espaço rural”, com menores contributos para as Necessidades A e D, que, tal como a Necessidade B, são abordadas preferencialmente por outras medidas do Programa.

Figura 6 – Contributo dos objectivos específicos da EDL para as necessidades do PRODERAM 2020



Considera-se assim que a EDL da ADRAMA apresenta e mantém coerência externa com os principais instrumentos nos quais se enquadra.

4. Dispositivos de Gestão, Acompanhamento e Controlo da Estratégia

No presente capítulo apresenta-se de forma resumida a estrutura e procedimento de gestão da EDL, cujo detalhe se encontra no respectivo documento de programação e regulamento interno., bem como a apreciação da equipa de avaliação sobre a sua implementação no presente período de programação.

Circuitos de Gestão e Acompanhamento

O GAL ADRAMA é a entidade responsável pela implementação da abordagem LEADER na zona de intervenção descrita no capítulo 1.1 deste relatório.

Nesse contexto, cabe ao GAL definir e implementar, em estrito respeito pela regulamentação comunitária, nacional e regional, todos os procedimentos relativos à abertura de avisos para apresentação de candidaturas, análise das candidaturas, proposta de decisão e análise de pedidos de pagamento.

Na tabela seguinte, procura-se ilustrar de forma simples este conjunto de etapas:

Tabela 33 – Etapas de gestão de uma operação apoiada

ETAPA	TAREFAS	ENTIDADE
Abertura de avisos para apresentação de candidaturas	- Definição de prazo e dotação; - Publicitação	Órgão de Gestão e Estrutura Técnica
Recepção de candidaturas)	Submissão dos formulários de candidatura e restante documentação pelo beneficiário, tanto em papel, como em ficheiro (pendrive)	Beneficiário e Estrutura Técnica
Análise das candidaturas	- Análise documental - Análise técnica - Análise de viabilidade económico-financeira - Audiência Prévia - Pontuação para hierarquização - Parecer técnico e proposta de decisão	Estrutura Técnica (com apoio externo na análise de viabilidade económico-financeira em operações da 19.2.1)
Decisão das candidaturas	- Apresentação no Conselho de Parceiros, que emite parecer consultivo não vinculativo - Análise no Órgão de Gestão, que procede a hierarquização e cabimentação - Parecer da Unidade de Gestão do PRODERAM 2020 - Decisão final pelo Gestor do PRODERAM 2020	Estrutura Técnica, Conselho de Parceiros, Órgão de Gestão, Unidade de Gestão do PRODERAM 2020, Gestor do PRODERAM 2020
Assinatura do Termo de Aceitação	- Comunicação ao beneficiário por parte do GAL - Submissão do Termo de Aceitação pelo beneficiário no sistema de informação do IFAP	Estrutura Técnica e IFAP
Recepção de Pedidos de Pagamento	O beneficiário submete o seu pedido de pagamento no sistema de informação do IFAP, incluindo toda a documentação	Beneficiário e IFAP
Análise de Pedidos de Pagamento	- Análise de toda a documentação e formulários - Pedidos de esclarecimentos aos beneficiários - Visita ao local físico da operação - Apuramento da despesa elegível - Emissão de parecer no sistema de informação do IFAP - Controlo administrativo por parte do IFAP regional	Beneficiário, Estrutura Técnica e IFAP
Pagamento aos Beneficiários	Transferência bancária por parte do IFAP	IFAP

Fonte: EDL ADRAMA 2014-2020; Manual de Procedimentos e de Orientações Técnicas - Avisos: 03A/AD/2018 e 02C/AD/2018

Como se pode verificar, após a publicação dos avisos para apresentação de candidaturas, é à Estrutura Técnica do GAL que cabe a maior parte das tarefas até ao encerramento da operação. Este conjunto de tarefas é típico dos diversos programas de apoio através de fundos comunitários existentes em Portugal, seguindo o modelo normal para os apoios FEADER.

Este circuito merece o seguinte conjunto de comentários por parte da equipa de avaliação:

- Os procedimentos relativos à publicação de Avisos à apresentação de candidaturas estão de acordo com o estipulado regulamentarmente, embora a sua publicação não tenha até ao momento respeitado o disposto no documento da EDL, onde é prevista a abertura de quatro avisos anualmente, nos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro. Se assim fosse, deveriam ter sido abertos um a dois concursos em 2016 e quatro em 2017 e 2018, num total de nove a dez, quando apenas foram abertos três até final de 2018.
- A apresentação das candidaturas por parte dos potenciais beneficiários é muito dificultada pela inexistência de um sistema de informação adequado que permita, à semelhança do que acontece já a nível nacional e regional para a maioria dos sistemas de apoio, o preenchimento e submissão dos formulários via internet. Esta situação obriga ao preenchimento dos formulários em excel, sua impressão e submissão em papel de todos os elementos que compõem a candidatura. Contudo, é ainda exigida a apresentação de toda a documentação em formato electrónico, numa *pendrive*, para facilidade da Estrutura Técnica.
- Os procedimentos de análise das candidaturas parecem correctos e adequados, sendo balizados por um conjunto de normas que permitem uma análise relativamente objectiva de cada candidatura. Incluem a análise documental e técnica. No caso das operações da tipologia 19.2.1, a análise de viabilidade económico-financeira é solicitada a uma entidade externa, o que, não sendo prática corrente, se compreende e aceita numa lógica de procura de recursos especializados. Após o procedimento de audiência prévia e análise da pontuação para hierarquização, é emitido um parecer técnico que resulta numa proposta de decisão favorável ou desfavorável.
- Este parecer é apresentado em Conselho de Parceiros, onde todos têm oportunidade de se pronunciar, pedir esclarecimentos e mesmo emitir opinião contrária à da proposta de decisão. Deste exercício resulta um parecer deste órgão que, não sendo vinculativo, tem uma importância fundamental no desfecho do processo de decisão. Este parecer segue depois para o Órgão de Gestão, órgão que emana do primeiro, e que emite uma proposta final de decisão. Questiona-se a necessidade desta dupla consulta (Conselho de Parceiros e Órgão de Gestão), até porque, de acordo

com as informações recolhidas, em nenhum caso o segundo parecer foi diferente do primeiro. Por último, esta proposta é enviada à AG PRODERAM 2020, onde é levada a Unidade de Gestão e finalmente a decisão por parte do Gestor. Este é por isso um processo necessariamente longo, com várias etapas e intervenção de múltiplas entidades.

- Após decisão, esta é comunicada ao beneficiário e ao IFAP, sendo necessário o carregamento manual, por parte da Estrutura Técnica, de um conjunto de dados relativos à operação no sistema de informação do IFAP (i-Digital).
- Todos os procedimentos posteriores – assinatura do Termo de Aceitação, submissão e análise dos pedidos de pagamento – feitos *online* no sistema de informação do IFAP. Estes procedimentos são os habituais para todas as intervenções em que o IFAP surge como organismo pagador. Refira-se que o grande atraso na disponibilização da ferramenta para assinatura do Termo de Aceitação foi um dos factores que contribuíram para o atraso na implementação da EDL e para a sua reduzida execução até ao momento. Após a resolução deste problema, este conjunto de procedimentos parece estar a funcionar de forma relativamente eficiente, sem dificuldades de maior.

Refira-se que os membros da Parceria que responderam ao questionário enviado estão globalmente satisfeitos com este processo de funcionamento e decisão, atribuindo classificações de 3,7 e 3,9 (em 5) à qualidade da gestão do GAL e ao processo de tomada de decisão, respectivamente, com 80% a considerar que este processo melhorou relativamente ao passado.

Tendo em conta o conjunto de atrasos na implementação da abordagem LEADER na RAM e na disponibilização da ferramenta para assinatura do Termo de Aceitação, todos os procedimentos acima descritos foram muito demorados.

Como se pode verificar pela tabela seguinte (relativa às 32 operações com aprovação), o tempo médio de decisão no primeiro concurso foi de cerca de um ano - 363 dias (355 para a tipologia 19.2.1 e 366 para a tipologia 19.2.2), melhorando para o segundo concurso – 223 dias (270 e 202, respectivamente), apesar de se manter como um prazo muito elevado e muito superior aos 60 dias úteis previstos regulamentarmente. Refira-se que, embora o tempo de análise e proposta de decisão pelo GAL se tenha mantido sempre elevado (apenas inferior a 200 dias num dos quatro sub-concursos), o tempo de decisão pela Autoridade de Gestão melhorou significativamente, de 99 dias no primeiro concurso para apenas 12 no segundo.

Após a decisão, o prazo médio para assinatura do Termo de Aceitação e preparação e submissão do primeiro pedido de pagamento de cada uma das 19 operações com execução foi de 255 dias. A análise e pagamento

dos pedidos de pagamento foi o processo mais célere, levando em média 31 dias. Desta forma, em média um beneficiário teve de aguardar 566 dias, mais de um ano e meio, entre a submissão da candidatura e o primeiro recebimento:

Tabela 34 – Prazos médios de decisão e pagamento

Concurso	Candidatura a Decisão GAL	Tempo Médio (dias)			
		Decisão GAL a Decisão AG	Total Decisão	Decisão a Submissão 1º PP	Submissão PP a Pagamento
01A/AD/2016	218	136	355	166	35
01B/AD/2016	277	88	366	370	28
02A/AD/2017	259	11	270	-	-
02B/AD/2017	189	13	202	162	32
Média	232	48	280	255	31

Fonte: Elaboração própria com base em dados ADRAMA e IFAP

Dispositivos de controlo físico e financeiro

O conjunto de documentos fundamentais para o funcionamento do GAL ADRAMA – Acordo de Parceria, Regulamento Interno do Conselho de Parceiros e documento de programação da EDL – é relativamente omissivo quanto aos procedimentos de controlo interno do funcionamento do GAL e dos seus órgãos.

Apenas o documento da EDL faz algumas referências, nomeadamente mencionando que:

1. “A parceria dispõe de procedimentos transparentes em termos de decisão e selecção de projectos, estando assegurada a formalização escrita de todas as decisões e os procedimentos destinados a evitar eventuais conflitos de interesse, bem como disposições relativas à avaliação, que foram concebidas no sentido de fornecerem informações objectivas e convenientes à gestão da parceria local.
2. Os procedimentos regulares de controlo e de avaliação periódica da estratégia foram pensados de forma a constituir um instrumento de ajuste da estratégia às circunstâncias em evolução, alterando o que precisa de ser alterado (revisão e actualização da estratégia)”.

Relativamente ao primeiro ponto, a equipa de avaliação entende que os procedimentos de selecção e decisão estão bem definidos e são implementados de forma rigorosa, tendo em conta os diversos níveis de análise e decisão das candidaturas. Contudo, no que se refere à avaliação, as disposições existentes permitem a obtenção de parte dos indicadores de avaliação, mas não de todos, aspecto que deverá ser melhorado no futuro.

Relativamente ao controlo e revisão da EDL, a equipa de avaliação não detectou qualquer referência à existência de quaisquer procedimentos implementados, embora as reuniões do Conselho de Parceiros sejam o fórum indicado para a discussão e revisão da EDL. De facto, embora não tenha existido até ao

momento qualquer alteração à Estratégia, foi já efectuada uma reafecção de verbas dentro de cada uma das tipologias de apoio 19.2.1 e 19.2.2, de forma a adequar as disponibilidades orçamentais à procura real pelos apoios.

Relativamente aos procedimentos de controlo das operações apoiadas, o GAL procede a controlos administrativos no âmbito dos pedidos de pagamento, bem como a controlos físicos *in loco* a todas as operações. Também o IFAP procede a controlos administrativos em todos os pedidos de pagamento.

Ao abrigo dos protocolos estabelecidos entre o GAL e Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020 e o IFAP, estas entidades conduzem controlos de qualidade a operações em curso, de forma a verificar da adequação dos procedimentos de análise de candidaturas e de pedidos de pagamento.

Nesse âmbito, a Autoridade de Gestão efectuou no ano de 2018 controlos de qualidade a 4 operações (10046 e 10054, 10057, 10060). Em todos os casos, “o resultado do controlo de qualidade demonstrou que a análise estava bem elaborada e bem fundamentada”, com um resultado de “conforme”. No primeiro destes controlos de qualidade foi feita uma recomendação que foi prontamente seguida pelo GAL, não tendo já constado dos controlos seguintes. Também o IFAP procedeu a um controlo de qualidade aos procedimentos de contratualização de uma operação aprovada (10057), com resultado “conforme” e com indicação de que “não foram encontradas não conformidades”.

Adequação dos recursos humanos e financeiros

Do conjunto de órgãos que compõem o GAL ADRAMA, a única estrutura dedicada integralmente a assegurar o seu funcionamento é a Entidade Gestora (ADL ADRAMA) assente numa Estrutura Técnica (equipa técnica local). Esta Estrutura Técnica é composta por três elementos – um coordenador/supervisor, que assume igualmente a função de Presidente do Órgão de Gestão e dois técnicos analistas.

Estes dois técnicos são funcionários do GAL a título permanente e a tempo inteiro, sendo por isso os únicos recursos remunerados. A sua função é assegurar o funcionamento regular do GAL e a implementação da EDL, estando responsáveis pela divulgação da EDL, pela recepção e análise das candidaturas no âmbito da abordagem LEADER, pela análise dos respectivos pedidos de pagamento e pela gestão corrente de todas as actividades do GAL, incluindo a componente financeira, sempre reportando ao seu coordenador, ao Órgão de Gestão e ao Conselho de Parceiros (ver Tabela 37).

No que diz respeito à adequação destes recursos humanos às necessidades de implementação da EDL, com base na sua análise e no conjunto de contributos obtidos junto dos beneficiários, Parceiros e restantes stakeholders da EDL, a equipa de avaliação considera o seguinte:

- O corpo técnico composto por dois técnicos analistas tem sido suficiente para dar resposta às exigências em termos de operacionalização da EDL, análise e recepção de candidaturas e análise de pedidos de pagamento, embora as circunstâncias da implementação da EDL tenham contribuído para que os tempos de decisão das candidaturas sejam alargados;
- Estes técnicos possuem a formação e as competências adequadas à sua função, que têm desempenhado com brio, dedicação e qualidade, estando particularmente atentos às exigências processuais em todos os procedimentos necessários a este desempenho;
- A segregação de funções entre os técnicos está prevista na sua forma de funcionamento, não obstante a grande proximidade no trabalho dos dois técnicos que não evita um conhecimento do trabalho afecto a cada um;
- Nas entrevistas realizadas com os beneficiários, estes são unânimes em elogiar o trabalho dos dois técnicos analistas, considerando que prestam um apoio muito relevante em todas as fases do processo de submissão das suas candidaturas e de implementação dos seus projectos de investimento, esclarecendo dúvidas, alertando preventivamente para possíveis dificuldades e contribuindo para que todos os procedimentos decorram sem problemas;
- O volume de trabalho existente, bem como outros factores discutidos neste relatório, não têm permitido que os técnicos tenham a necessária disponibilidade para assegurar uma divulgação abrangente da EDL e para introduzir processos de gestão e de dinamização inovadores;
- Constata-se, de facto, algum conservadorismo na abordagem à gestão corrente da EDL, por vezes com alguma relutância inicial à introdução de novos procedimentos, apesar de tal não comprometer a sua operacionalização;
- Apesar, de como referido, se entender que esta composição da Equipa Técnica é adequada para dar resposta ao volume de tarefas correntes do GAL, quase 30% dos Parceiros, embora estando satisfeitos com o desempenho dos técnicos (classificação de 3,9 em 5), consideram a estrutura subdimensionada;
- Embora se compreenda as dificuldades financeiras com que a assistência técnica da EDL se confronta, nomeadamente em face da redução orçamental face ao anterior período de programação, a eventual inclusão de um novo elemento na Estrutura Técnica poderia trazer algum

dinamismo, particularmente no que se refere às componentes de divulgação, animação e dinamização da EDL.

Em termos financeiros, a submedida de apoio ao funcionamento do GAL e animação da EDL (19.4) tem uma dotação de 592.073 € para o período de programação de 2014-2020 (média anual prevista de 84.581.€), tendo até final de 2018 sido realizada uma despesa pública de 139.041 € (23,5%) – 49.541 € em 2017 e 89.540 em 2018.

Esta dotação anual de cerca de 85.000 € deverá suportar o salário e encargos sociais dos dois técnicos, bem como todos os restantes custos de estrutura e funcionamento da Estrutura Técnica (escritório, comunicações, deslocações no território de intervenção), bem como de animação e promoção da EDL. Parece-nos um montante adequado, talvez mesmo sub-orçamentado, para fazer face a este conjunto de encargos.

Contudo, e como discutido na resposta à Questão de Avaliação nº 14, o valor da despesa pública já afecta ao funcionamento do GAL (submedidas 19.1 e 19.4) representa cerca de 50% do valor já despendido no apoio a beneficiários (submedida 19.2), o que naturalmente se traduz num peso extremamente elevado do funcionamento face aos apoios concedidos.

Actividades de Avaliação

A EDL prevê um conjunto de metas e indicadores de monitorização da implementação da EDL, de carácter financeiro e físico, que deverão ser acompanhados regularmente, nomeadamente através da apresentação de um Relatório de Monitorização Anual, que deve ser apresentado à AG PRODERAM 2020 até ao final do primeiro trimestre do ano subsequente.

Até ao momento, foi apenas produzido um relatório relativo ao ano de 2017, uma vez que a inexistência de aprovações nos anos anteriores não o justificava. Este relatório, para além de uma descrição sucinta da EDL e das medidas de apoio previstas, apresenta a execução até final de 2017 referindo, nomeadamente, os concursos abertos, as candidaturas recepcionadas, as candidaturas aprovadas e a execução da EDL.

Foi ainda produzido, ao abrigo do protocolo estabelecido com o IFAP, um Relatório de Execução das Tarefas Delegadas para o ano de 2017, muito semelhante ao relatório acima referido.

Em termos de avaliação, está prevista uma avaliação no final do período de programação, bem como uma avaliação interna, de acordo com o estipulado no Manual de Procedimentos do GAL.

A presente avaliação de 2019 não está prevista na EDL, mas constitui uma obrigação regulamentar, tendo o GAL optado pelo recurso a uma entidade externa. As metodologias e resultados desta avaliação são apresentados no presente documento.

No âmbito da actividade corrente do GAL, os contributos para os exercícios de avaliação deverão centrar-se na implementação de procedimentos de recolha sistemática de informação, particularmente quantitativa, que permita a construção de indicadores robustos e fidedignos, nomeadamente no que respeita a indicadores de realização física. Para tal, sugere-se uma melhor e mais sistemática utilização da bateria de indicadores cuja utilização está prevista no sistema de informação do IFAP, o que permite trazer mais abrangência, rigor, detalhe e objectividade ao exercício de avaliação.

Funções e Articulação entre Órgãos de Gestão

O conjunto de funções de cada um dos órgãos inerentes à implementação da EDL está bem detalhado no documento da EDL e no Regulamento Interno do GAL. Importa assim verificar de que forma estas funções têm vindo a ser cumpridas por cada um destes órgãos.

No seu conjunto, a Parceria deverá desenvolver as seguintes funções:

Tabela 35 – Desempenho das funções da Parceria

Funções da Parceria	Comentário
A participação activa no processo de diagnóstico e concepção da EDL, através da disponibilização de elementos de caracterização do território, propostas de ideias e acções que contribuam para uma visão de desenvolvimento integrado.	Este conjunto de tarefas foram implementadas e contribuíram para a definição do documento de programação da EDL.
Aprovação por maioria de votos a EDL do GAL ADRAM.	A EDL foi aprovada.
Acompanhamento e avaliação da Estratégia durante todo o seu período de aplicação (prevendo-se a eventualidade de revisão e alteração).	O acompanhamento da implementação é feito por todos os órgãos da EDL, embora focando essencialmente na vertente de execução financeira. A Estrutura Técnica acompanha igualmente a execução física das operações, apoiando os beneficiários nos aspectos relativos à boa conclusão das suas operações de financiamento.
Animação e promoção da Estratégia.	A animação e promoção da EDL tem sido um dos aspectos em que a Parceria menos se tem envolvido, o que resulta na inexistência de acções específicas que visem a sua divulgação. Conforme referido no ponto 5.3 deste relatório, esta atitude resulta do atraso na implementação da EDL e da expectativa de uma procura significativa mesmo sem divulgação.
Nomeação dos membros do Órgão de Gestão e da Entidade Gestora, assim como aprovação da saída ou entrada de novos membros para a Parceria.	O Órgão de Gestão e a Entidade Gestora foram nomeados.

No que se refere ao Conselho de Parceiros, para além das funções relativas ao funcionamento interno do GAL, que têm vindo a ser cumpridas sem quaisquer problemas a referir (eleição dos órgãos de gestão, aprovação do regulamento interno), tem a particular tarefa de acompanhar a execução da EDL através de reuniões periódicas e de se pronunciar sobre as propostas de decisão relativamente às candidaturas submetidas. Esta pronúncia tem existido com frequência, sendo habitual a apresentação de recomendações ou a colocação de questões sobre candidaturas, que levam à melhoria do processo de decisão.

Refira-se que o Conselho de Parceiros apenas reuniu por quatro vezes desde a sua constituição – Fevereiro de 2015, Junho de 2017, Fevereiro de 2018 e Maio de 2018, incumprindo assim o nº 10 do seu próprio regulamento interno, que prevê a realização de reuniões ordinárias com periodicidade trimestral. Entre Janeiro de 2015 e Dezembro de 2018 deveria assim ter existido um total de 16 reuniões, apenas se tendo realizado 25% destas.

Acresce que o índice de presenças nestas reuniões foi muito reduzido, com excepção da primeira reunião, em que se fizeram representar os 23 membros do Conselho de Parceiros. Nas reuniões seguintes estiveram presentes entre 10 e 13 membros, nunca atingindo o mínimo de dois terços (16) para existência de uma maioria qualificada. Apenas 5 parceiros se fizeram representar nas quatro reuniões – ADRAMA, ACINM, ADENORMA, DRADR e Município da Ribeira Brava.

Ainda assim, os Parceiros inquiridos consideram que o seu grau de participação nas actividades do GAL e que o processo participativo são bons (3,5 e 3,7, respectivamente, em 5), tendo este último vindo a melhorar (opinião de 70% das respostas).

Quanto às funções do Órgão de Gestão, são os seguintes os comentários da equipa de avaliação:

Tabela 36 – Desempenho das funções do Órgão de Gestão

Funções do Órgão de Gestão	Comentário
Garantir de forma eficiente e eficaz a dinamização e execução da EDL.	Conforme discutido ao longo do capítulo 5, a dinamização da EDL tem sido muito incipiente ou mesmo nula, enquanto que a sua execução é, por diversos motivos, ainda bastante reduzida. Considera-se contudo que estas situações não são da exclusiva responsabilidade do Órgão de Gestão e que o funcionamento deste órgão e da Estrutura Técnica por ele supervisionada é eficiente na gestão corrente da EDL e no acompanhamento aos beneficiários.
Decidir sobre os pedidos de apoio, tendo em consideração o parecer da ETL, e da Assembleia de parceria e respeitando os regulamentos de aplicação e as orientações definidas pela Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020.	O Órgão de Gestão tem decidido sobre as candidaturas apresentadas, tendo em conta os pareceres técnicos e os regulamentos em vigor. Segundo informações obtidas, não houve em nenhum caso uma decisão deste órgão distinta das recomendações provenientes do Conselho de Parceiros, o que pode levar a admitir a eventual supressão desta etapa do processo de decisão.

Funções do Órgão de Gestão	Comentário
Coordenar e assegurar a gestão técnica, administrativa e financeira do orçamento da EDL e dos fundos públicos colocados à sua disposição.	Estas tarefas têm vindo a ser desempenhadas essencialmente pela Estrutura Técnica, com supervisão do Órgão de Gestão.
Representar o GAL junto das autoridades nacionais e comunitárias.	O Órgão de Gestão tem-se assumido como o principal representante do GAL nos contactos mais relevantes com outros organismos, sendo a gestão corrente destes contactos desempenhada pela Estrutura Técnica.
Monitorizar a execução dos pedidos de apoio aprovados.	Esta função tem sido essencialmente desempenhada pela Estrutura Técnica, que acompanha com grande proximidade as operações apoiadas, quer em sede de análise de pedidos de pagamento, quer assegurando o cumprimento pelos beneficiários das suas obrigações. Este acompanhamento é reconhecido e apreciado pelos beneficiários.
Aprovar o Manual de Procedimentos proposto pela ETL, garantindo que o mesmo incorpora as orientações técnicas da autoridade de gestão regional.	O Manual foi aprovado e cumpre os requisitos regulamentares.
Aprovar os relatórios anuais de execução da EDL.	O relatório anual de 2017 da EDL não foi submetido a apreciação do Órgão de Gestão.

Desde o momento da sua constituição, durante a primeira reunião do Conselho de Parceiros em Janeiro de 2015, o Órgão de Gestão reuniu por sete vezes – Setembro de 2016, Junho de 2017, Março de 2018, Maio de 2018, Outubro de 2018, Novembro de 2018 e Dezembro de 2018, sempre com 4 ou 5 dos seus cinco membros. À excepção de 2018, em que foram efectuadas cinco reuniões, não foi cumprido o calendário que prevê a realização de reuniões trimestrais.

Refira-se ainda que este órgão foi eleito em Fevereiro de 2015 (Acta nº1 do Conselho de Parceiros do GAL ADRAMA (2014-2020)), por um mandato de 3 anos (nº 1 do art.º 16 do regulamento interno do Conselho de Parceiros). Contudo, não se encontra em actas subsequentes qualquer referência à eleição do Órgão de Gestão para os três anos subsequentes.

Por último, quanto às funções atribuídas à Estrutura Técnica no âmbito da implementação da EDL, a equipa técnica tem as seguintes observações:

Tabela 37 – Desempenho das funções da Estrutura Técnica

Funções da Estrutura Técnica	Comentário
Elaborar o Manual de Procedimentos relativo ao processo de apresentação e análise dos pedidos de apoio, dos pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações de acordo com as orientações técnicas da autoridade de gestão do PRODERAM 2020 (cf. Manual de Procedimentos) e do IFAP-IP e submetê-lo à aprovação do OG.	No decorrer do período relativo a cada aviso para apresentação de candidaturas é disponibilizado no <i>site</i> da ADRAMA um Manual de Procedimentos e de Orientações Técnicas específico para esse aviso. Este documento engloba instruções sobre a apresentação dos pedidos de apoio e pedidos de pagamento, informações sobre o processo de análise e decisão e informações específicas sobre as tipologias de apoio a que o aviso diz respeito. Após o fecho do aviso, e para não gerar dúvidas junto dos potenciais beneficiários, estes documentos são retirados do <i>site</i> . Contudo, seria útil que o Manual de Procedimentos Geral ficasse disponível <i>online</i> em permanência.

Funções da Estrutura Técnica	Comentário
Emitir pareceres técnicos sobre a admissibilidade e mérito dos pedidos de apoio apresentados, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentadoras.	Esta função tem sido desempenhada com grande rigor pela Estrutura Técnica para todos os pedidos de apoio submetidos. Tal tem resultado em propostas de decisão bem fundamentadas e justas, que têm merecido o acordo do Conselho de Parceiros e do Órgão de Gestão. Contudo, como já apresentado, os tempos médios de decisão têm sido muito lentos, o que não é exclusivamente atribuível ao desempenho da Estrutura Técnica.
Analisar os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários dos pedidos de apoio aprovados, verificando a sua elegibilidade.	A Estrutura Técnica tem procedido com rigor à análise dos pedidos de pagamento submetidos pelos promotores, incluindo as visitas a todos os projectos. De acordo com a opinião dos beneficiários, os tempos médios de análise e pagamento são relativamente reduzidos e este é um procedimento que decorre sem grandes complicações, também devido à acção de acompanhamento do GAL.
Secretariar as reuniões do Conselho de Parceiros.	Tarefa sempre desempenhada, com apresentação das propostas de decisão e produção das actas das reuniões.
Proceder à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros, relativos às Submedida e Ações previstas na EDL, bem como sobre a execução da EDL, para apuramento de indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional.	A Estrutura Técnica possui um sistema de recolha de dados relativos aos pedidos de apoio apresentados, à sua análise e decisão e à sua execução. É um sistema relativamente simples, em folha <i>excel</i> , essencialmente destinado ao acompanhamento financeiro das operações e, em termos agregados, da execução financeira da EDL. Contudo, o sistema recolhe um número muito reduzido de indicadores físicos, essencialmente provenientes dos formulários de candidatura, não existindo praticamente recolha de dados de execução reais, após a implementação das operações, que permitam medir os resultados reais destas no território. Tal como referido acima, seria muito relevante uma melhor e mais sistemática utilização da bateria de indicadores cuja utilização está prevista no sistema de informação do IFAP, a apurar com base na informação prestada no âmbito dos últimos pedidos de pagamento de cada operação.
Assegurar os procedimentos necessários à realização das monitorizações e avaliação contínua da EDL e preparar os relatórios de execução.	A Estrutura Técnica realizou os procedimentos necessários à contratação e realização do presente exercício de avaliação, tendo acompanhado em permanência o trabalho em curso. Tem igualmente preparado os relatórios anuais de execução da EDL, até ao momento apenas relativamente ao ano de 2017. A monitorização desta execução tem sido, como já referido, essencialmente de carácter financeiro, com pouco ênfase nos indicadores de realização física, particularmente na medição de resultados pós-projecto.

Refira-se que para efeitos de segregação de funções dentro da Estrutura Técnica, no que respeita à análise de pedidos de apoio e de pedidos de pagamento, o documento de programação da EDL refere a afectação de cada uma destas funções a um técnico diferente. Embora se compreenda e aceite esta forma de operacionalização, essencialmente devido à dimensão da Estrutura Técnica, a grande proximidade de trabalho entre os dois técnicos e o facto de partilharem as mesmas instalações, faz com que dificilmente essa segregação de funções seja plena, ou seja, que não haja um conhecimento, e até um envolvimento, por cada um dos técnicos no trabalho do outro. Esta circunstância tem, no entanto, grandes vantagens no trabalho diário do GAL e na relação com os promotores.

Ainda no que se refere à segregação de funções, está estipulado na alínea i) do nº 2 da cláusula 3ª do Protocolo estabelecido entre o GAL ADRAMA e a Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020 que todas as candidaturas a apoios da EDL cujo promotor seja a própria ADRAMA ou alguma das entidades ou indivíduos membro do Órgão de Gestão, da Entidade Gestora ou da Estrutura Técnica Local deverão ser analisados pelo Secretariado Técnico da AG PRODERAM 2020 e não pelo GAL.

Comunicação e Divulgação

A preparação da implementação da abordagem LEADER pelo GAL ADRAMA no presente período de programação foi um exercício muito participado, tendo a definição da EDL sido baseada num conjunto de abordagens entre as quais uma auscultação alargada aos principais agentes do território de intervenção.

Nesta auscultação foi definida uma amostra de 296 entrevistados, dos quais foram obtidas 166 respostas por parte de representantes de diversos tipos de entidades públicas, privadas e associativas em todos os concelhos do território de intervenção. Foram ainda conduzidas “reuniões individuais e separadas com representantes da comunidade local pertencente à Zona de Intervenção (ZI) do GAL ADRAMA: Ribeira, Brava, Ponta do Sol, Calheta, Porto Moniz, São Vicente e Santana.”

Este foi assim um processo que envolveu bastante a comunidade local na definição da EDL, dando-lhe um conhecimento *a priori* das tipologias de apoio a conceder, aliás relativamente semelhantes às tipologias existentes em períodos de programação anteriores, já do conhecimento generalizado dos principais intervenientes do território.

Por outro lado, a implementação tardia dos apoios da EDL, com os primeiros avisos abertos apenas em Setembro de 2016, associada à significativa redução orçamental atribuída à EDL face ao anterior período de programação, levou a uma perspectiva de que o início da sua implementação fosse marcado por uma forte procura por parte dos beneficiários, a que a dotação existente poderia não conseguir dar resposta.

Por último, a Estrutura Técnica, de apenas dois elementos, esteve sempre muito envolvida nas tarefas correntes de operacionalização da EDL, análise de candidaturas e de pedidos de pagamento e acompanhamento aos beneficiários.

Neste contexto – envolvimento *a priori*, conhecimento de anteriores apoios, implementação tardia, redução de dotação, trabalho técnico – acabou por ser considerada pouco relevante e pouco necessária a divulgação da EDL e a publicitação dos apoios existentes.

Não foram assim, realizadas quaisquer acções directas de comunicação com os agentes do território e potenciais beneficiários, tendo o GAL uma postura apenas reactiva, de resposta às solicitações de

informação e apoio que lhe foram chegando. Para além do contacto directo com os beneficiários, as principais fontes de informação e divulgação da EDL e dos seus apoios são o *website* do GAL (<http://adrama.pt/>), onde é colocada informação relevante sobre a entidade, a EDL e os apoios disponíveis (avisos, legislação, formulários, manuais de procedimentos, etc), a sua página de *facebook* (<https://pt-pt.facebook.com/pages/category/Nonprofit-Organization/Adrama-176993835809380/>) e a rede de parceiros que, junto das populações locais, têm a possibilidade de divulgar os apoios existentes.

Apesar desta ausência, não estratégica mas real, de acções directas de comunicação e divulgação, os dados qualitativos recolhidos permitem considerar que os agentes do território estão relativamente bem informados sobre a EDL e alguns dos seus apoios.

Em 18 respostas ao inquérito aos beneficiários, 78% afirma conhecer o conteúdo da EDL. Contudo, quando pedido para indicar o seu nome apenas foram obtidas 9 respostas, 56% das quais indicando o nome correcto e 44% indicando outros nomes, entre os quais PRODERAM 2020.

Em 20 respostas, 95% afirma ter tido acesso a informação de divulgação das medidas da EDL. Quando solicitada a indicação das medidas que conhece, foram obtidas 22 respostas, sendo com larga vantagem a medida mais reconhecida a 19.2.2.2 - Recuperação e valorização do Património Rural com 95% de respostas. Das restantes, as tipologias de apoio 19.2.1.1, 19.2.1.2, 19.2.1.3 e 19.2.2.1 têm níveis de reconhecimento entre 20% e 30%, estando as restantes abaixo dos 20% de reconhecimento entre os beneficiários da EDL. Naturalmente, estes níveis de reconhecimento serão significativamente inferiores no caso de outros agentes do meio rural, não beneficiários da EDL.

Quanto aos Parceiros, o questionário realizado indica resultados relativamente favoráveis quanto à participação da comunidade local na execução da EDL (3,5 em 5), quanto às actividades de divulgação da EDL (3,6) e quanto ao grau de conhecimento da população em geral sobre a EDL e os seus apoios (3,3).

5. Avaliação dos Resultados da Implementação da EDL

5.1 Identificação dos Indicadores Financeiros e Físicos

Desde o início da implementação da EDL da ADRAMA, cujo primeiro concurso foi aberto em final de 2016, até final de 2018, o GAL lançou um total de 3 concursos e 8 sub-concursos para apresentação de candidaturas, nas submedidas 19.2.1 “Actividades não agrícolas em zonas rurais”, 19.2.2 “Serviços básicos para população rural” e 19.2.3 “Cooperação para o desenvolvimento local”:

Tabela 38 – Avisos abertos pela ADRAMA até final de 2018

Publicação	Período de Abertura	Aviso	Tipologia	Dotação
Setembro 2016	Setembro-Novembro 2016	1A	19.2.1	500.000,00
Setembro 2016	Setembro-Novembro 2016	1B	19.2.2	350.000,00
Setembro 2016	Setembro-Novembro 2016	1C	19.2.3	50.000,00
Julho 2017	Julho-Setembro 2017	2A	19.2.1	1.000.000,00
Julho 2017	Julho-Setembro 2017	2B	19.2.2	750.000,00
Outubro 2018	Outubro-Dezembro 2018	2C	19.2.3	105.727,32
Outubro 2018	Outubro-Dezembro 2018	3A	19.2.1	1.272.526,17
Maio 2018	Junho-Agosto 2018	3B	19.2.2	450.000,00

Fonte: ADRAMA

No âmbito destes concursos foram recebidas 100 candidaturas, todas das submedidas 19.2.1 e 19.2.2, com um valor total de investimento proposto de perto de 16 M€, dos quais 67% na submedida 19.2.1 e 33% na submedida 19.2.2, com a seguinte distribuição:

Tabela 39 – Candidaturas Recebidas até 31/12/2018

Concurso	Medida	Nº	Valor Proposto	Medida	Nº	Valor Proposto	% Nº	% Valor	Inv Médio
01A/AD/2016	19.2.1	13	3.730.937,48 €	19.2.1	42	10.494.616,62 €	42%	66%	249.871,82 €
01B/AD/2016	19.2.2	23	3.125.880,02 €	19.2.2	56	5.351.243,08 €	56%	34%	95.557,91 €
02A/AD/2017	19.2.1	20	6.763.679,14 €	19.2.3	2		2%		
02B/AD/2017	19.2.2	17	845.763,34 €	TOTAL	100	15.845.859,70 €	100%	100%	158.458,60 €
02C/AD/2018	19.2.3	2							
03A/AD/2018	19.2.1	9							
03B/AD/2018	19.2.2	16	1.379.599,72 €						
TOTAL		100	15.845.859,70 €						

Fonte: ADRAMA

Este investimento proposto concentra-se particularmente nos concelhos da Calheta (35%) e Ribeira Brava (22%) e incide maioritariamente em actividades turísticas (60%) e com menor relevo na valorização do património rural e em serviços básicos (16% cada).

Em final de 2018 tinha sido concluída a análise dos concursos 01 e 02, tendo sido aprovadas 32 das 73 candidaturas apresentadas, maioritariamente na submedida 19.2.2 (72%), mas com maior investimento elegível (63%) e despesa pública (56%) na submedida 19.2.1. O montante de 2,3 M€ de despesa pública aprovada concentrou-se principalmente nas actividades turísticas (45%), mas também na valorização do

património rural e em serviços básicos (22% cada), estando repartido por quatro Concelhos – Calheta (33%), Ribeira Brava (23%), São Vicente (21%) e Santana (18%).

Tabela 40 - Operações Aprovadas até 31/12/2018

Concurso	Medida	Nº	Valor Elegível	Despesa Pública	Medida	Nº	Valor Elegível	Despesa Pública
01A/AD/2016	19.2.1	3	732.540,82 €	342.328,45 €	19.2.1	9	2.594.921,39 €	1.307.220,46 €
01B/AD/2016	19.2.2	10	995.264,95 €	697.264,95 €	19.2.2	23	1.499.837,71 €	1.027.260,22 €
02A/AD/2017	19.2.1	6	1.862.380,57 €	964.892,01 €	19.2.3			
02B/AD/2017	19.2.2	13	504.572,76 €	329.995,27 €	TOTAL	32	4.094.759,10 €	2.334.480,68 €
02C/AD/2018	19.2.3							
TOTAL		32	4.094.759,10 €	2.334.480,68 €				

Fonte: ADRAMA

Deste conjunto de operações, apenas 19 tinham alguma execução até final de 2018, maioritariamente na submedida 19.2.2, embora com maior dimensão financeira na submedida 19.2.1:

Tabela 41 - Operações com Execução até 31/12/2018

Medida	Nº	Valor Executado	DP Paga	% Nº	% Valor	% DP	Inv Médio	DP/Inv
19.2.1	3	419.012,41 €	199.306,93 €	16%	63%	57%	139.670,80 €	48%
19.2.2	16	241.076,16 €	152.421,58 €	84%	37%	43%	15.067,26 €	63%
TOTAL	19	660.088,57 €	351.728,51 €	100%	100%	100%	34.741,50 €	53%

Fonte: ADRAMA

Deste universo, como concluídas a 31/12/2018 estavam somente 7 operações, 6 das quais na submedida 19.2.2. Cinco operações destinaram-se à valorização do património rural, com apenas uma operação concluída relativa a serviços básicos e a actividades turísticas. Tendo em conta a maior dimensão da única operação concluída na submedida 19.2.1, as actividades turísticas representam 68% da despesa pública afecta a estas operações. Refira-se que todos os 6 Concelhos abrangidos pela EDL tiveram uma operação concluída, existindo duas apenas em Santana:

Tabela 42 - Operações Concluídas até 31/12/2018

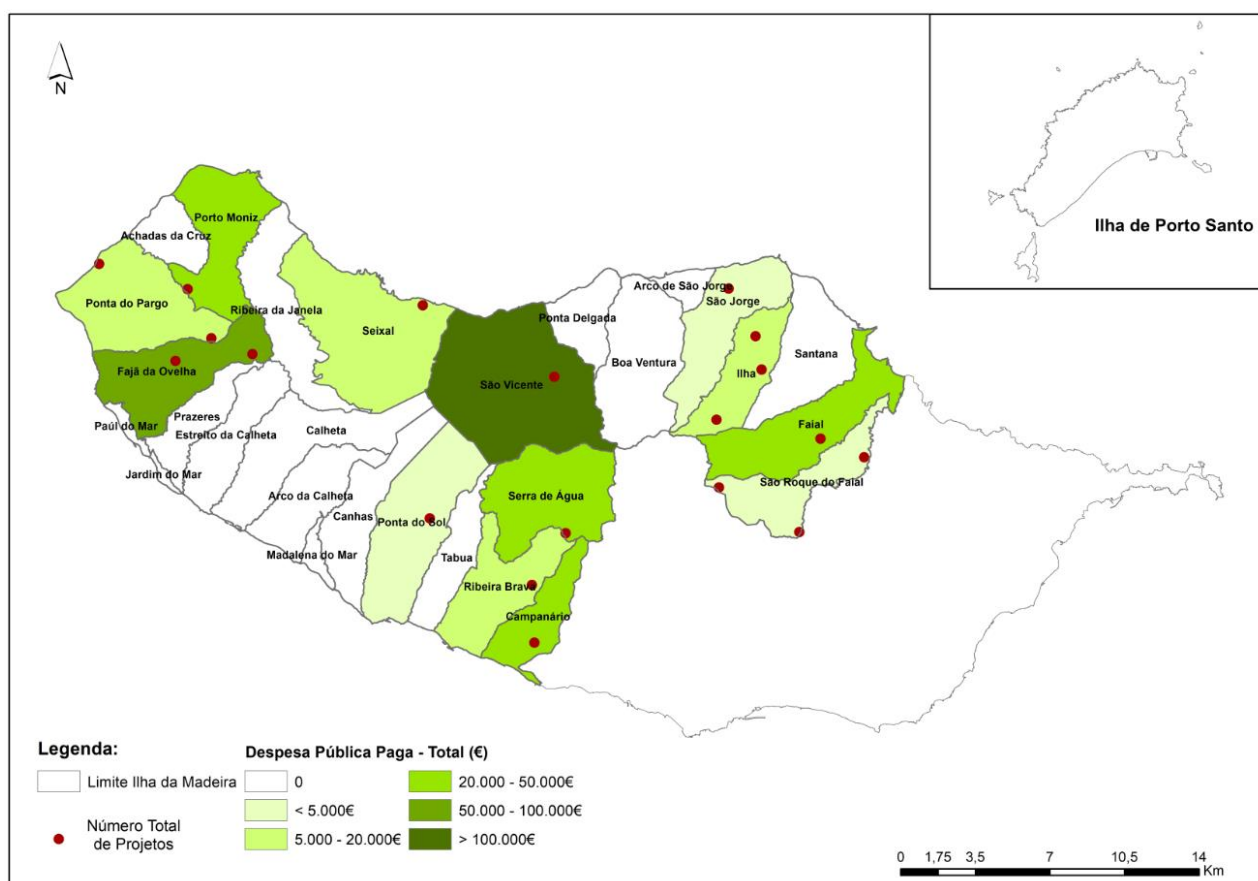
Medida	Nº	Valor Executado	DP Paga	% Nº	% Valor	% DP	Inv Médio	DP/Inv
19.2.1	1	241.336,95 €	118.990,44 €	14%	72%	68%	241.336,95 €	49%
19.2.2	6	93.458,00 €	57.227,80 €	86%	28%	32%	15.576,33 €	61%
TOTAL	7	334.794,95 €	176.218,24 €	100%	100%	100%	47.827,85 €	53%

Fonte: ADRAMA

Considerando as 19 operações com execução e concluídas como o universo do exercício de avaliação, verifica-se, como referido, que predominam as operações da submedida 19.2.2 (16), mas que as operações da submedida 19.2.1 apresentam uma maior dimensão média, uma vez que apenas 3 são responsáveis por 63% do investimento já executado e 57% da despesa pública paga aos beneficiários da EDL.

A figura seguinte detalha a distribuição geográfica da implementação da EDL até final de 2018 no território de intervenção da ADRAMA considerando o referido universo de 19 operações (número de operações e despesa pública paga por freguesia):

Figura 7 - Distribuição geográfica da implementação da EDL



Fonte: Elaboração própria com base em dados ADRAMA

No que respeita aos indicadores de realização e resultado previstos na EDL, verifica-se ainda um atraso significativo na sua prossecução. Embora estes indicadores sejam apresentados de forma detalhada nas respostas às diversas Questões de Avaliação, apresenta-se neste ponto uma análise comparativa dos indicadores obtidos a 31/12/2018 com as metas definidas no âmbito do documento de programação da EDL.

Assim, no que se refere à submedida 19.2.1, verifica-se ainda um grande atraso relativamente a todas as metas definidas para 2020, o que conduz à conclusão de que estas metas muito dificilmente serão alcançadas.

Tabela 43 – Grau de alcance das metas na submedida 19.2.1

Tipo de Indicador	Indicador	Meta 2020	Valor 2018	% Meta
Realização	Total de despesa pública	2.579.746,63 €	199.306,93 €	7,7%
	Total dos investimentos	3.998.607,28 €	419.012,41 €	10,5%
	Número de operações apoiadas	30	3	10,0%
	Número de explorações/beneficiários apoiados	30	3	10,0%
	Número de microempresas criadas	15	1	6,7%
Resultado	% de explorações agrícolas que recebem apoio para a participação em mercados locais e cadeias de abastecimento curtas	40%	0	0,0%
	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas	90%	0,06%	0,1%
	Número de empregos criados	50	5	10,0%

Fonte: Elaboração própria com base em dados ADRAMA

Também na submedida 19.2.2 o nível de implementação está ainda muito aquém das metas traçadas, quer quanto a número de operações, quer quanto à execução financeira.

Tabela 44 – Grau de alcance das metas na submedida 19.2.2

Tipo de Indicador	Indicador	Meta 2020	Valor 2018	% Meta
Realização	Total de despesa pública	1.744.500,80 €	152.421,58 €	8,7%
	Total dos investimentos	2.180.626,00 €	241.076,16 €	11,1%
	Número de operações apoiadas	120	16	13,3%
	Número de beneficiários apoiados	80	12	15,0%
Resultado	% da população rural abrangida	90%	34%	37,4%
	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas	80%	17%	21,4%

Fonte: Elaboração própria com base em dados ADRAMA

As submedidas 19.2.3 e 19.2.4, relativas respectivamente à “Cooperação para o desenvolvimento local” e à “Formação e informação de agentes de desenvolvimento local” não tiveram até final de 2018 qualquer implementação. No âmbito da 19.2.3 houve duas candidaturas apresentadas no decorrer do 2º Aviso para apresentação de candidaturas, enquanto que na 19.2.4 não houve ainda nenhum Aviso aberto.

Tabela 45 – Grau de alcance das metas na submedida 19.2.3

Tipo de Indicador	Indicador	Meta 2020	Valor 2018	% Meta
Realização	Total de despesa pública	105.727,32 €	0,00 €	0,0%
	Total dos investimentos	132.159,15 €	0,00 €	0,0%
	Número de operações de cooperação apoiadas	5	0	0,0%
	Número de beneficiários apoiados	15	0	0,0%
	Número e tipo de promotores de projetos	5 públicos 10 privados	0	0,0%
	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas	90%	0%	0,0%

Fonte: Elaboração própria com base em dados ADRAMA

Tabela 46 – Grau de alcance das metas na submedida 19.2.4

Tipo de Indicador	Indicador	Meta 2020	Valor 2018	% Meta
Realização	Total de despesa pública	105.727,32 €	0,00 €	0,0%
	Total dos investimentos	137.445,52 €	0,00 €	0,0%
	Número de ações de formação/informação apoiadas	148	0	0,0%
	Número de dias de formação concedidos	85		
	Número de participantes em formação	2.200	0	0,0%
Resultado	% da população rural abrangida	7%	0%	0,0%
	% da população rural que beneficia dos serviços	33%	0%	0,0%

Fonte: Elaboração própria com base em dados ADRAMA

Em termos globais, tendo em conta o nível de aprovações e execução da EDL até final de 2018 e a previsão de um valor de despesa pública para a medida 19.2 de 4,5 M€ no período de programação de 2014-2020, conclui-se que a EDL apresenta uma taxa de compromisso de 51%, mas uma taxa de execução muito reduzida nesta fase do período de programação, de apenas 8%:

Tabela 47 – Nível de compromisso e execução da submedida 19.2

Tipologias	Despesa Pública (após reprogramação 2018)			Taxas	
	Prevista	Aprovada	Executada	Compromisso	Execução
19.2.1	2.579.746,63 €	1.307.220,46 €	199.306,93 €	50,7%	7,7%
19.2.1.1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%	0,0%
19.2.1.2	551.620,80 €	258.040,45 €	34.085,49 €	46,8%	6,2%
19.2.1.3	2.028.125,83 €	1.049.180,01 €	165.221,44 €	51,7%	8,1%
19.2.2	1.744.500,80 €	1.027.260,22 €	152.421,58 €	58,9%	8,7%
19.2.2.1	845.156,50 €	509.430,42 €	31.103,59 €	60,3%	3,7%
19.2.2.2	899.344,30 €	517.829,80 €	121.317,99 €	57,6%	13,5%
19.2.2.3	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,0%	0,0%
19.2.3	105.727,32 €	0,00 €	0,00 €	0,0%	0,0%
19.2.3.1	105.727,32 €	0,00 €	0,00 €	0,0%	0,0%
19.2.4	105.727,32 €	0,00 €	0,00 €	0,0%	0,0%
19.2.4.1	52.863,66 €	0,00 €	0,00 €	0,0%	0,0%
19.2.4.2	52.863,66 €	0,00 €	0,00 €	0,0%	0,0%
TOTAL 19.2	4.535.702,07 €	2.334.480,68 €	351.728,51 €	51,5%	7,8%

Fonte: Elaboração própria com base em dados ADRAMA

Esta situação global da medida 19.2 é extremamente preocupante quando estamos a apenas dois anos do final do período de programação, não só em termos da execução financeira, com os riscos que tal traz ao PRODERAM 2020 na sua globalidade, como também pela grande dificuldade em garantir que a EDL venha a produzir efeitos concretos significativos e abrangentes no território de intervenção.

5.2 Contributos das Operações Apoiadas

A análise dos contributos das 19 operações apoiadas pelo GAL ADRAMA até final de 2018 para os objectivos específicos da sua EDL é efectuada através da resposta a cada uma das Questões de Avaliação nº 1 a 11, seguindo o modelo de resposta previsto no Anexo III do Caderno de Encargos.

Questão de Avaliação n.º 1

A implementação da EDL incentivou a diversificação das actividades turísticas em geral e em especial as ligadas às produções regionais de grande valor comercial e emblemáticas da ZI (enoturismo; agroturismo; etc.) ?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

Para a diversificação das actividades turísticas na zona de intervenção, contribui a tipologia 19.2.1, na vertente “apoio a actividades turísticas” (19.2.1.3):

Tabela 48 - Nível de adesão à tipologia 19.2.1.3 – QA1

Tipologia	N.º total de operações aprovadas
19.2.1.3	2
Total	2

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 49 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado - QA1

CrITÉRIOS de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foram implementados novos projectos de investimento em actividades turísticas	Total de despesa pública em actividades turísticas	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas turísticas aperfeiçoados
Os projectos de investimento em actividades turísticas apoiados têm tipologias diversificadas	Total dos investimentos em actividades turísticas	
Os projectos de investimento em actividades turísticas apoiados relacionam-se com as produções regionais	Número de operações apoiadas em actividades turísticas	Número de empregos criados em actividades turísticas
	Número de explorações/beneficiários apoiados em actividades turísticas	
	Número de microempresas criadas em actividades turísticas	

3. Métodos utilizados

A resposta a esta QA baseou-se na análise das bases de dados do GAL e do IFAP, com as quais foram calculados os indicadores de realização e resultado para as duas operações referidas. De forma complementar, foram utilizados os resultados das visitas aos projectos e entrevistas presenciais com os dois beneficiários, bem como as respostas de ambos ao inquérito aos beneficiários. Com esta informação foi analisado o nível de investimento apoiado em actividades turísticas na zona de intervenção do GAL e, de

acordo com as tipologias de investimento efectuado, o contributo da EDL para a sua diversificação e ligação aos produtos regionais.

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

Tabela 50 – Quantificação dos indicadores – QA1

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações
Indicadores de realização	Total de despesa pública em actividades turísticas	165.221,44 €	Base de Dados ADRAMA
	Total dos investimentos em actividades turísticas	333.798,69 €	
	Número de operações apoiadas em actividades turísticas	2	
	Número de explorações/beneficiários apoiados em actividades turísticas	2	
	Número de microempresas criadas em actividades turísticas	1	
Indicadores de resultado	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas turísticos aperfeiçoados	0,02%	Dados ADRAMA adaptados
	Número de empregos criados em actividades turísticas	4	Base de Dados ADRAMA / entrevistas com beneficiários

5. Resultados qualitativos

Os inquéritos e entrevistas com os dois beneficiários permitiram validar os dados constantes das bases de dados do GAL ADRAMA, bem como concluir pela relevância do apoio ao investimento em actividades turísticas na dinamização dos investimentos realizados/em curso. Sem este apoio os promotores afirmam que realizariam os investimentos em muito menor escala. Afirmam ainda que os seus projectos não se destinam directamente ao investimento no fomento das produções regionais, mas terão efeitos positivos a este respeito, pela preferência que será sempre dada à utilização destes produtos na alimentação dos hóspedes e mesmo pela divulgação que tencionam fazer destes produtos. Esta abordagem, segundo entendem, vem ao encontro do desejo dos clientes-alvo, que procuram de forma crescente experiências menos massificadas e mais relacionadas com os locais que visitam.

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

A informação recolhida, quer de carácter quantitativo, quer de carácter qualitativo, permite construir os indicadores de realização e de resultado e dar resposta aos critérios de apreciação nos quais se baseia a resposta a esta Questão de Avaliação.

Contudo, a muito reduzida implementação desta tipologia de operações (19.2.1.3), com apenas duas operações apoiadas, das quais apenas uma concluída (a segunda tinha a 31/12/2018 um nível de execução de 37%), não permite a obtenção de conclusões relevantes sobre a adequação da concepção e implementação da medida de apoio.

7. Resposta à questão de avaliação

Tendo em conta o conjunto de dados quantitativos e qualitativos obtidos, pode afirmar-se que até final de 2018 a tipologia de "apoio a actividades turísticas" (19.2.1.3) teve ainda um reduzido impacto no território, com apenas uma operação concluída e outra com uma execução de 37%. Os valores de investimento (10,9%) e de despesa pública (8,1%) das operações com execução estão assim ainda muito aquém dos objectivos para a totalidade do período de programação, o que é muito preocupante quando estamos a apenas dois anos do final do período de programação.

Embora esta situação possa ser parcialmente compensada quer pela conclusão da operação em curso, quer pelo conjunto de operações já aprovadas no âmbito do 2º Aviso para apresentação de candidaturas e mesmo pelas operações apresentadas no âmbito do 3º Aviso, considera-se que muito dificilmente se atingirão os objectivos para esta tipologia previstos aquando da definição da EDL.

No âmbito desta vertente de apoio, foi apenas apoiado um novo projecto de investimento em actividades turísticas, ainda em execução. Em termos de tipologias, verifica-se alguma diversificação, já que as operações apoiadas têm características distintas, quer em termos de dimensão, quer em termos de oferta.

O efeito destas operações no fomento das produções regionais, embora relevante, será necessariamente limitado, uma vez que não haverá comercialização directa destes produtos, apenas uma utilização preferencial e alguma divulgação junto dos turistas.

Em termos de emprego, a operação concluída permitiu a criação de 2 postos de trabalho e a manutenção de outros 3, enquanto que o projecto em execução prevê a criação de 2 novos postos de trabalho, embora tal não se tenha ainda verificado.

Uma vez que os investimentos são de carácter turístico, a população rural que beneficia directamente destes projectos é constituída apenas pelos proprietários de um dos projectos e pelos trabalhadores de ambos, num total de 9 pessoas, que representam apenas 0,02% da população da zona de intervenção. Necessariamente, estes investimentos e os turistas que utilizarão estas instalações proporcionarão uma dinamização nos respectivos territórios que terá contributos positivos, ainda que indirectos, a uma maior fatia da população rural.

Refira-se que sem o apoio da EDL ambos os investimentos se realizariam em muito menor escala e, consequentemente, com menor impacto no aumento e qualidade da oferta turística, na dinamização económica e na criação de emprego.

8. Conclusões e recomendações

Tabela 51 – Conclusões e recomendações – QA1

Conclusões	Recomendações
Atraso na implementação levou a reduzida execução, com apenas uma operação concluída e outra parcialmente executada.	Maior celeridade nos processos de análise e decisão das operações, de forma a conseguir que estas sejam implementadas mais rapidamente.
Dificuldade em atingir os objectivos propostos em termos de execução financeira.	
Reduzido impacto em termos da diversificação das actividades turísticas e do fomento das produções regionais.	Maior divulgação dos apoios da EDL às actividades turísticas, de forma a dinamizar o aparecimento de novas candidaturas.
Algum efeito na criação de emprego, embora o benefício para a população rural seja muito limitado.	
Grande relevância do apoio na viabilização dos investimentos, sem o qual estes seriam de muito menor dimensão e com muito menores efeitos.	Aposta no financiamento a projectos com maior capacidade de criação de emprego e maiores graus de inovação.

Questão de Avaliação n.º 2

A implementação da EDL promoveu a criação e reestruturação de pequenas e médias empresas ?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

Para a criação e reestruturação de pequenas e médias empresas na zona de intervenção, contribui a tipologia 19.2.1, na vertente “criação/reestruturação de negócios em meio rural” (19.2.1.2):

Tabela 52 - Nível de adesão à tipologia 19.2.1.2 – QA2

Tipologia	N.º total de operações aprovadas
19.2.1.2	1
Total	1

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 53 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA2

CrITÉRIOS de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foram criadas novas PMEs	Total de despesa pública em PMEs apoiadas	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados
	Total dos investimentos em PMEs apoiadas	
Foram reestruturadas PMEs existentes	Número de operações apoiadas	Número de empregos criados
	Número de explorações/beneficiários apoiados	
	Número de microempresas criadas	

3. Métodos utilizados

A resposta a esta QA baseou-se na análise das bases de dados do GAL e do IFAP, com as quais foram calculados os indicadores de realização e resultado para única operação com execução. De forma complementar, foram utilizados os resultados da visita ao projecto e entrevista presencial com o beneficiário, bem como as suas respostas ao inquérito aos beneficiários. Com esta informação foi analisado o nível de investimento apoiado em negócios em meio rural na zona de intervenção do GAL.

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

Tabela 54 – Quantificação dos indicadores – QA2

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações
Indicadores de realização	Total de despesa pública em PME's apoiadas	34.085,49 €	Base de Dados ADRAMA
	Total dos investimentos em PME's apoiadas	85.213,72 €	
	Número de operações apoiadas	1	
	Número de explorações/beneficiários apoiados	1	
	Número de microempresas criadas	0	
Indicadores de resultado	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados	0,04%	Dados ADRAMA
	Número de empregos criados	1	Base de Dados ADRAMA / entrevistas com beneficiários

5. Resultados qualitativos

O inquérito e entrevista ao beneficiário revelaram uma grande satisfação deste com o apoio recebido e com a sua importância no desenvolvimento da sua actividade e, essencialmente, no desenvolvimento de produtos distintos que permitem valorizar e complementar as actividades já empreendidas. Apesar da candidatura apenas prever a criação de um novo posto de trabalho, o promotor considera que esse objectivo facilmente será ultrapassado, prevendo a criação de 3 a 4 novos empregos permanentes e/ou sazonais, essencialmente jovens. O promotor destaca ainda o contributo que a empresa já tem e que pensa que o projecto potenciará no consumo e divulgação de produtos tradicionais regionais.

De acordo com o promotor, o projecto permitirá uma reestruturação da empresa promotora, essencialmente por incorporação de duas novas áreas de negócio (turismo de pesca e esplanada/sushi-bar) que complementarão e diversificarão a oferta da empresa.

No conjunto das entidades que deram resposta ao inquérito, duas afirmaram que a sua operação conduziu à criação de uma nova empresa, tendo outras duas considerado que a operação apoiada levou à reestruturação de empresas existentes.

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

Tal como para a QA anterior, a informação recolhida permite construir os indicadores de realização e de resultado e dar resposta aos critérios de apreciação nos quais se baseia a resposta a esta Questão de Avaliação. Contudo, o facto de que na vertente 19.2.1.2 apenas existir uma operação apoiada, ainda em curso (nível de execução de 36%), não permite a obtenção de conclusões relevantes sobre a adequação da concepção e implementação da medida de apoio.

7. Resposta à questão de avaliação

Tendo em conta o conjunto de dados quantitativos e qualitativos obtidos, pode afirmar-se que até final de 2018 a tipologia de "negócios em meio rural" (19.2.1.2) teve um impacto muito reduzido no território, com apenas uma operação apoiada, ainda com um nível de execução de 36%. Os valores de investimento (10,3%) e de despesa pública (6,2%) estão assim ainda muito aquém dos objectivos para a totalidade do período de programação, o que mais uma vez é muito preocupante quando estamos a apenas dois anos do final do período de programação.

Uma vez que há apenas uma operação aprovada no âmbito do 2º Aviso para apresentação de candidaturas e duas apresentadas no âmbito do 3º Aviso, considera-se que muito dificilmente se atingirão os objectivos para esta tipologia previstos aquando da definição da EDL.

A EDL permitiu o apoio a uma única operação, ainda em execução, com um efeito de reestruturação por diversificação da oferta de serviços turísticos, e a criação de pelo menos 1 posto de trabalho, com a manutenção de outros 18 na mesma empresa.

Uma vez que os investimentos são de carácter turístico, a população rural que beneficia directamente destes projectos é constituída apenas pelos proprietários e trabalhadores da empresa, num total de 20 pessoas, que representam apenas 0,04% da população da zona de intervenção. Necessariamente, estes investimentos e os turistas que utilizarão estas instalações proporcionarão uma dinamização nos respectivos territórios que terá contributos positivos, ainda que indirectos, a uma maior fatia da população rural.

Refira-se que sem o apoio da EDL o investimento se realizaria, mas provavelmente em menor escala, tendo consequentemente menor impacto na dinamização económica e na criação de emprego.

8. Conclusões e recomendações

Tabela 55 – Conclusões e recomendações – QA2

Conclusões	Recomendações
Atraso na implementação levou a reduzida execução, com apenas uma operação parcialmente executada.	Maior celeridade nos processos de análise e decisão das operações, de forma a conseguir que estas sejam implementadas mais rapidamente.
Dificuldade em atingir os objectivos propostos em termos de execução financeira.	
Reduzido impacto em termos da dinamização de negócios em meio rural.	Maior divulgação dos apoios da EDL à criação de novos negócios, de forma a dinamizar o aparecimento de novas candidaturas.
Algum efeito na criação de emprego, embora o benefício para a população rural seja muito limitado.	
Importância do apoio na viabilização dos investimentos, sem o qual estes seriam de muito menor dimensão e com muito menores efeitos.	Aposta no financiamento a projectos com maior capacidade de criação de emprego e maiores graus de inovação.

Questão de Avaliação n.º 3

A implementação da EDL promoveu a comercialização dos produtos locais, através da diversificação das actividades e criação de circuitos simples de distribuição ?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

Para a comercialização e distribuição de produtos locais na zona de intervenção, contribui a tipologia 19.2.1, na vertente “diversificação de actividades não agrícolas” (19.2.1.1):

Tabela 56 - Nível de adesão à tipologia 19.2.1.1 – QA3

Tipologia	N.º total de operações aprovadas
19.2.1.1	0
Total	0

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 57 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA3

CrITÉrios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foram diversificadas as actividades de distribuição de produtos regionais	Total de despesa pública em actividades e circuitos curtos de distribuição	% de explorações agrícolas que recebem apoio para a participação em mercados locais e cadeias curtas de abastecimento
	Total dos investimentos em actividades e circuitos curtos de distribuição	
Foram criados circuitos simples de comercialização	Número de operações apoiadas em actividades e circuitos curtos de distribuição	% de explorações agrícolas que recebem apoio para a participação em mercados locais e cadeias curtas de abastecimento
	Número de explorações/beneficiários apoiados em actividades e circuitos curtos de distribuição	

Critérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
	Número de microempresas criadas em actividades e circuitos curtos de distribuição	

3. Métodos utilizados

Uma vez que não houve quaisquer candidaturas na vertente 19.2.1.1 da submedida 19.2.1 e que nenhuma das operações apoiadas nas outras vertentes desta submedida foi promovida por uma empresa agrícola, esta Questão de Avaliação não poderá ter uma resposta completa nesta fase do período de programação.

Contudo, são feitas algumas considerações, apenas de carácter qualitativo sobre o possível efeito das 3 operações desta submedida na comercialização de produtos locais.

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

Tabela 58 – Quantificação dos indicadores – QA3

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações
Indicadores de realização	Total de despesa pública em actividades e circuitos curtos de distribuição	0	Base de Dados ADRAMA
	Total dos investimentos em actividades e circuitos curtos de distribuição	0	
	Número de operações apoiadas em actividades e circuitos curtos de distribuição	0	
	Número de explorações/beneficiários apoiados em actividades e circuitos curtos de distribuição	0	
	Número de microempresas criadas em actividades e circuitos curtos de distribuição	0	
Indicadores de resultado	% de explorações agrícolas que recebem apoio para a participação em mercados locais e cadeias curtas de abastecimento	0%	
	% de explorações agrícolas que recebem apoio para a participação em mercados locais e cadeias curtas de abastecimento	0%	

5. Resultados qualitativos

Como referido nas respostas às anteriores QAs, os três beneficiários das operações apoiadas no âmbito da submedida 19.2.1 têm, ou terão, a sua actividade no sector turístico, embora com dimensão bastante distinta (capacidade de 3 a 25 quartos).

No âmbito das entrevistas a estes três beneficiários foi indicada por todos a vontade e motivação para a utilização preferencial nas suas unidades de produtos de origem local, na confecção de refeições para os seus clientes. As unidades já em funcionamento (as duas de maior dimensão) afirmam ter já esta preocupação, incorporando uma parte significativa de produtos regionais/locais na sua oferta.

Nos inquéritos realizados três dos promotores consideraram que os seus investimentos apoiados contribuem para a diversificação das actividades de distribuição dos produtos regionais, tendo dois destes entendido ainda que a respectiva empresa exerce actividade em circuitos curtos de distribuição.

Três inquiridos (em 5) consideram que a EDL contribui para a criação de circuitos simples de comercialização e cinco entendem que as medidas apoiadas contribuem directamente para a comercialização de produtos locais.

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

Impossibilidade de resposta devido à ausência de operações apoiadas nesta vertente da submedida 19.2.1.

7. Resposta à questão de avaliação

Como referido, não houve até final de 2018 quaisquer operações apoiadas na vertente 19.2.1.1 “Diversificação de Actividades não agrícolas” da submedida 19.2.1, tendo por isso esta tipologia de apoio sido eliminada aquando da reprogramação financeira da EDL. Desta forma, a execução desta vertente, e consequentemente o efeito da EDL na comercialização de produtos locais e na diversificação das actividades e criação de circuitos simples de distribuição, será certamente nula ou muito reduzida.

8. Conclusões e recomendações

Tabela 59 – Conclusões e recomendações – QA3

Conclusões	Recomendações
Apoios sem aplicação, descontinuados em 2018.	Tendo em conta a procura por parte das diversas tipologias de apoio, aceita-se a descontinuação da tipologia 19.2.1.1.
Inexistência de quaisquer efeitos ao nível da diversificação de actividades nas explorações agrícolas, na criação de circuitos simples de distribuição e na comercialização de produtos locais.	Necessidade de apoiar diversificação das explorações agrícolas e, particularmente, a comercialização das suas produções poderá ser dinamizada através das restantes tipologias de apoio, de forma a compensar a ausência de um apoio específico e direccionado.
Efeitos positivos muito reduzidos e limitados por via das operações apoiadas nas outras vertentes da submedida 19.2.1.	

Questão de Avaliação n.º 4

A implementação da EDL contribuiu para a fixação da população jovem e criação de emprego ?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

Para a fixação da população jovem e criação de emprego na zona de intervenção, contribui a tipologia

19.2.1, em todas as suas vertentes:

Tabela 60 - Nível de adesão à tipologia 19.2.1 – QA4

Tipologia	N.º total de operações aprovadas
19.2.1	3
Total	3

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 61 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA4

Critérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Houve fixação de população jovem	Total de despesa pública em operações apoiadas	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados
	Total dos investimentos em operações apoiadas	
Foram criados empregos	Número de operações apoiadas	Número de empregos criados
	Número de explorações/beneficiários apoiados	
	Número de microempresas criadas	

3. Métodos utilizados

A resposta a esta QA baseou-se na análise das bases de dados da ADRAMA e do IFAP, com as quais foram calculados os indicadores de realização e resultado para as 3 operações apoiadas até final de 2018 na submedida 19.2.1. De forma complementar, foram utilizados os resultados da visita às 3 operações, que incluíram entrevistas presenciais com os 3 beneficiários, bem como as respostas destes ao inquérito. Com esta informação foi analisado o efeito das 3 operações na criação de emprego e na fixação de população jovem na zona de intervenção do GAL.

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

Tabela 62 – Quantificação dos indicadores – QA4

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações
Indicadores de realização	Total de despesa pública em operações apoiadas	199.306,93 €	Base de Dados ADRAMA
	Total dos investimentos em operações apoiadas	419.012,41 €	
	Número de operações apoiadas	3	

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações
	Número de explorações/beneficiários apoiados	3	
	Número de microempresas criadas	1	
Indicadores de resultado	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados	0,06%	Dados ADRAMA adaptados
	Número de empregos criados	5	Base de Dados ADRAMA / entrevistas com beneficiários

5. Resultados qualitativos

Tal como referido nas respostas às QAs n.º 1 e 2, os 3 beneficiários apoiados referem o contributo dos seus projectos de investimento na criação de novos postos de trabalho e na manutenção dos postos de trabalho existentes. Em todos os casos foi referido que os postos de trabalho a criar serão ocupados por jovens, preferencialmente com formação específica no sector, o que foi confirmado nos inquéritos aos mesmos beneficiários. As duas unidades já existentes empregam actualmente maioritariamente trabalhadores também jovens (15 com menos de 40 anos num total de 24 trabalhadores).

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

Mais uma vez, a informação recolhida permite construir os indicadores de realização e de resultado e dar resposta aos critérios de apreciação nos quais se baseia a resposta a esta Questão de Avaliação. Contudo, o facto de apenas existirem 3 operações apoiadas, duas das quais ainda em curso (com execução de 36% e 37%), limita muito a possibilidade de conclusões mais sólidas sobre o desempenho dos apoios.

7. Resposta à questão de avaliação

Considerando o contributo de todas as operações apoiadas nas diversas vertentes da submedida 19.2.1, verifica-se que 3 houve um total de 3 operações apoiadas, embora apenas uma concluída e as restantes com níveis de execução ainda reduzidos (36% e 37%).

No âmbito destas operações serão, previsivelmente, criados um total de pelo menos 5 postos de trabalho, sendo que as duas entidades já em funcionamento têm um total de 23 empregados a tempo inteiro.

Entende-se que os apoios da EDL são muito importantes na criação e no desenvolvimento de actividades empresariais que contribuem para a criação de emprego e para a fixação dos postos de trabalho existentes no território, nomeadamente no que diz respeito à população jovem, que tem assim maior possibilidade de permanecer neste território, evitando a migração para os centros urbanos ou mesmo a emigração.

Contudo, e tendo em conta os indicadores apresentados, a ainda muito reduzida implementação desta submedida não permite que os resultados esperados sejam alcançados, pelo que o efeito real da EDL neste âmbito é ainda muito limitado.

Refira-se, no entanto, que estão já aprovadas 6 outras operações, no âmbito do 2º Aviso para apresentação de candidaturas, que prevêem a criação de 15 novos postos de trabalho e contribuem para a manutenção de outros 12. No âmbito do 3º Aviso, foram apresentadas 11 outras candidaturas, ainda para aprovação. Este conjunto de operações poderão vir a melhorar o desempenho da EDL na criação de emprego e na fixação de população jovem no território de intervenção.

8. Conclusões e recomendações

Tabela 63 – Conclusões e recomendações – QA4

Conclusões	Recomendações
Reduzida implementação da submedida 19.2.1 torna efeitos muito limitados.	Maior esforço na contribuição para uma rápida decisão e implementação das operações, de forma a estimular a criação e manutenção de emprego.
Operações apoiadas têm efeitos positivos na criação de emprego, particularmente emprego jovem, o que contribui para a fixação de população no território.	Manutenção da prioridade a operações criadoras de emprego, e particularmente de emprego jovem, de forma a estimular o aparecimento de candidaturas com estas características.
Contudo, efeito global da EDL é ainda pouco significativo na globalidade do território.	

Questão de Avaliação n.º 5

A implementação da EDL apoiou a criação de programas e infraestruturas de apoio social, para idosos e crianças ?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

Para a criação de programas e infraestruturas de apoio social na zona de intervenção, contribui a tipologia 19.2.2, na vertente “reforço dos serviços básicos para populações rurais” (19.2.2.1):

Tabela 64 - Nível de adesão à tipologia 19.2.2.1 – QA5

Tipologia	N.º total de operações aprovadas
19.2.2.1	2
Total	2

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 65 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA5

Critérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foram criados programas de apoio social, para idosos e crianças	Total da despesa pública em programas de apoio social, para idosos e crianças	% da população abrangida
	Total dos investimentos em programas de apoio social, para idosos e crianças	

Critérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foram criadas infraestruturas de apoio social, para idosos e crianças	Número de operações apoiadas em programas de apoio social para idosos e crianças	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas
	Número de beneficiários apoiados programas de apoio social, para idosos e crianças	

3. Métodos utilizados

A resposta a esta QA assenta na análise das bases de dados da ADRAMA e do IFAP, com as quais foram estimados os indicadores acima relativos às duas operações apoiadas. Em caso contrário, e também de forma complementar, foram utilizados os resultados das entrevistas com os dois beneficiários destes apoios (e visitas aos dois projectos) e as respectivas respostas ao inquérito efectuado.

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

Tabela 66 – Quantificação dos indicadores – QA5

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações
Indicadores de realização	Total da despesa pública em programas de apoio social, para idosos e crianças	31.103,59 €	Base de Dados ADRAMA
	Total dos investimentos em programas de apoio social, para idosos e crianças	38.879,50 €	
	Número de operações apoiadas em programas de apoio social para idosos e crianças	2	
	Número de beneficiários apoiados programas de apoio social, para idosos e crianças	2	
Indicadores de resultado	% da população abrangida	22,56%	Dados ADRAMA adaptados
	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas	2,79%	AGRO.GES com base em dados ADRAMA

5. Resultados qualitativos

Os promotores das duas operações apoiadas no âmbito da vertente 19.2.2.1 “Reforço dos serviços básicos para populações rurais” da submedida 19.2.2 deram resposta ao inquérito enviados aos beneficiários e foram entrevistados e visitados pela equipa de avaliação.

Ambos destacaram a importância do apoio na sua actividade de carácter social, vertente bastante mais relevante numa das operações relativa ao apoio a idosos, embora refiram que este apoio é mais relevante no apoio a programas que no apoio a infraestruturas.

Referiram a relevância da implementação dos respectivos projectos para as populações circundantes, considerando que sem este apoio provavelmente nenhum dos projectos teria sido executado.

Refira-se, contudo, que ambos os promotores, enquanto entidades de carácter associativo, referiram a grande dificuldade de obtenção do financiamento, que tem várias componentes:

- Dificuldade em assegurar a componente de investimento não apoiada (20% ou 40%);
- Dificuldade com necessidade de pagamento antecipado do investimento, para posterior pedido de reembolso;
- Dificuldade com financiamento da componente de IVA, não sendo clara para os beneficiários a sua elegibilidade;
- Financiamentos bancários apenas são conseguidos com avales pessoais dos dirigentes associativos, o que compromete a sua vida pessoal.

Em termos mais gerais, dos 15 inquiridos sobre esta temática no inquérito aos beneficiários, 11 deram resposta à questão sobre o impacto da EDL na criação de programas e infraestruturas de apoio social para idosos e crianças, tendo para ambos (programa e infraestruturas) existido alguma divisão, com 55% a afirmar que esse impacto existiu e 45% a considerar que não. De entre as afirmações positivas, foram particularmente identificados os contributos da EDL para os programas de apoio social e para infraestruturas como centros intergeracionais (3 respostas cada).

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

Os indicadores de realização foram calculados com base nas bases de dados da ADRAMA, embora a determinação dos indicadores de resultado tenham menor fiabilidade, por dificuldade na definição e contabilização da população que efectivamente beneficia dos serviços e infraestruturas apoiadas.

Por outro lado, o enquadramento de uma das operações nesta tipologia de investimento 19.2.2.1 parece-nos discutível, já que o investimento se refere à preservação de tradições locais relativas ao artesanato, talvez melhor enquadrável na tipologia 19.2.2.2 “Recuperação e Valorização do Património Rural”.

Por último, apenas a operação de menor dimensão está concluída, estando a outra com uma execução de 36%, o que não permite ainda aferir resultados efectivos da sua implementação.

7. Resposta à questão de avaliação

Tendo em conta o conjunto de dados quantitativos e qualitativos obtidos, pode afirmar-se que até final de 2018 a tipologia de “reforço dos serviços básicos para populações rurais” (19.2.2.1) teve ainda um reduzido

impacto no território, com apenas uma operação concluída e outra com uma execução de 36%. Os valores de investimento e de despesa pública (ambos 3,7%) estão assim ainda muito aquém dos objectivos para a totalidade do período de programação, o que é muito preocupante neste momento do período de programação.

Embora esta situação possa ser parcialmente compensada pelo conjunto de 4 operações já aprovadas mas ainda sem execução e mesmo pelas operações apresentadas no âmbito do 3º Aviso, considera-se que muito dificilmente se atingirão os objectivos para esta tipologia previstos aquando da definição da EDL.

No âmbito desta vertente de apoio, das duas operações apoiadas apenas uma permite reforçar o apoio social a idosos e à população em geral actualmente prestado por uma das entidades, abrangendo a população da freguesia onde se insere e, eventualmente, das freguesias vizinhas. A outra operação poderá ter um efeito mais limitado, apoiando algumas pessoas na criação de uma nova actividade, mesmo que a tempo parcial, cujo objectivo é simultaneamente a ocupação destas pessoas, com eventual geração de algum rendimento, e a divulgação de produtos do artesanato local.

Refira-se que sem o apoio da EDL nenhum dos investimentos se realizaria, pelo que o apoio foi fundamental no desenvolvimento dos investimentos e nos efeitos que deles advêm para as comunidades rurais. Contudo, este efeito é essencialmente localizado, não existindo uma percepção genérica de um efeito alargado no território.

8. Conclusões e recomendações

Tabela 67 – Conclusões e recomendações – QA5

Conclusões	Recomendações
Reduzida afluência a esta tipologia de apoio, com apenas duas operações com execução e quatro já aprovadas mas sem execução.	Maior celeridade nos processos de análise e decisão das operações, de forma a conseguir que estas sejam implementadas mais rapidamente.
Efeitos mais abrangentes de uma das operações, mas na globalidade muito aquém dos objectivos previstos.	Prioridade a projectos de carácter social de maior dimensão, que permitam uma maior abrangência em termos das populações abrangidas e, particularmente, do número real de utilizadores que beneficiam dos apoios e serviços.
População potencialmente beneficiada ainda longe de ser alcançada pelas duas operações.	Prioridade a projectos que tragam maiores graus de inovação nos tipos de apoios e serviços sociais proporcionados, potenciando a adesão das populações locais.
Dificuldades de financiamento dos beneficiários, essencialmente entidades de carácter associativo, comprometem a capacidade para promover e implementar projectos de investimento.	Procura de novas soluções de financiamento que permitam agilizar a implementação das operações e mesmo atrair novas operações dinamizadas por beneficiários com menores recursos financeiros. Por exemplo, propor junto da AG PRODERAM 2020 o recurso a reembolsos contra factura.

Questão de Avaliação n.º 6

A implementação da EDL apoiou a reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos ?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

Para a reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos na zona de intervenção, contribui a tipologia 19.2.2, na vertente “recuperação e valorização do património rural” (19.2.2.2), tendo-se contudo considerado que nenhuma das operações apoiadas se insere predominantemente nesta tipologia de investimento:

Tabela 68 - Nível de adesão à tipologia 19.2.2.2 (parcial) – QA6

Tipologia	N.º total de operações aprovadas
19.2.2.2	0
Total	0

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 69 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA6

CrITÉRIOS de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foram reabilitados e/ou rentabilizados os espaços públicos construídos	Total da despesa pública na reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos	% da população abrangida
	Total dos investimentos na reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos	
	Número de operações apoiadas na reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas
	Número de beneficiários apoiados na reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos	
	Total da despesa pública na reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos	

3. Métodos utilizados

A resposta a esta QA iniciou-se com a identificação das operações da vertente 19.2.2.2 “recuperação e valorização do património rural”, submedida 19.2.2.2 com incidência na reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos. Tendo em conta a tipologia de investimentos previstos em cada uma das 14 operações com execução nesta vertente de apoio, considerou-se que todas elas se enquadrariam melhor como contribuindo para as QAs 8 e 9, não se tendo considerado nenhuma operação como tendo um contributo directo para esta QA.

Desta forma, a resposta à presente Questão de Avaliação é apenas qualitativa e decorrente do resultado do inquérito aos beneficiários.

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

Tabela 70 – Quantificação dos indicadores – QA6

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações
Indicadores de realização	Total da despesa pública na reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos	0	ADRAMA
	Total dos investimentos na reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos	0	
	Número de operações apoiadas na reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos	0	
	Número de beneficiários apoiados na reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos	0	
	Total da despesa pública na reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos	0	
Indicadores de resultado	% da população abrangida	0%	
	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas	0%	

5. Resultados qualitativos

No âmbito do inquérito aos beneficiários da submedida 19.2.2 (16 inquirido, com 15 respondentes), foram colocadas questões relativas ao efeito da EDL na reabilitação dos espaços públicos e na sua rentabilização.

Quanto ao primeiro aspecto, houve 11 respostas, todas elas positivas. Quanto ao segundo, das 12 respostas obtidas, 83% foram também em sentido positivo.

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

Não aplicável.

7. Resposta à questão de avaliação

A ausência de operações apoiadas na vertente de reabilitação e rentabilização dos espaços públicos construídos (as operações similares foram afectas à QA n.º9) permite concluir que a EDL não teve ainda qualquer efeito em termos de apoio nesta temática.

Contudo, os resultados do inquérito mostram que a percepção genérica (provavelmente decorrente do histórico da actuação da ADRAMA e da não distinção com as operações afectas à QA 9) é a de que este apoio foi importante, particularmente na vertente de reabilitação dos espaços públicos, mas também da sua rentabilização.

8. Conclusões e recomendações

Não aplicável.

Questão de Avaliação n.º 7

A implementação da EDL fomentou a utilização das TIC nas áreas rurais, para assim elevar o nível de qualificação e melhoria de competências ?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

O desenvolvimento da utilização das TIC não está abrangido directamente por nenhuma das tipologias de medidas apoiadas no âmbito da EDL da ADRAMA.

Tabela 71 - Nível de adesão à tipologia TIC – QA7

Tipologia	N.º total de operações aprovadas
-	0
Total	0

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 72 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA7

CrITÉrios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foi fomentada a utilização das TIC nas áreas rurais	Total da despesa pública em TIC	% da população abrangida
	Total dos investimentos em TIC	
	Número de operações apoiadas em TIC	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas
	Número de beneficiários apoiados em TIC	

3. Métodos utilizados

Uma vez que a EDL não prevê quaisquer apoios especificamente direccionados ao apoio ao fomento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a resposta a esta questão assenta na análise dos investimentos em TIC executados nas operações apoiadas, complementada com uma análise de âmbito qualitativo.

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

Tabela 73 – Quantificação dos indicadores – QA7

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações
Indicadores de realização	Total da despesa pública em TIC	0	ADRAMA

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações
	Total dos investimentos em TIC	0	
	Número de operações apoiadas em TIC	0	
	Número de beneficiários apoiados em TIC	0	
Indicadores de resultado	% da população abrangida	0	
	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas	0	

5. Resultados qualitativos

No âmbito dos inquéritos e entrevistas realizadas com os diversos agentes do meio rural, em particular com beneficiários da EDL, não foram identificados contributos desta na implementação de quaisquer acções de fomento das TIC no território de intervenção.

No âmbito do inquérito realizado, quando questionados sobre a melhoria do acesso às TIC no período de implementação da EDL, 67% dos inquiridos deram resposta e destes 80% manifestaram não identificar qualquer alteração na situação, sendo que apenas 20%, ou seja 10% do total, considerou ter havido uma melhoria no acesso a TICA no referido período.

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

A EDL não se dirige directamente ao fomento das TIC em meio rural, pelo que não é possível retirar conclusões sobre o efeito a sua implementação nesta área.

7. Resposta à questão de avaliação

Como referido, foi opção assumida na concepção da EDL não incluir um apoio específico ao fomento das TIC no território de intervenção da ADRAMA, quer em termos de acesso, quer de utilização.

Deste modo, a única forma pela qual a EDL poderia ter algum efeito nesta área seria através da inclusão de alguns investimentos em TIC nas operações apoiadas. De acordo com as informações obtidas junto do GAL, do total de 32 operações aprovadas apenas 11 prevêm algum tipo de investimento em TIC, no valor aprovado de 36.670 €. Contudo, das 19 operações com execução, apenas 3 incluem investimentos em TIC, que totalizam somente 2.150 €, valor ainda não totalmente executado.

Assim, e tendo em conta os elementos acima mencionados apurados em sede de inquéritos e entrevistas, entende-se poder concluir que a implementação da EDL não teve qualquer efeito, positivo ou negativo, quanto ao desenvolvimento do acesso a TIC na sua zona de intervenção.

8. Conclusões e recomendações

Tabela 74 – Conclusões e recomendações – QA7

Conclusões	Recomendações
EDL não se dirige ao fomento das TIC.	Considerar a possibilidade de efectuar um estudo que analise o estado das TIC no território de intervenção – disponibilidade, utilização, infraestruturas e equipamentos e, caso relevante, definir uma medida específica de apoio ao seu desenvolvimento.
Os beneficiários não identificam alterações no acesso às TIC no período de programação.	
Conclui-se que não há efeitos da implementação da EDL no desenvolvimento das TIC em meio rural.	

Questão de Avaliação n.º 8

A implementação da EDL apoiou programas e eventos socioculturais que visem a preservação e manutenção da identidade rural, a conservação de práticas e tradições, através de acções de animação territorial, pesquisa e inventariação ?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

Para o apoio a programas e eventos socioculturais na zona de intervenção, contribui a tipologia 19.2.2, na vertente “recuperação e valorização do património rural” (19.2.2.2), tendo-se considerado 11 das operações abrangidas por esta vertente:

Tabela 75 - Nível de adesão à tipologia 19.2.2.2 (parcial) – QA8

Tipologia	N.º total de operações aprovadas
19.2.2.2	11
Total	11

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 76 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA8

CrITÉrios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foi fomentada a preservação e manutenção da identidade rural	Total da despesa pública em programas e eventos socioculturais	% da população abrangida
Foi fomentada a conservação de práticas e tradições	Total dos investimentos em programas e eventos socioculturais	
Foram fomentadas acções de animação territorial, pesquisa e inventariação	Número de operações apoiadas em programas e eventos socioculturais	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas
	Número de beneficiários apoiados em programas e eventos socioculturais	

3. Métodos utilizados

A resposta a esta QA partiu da identificação das operações apoiadas na vertente 19.2.2.2 relativas a programas e eventos socioculturais, tendo sido identificadas 11 destas operações. Para estas, foram estimados os indicadores acima referidos, com base nas bases de dados do GAL e do IFAP. Foram igualmente utilizados os resultados do inquérito efectuado, ao qual deram resposta 10 dos 11 promotores apoiados. Esta informação permitiu analisar de que forma as acções de animação territorial, pesquisa e inventariação apoiadas contribuíram para a preservação e manutenção da identidade rural, a conservação de práticas e tradições.

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

Tabela 77 – Quantificação dos indicadores – QA8

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações
Indicadores de realização	Total da despesa pública em programas e eventos socioculturais	84.215,49 €	Base de Dados ADRAMA
	Total dos investimentos em programas e eventos socioculturais	140.359,16 €	
	Número de operações apoiadas em programas e eventos socioculturais	11	
	Número de beneficiários apoiados em programas e eventos socioculturais	7	
Indicadores de resultado	% da população abrangida	4,21%	Dados ADRAMA adaptados
	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas	3,59%	AGRO.GES com base em dados ADRAMA

5. Resultados qualitativos

No âmbito do inquérito realizado, do universo de 11 operações apoiadas, 10 deram resposta ao inquérito. Destes, apenas 6 responderam à questão relativa à importância da EDL na criação de programas e eventos socioculturais, tendo todos classificado essa importância com 4 a 5 valores numa escala de 1-5.

No conjunto de todos os inquiridos, foram obtidas 6 respostas adicionais a esta mesma questão, tendo 50% considerado que a EDL não teve qualquer papel nesta matéria e 50% considerado que teve um papel relevante (classificações de 4 e 5).

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

A resposta a esta QA tem como principal dificuldade o grau de imaterialidade de grande parte dos investimentos apoiados, o que não permite quantificar resultados com a mesma qualidade que em

investimentos de carácter corpóreo. Note-se também a ainda reduzida implementação da medida e o baixo nível de execução das operações apoiadas, das quais apenas 4 estão concluídas. Por outro lado, apesar de grande parte dos beneficiários ter dado resposta ao inquérito efectuado, menos de metade deu resposta às questões específicas sobre esta temática.

7. Resposta à questão de avaliação

De entre 14 as operações financiadas no âmbito da vertente 19.2.2.2 “recuperação e valorização do património rural” da submedida 19.2.2, entendeu-se que 11 dizem respeito ao apoio a programas e eventos socioculturais e à conservação de práticas e tradições rurais, essencialmente por se focarem em investimento de carácter imaterial – festas e comemorações, livros, música – destinados à preservação e divulgação de elementos relevantes das tradições culturais locais.

Destas 11 operações, apenas 4 estão concluídas (sendo que uma se ficou pelos 75% face ao previsto) e as restantes estão ainda em execução (oscilando entre 7% e 65% face ao previsto), pelo que se verifica ainda uma execução global média de apenas 64%, num valor de despesa pública paga de cerca de 84.000 €, o que corresponde a apenas 9,5% do previsto para a vertente 19.2.2.2 até 2020.

De acordo com as informações obtidas, estes investimentos, apesar de ainda em reduzido número e dimensão e com baixo nível de execução, têm um efeito relevante na preservação de tradições locais, nomeadamente associadas a eventos culturais tradicionais que são marcos importantes na vivência das populações locais, preservando e mantendo as dinâmicas associadas a produtos e temas de importância local e que constituem factor de agregação intergeracional e de identificação com um local e uma cultura que se pretende preservar. São também, muitas vezes, importantes factores de dinamização económica, atraindo o turismo e divulgando e promovendo o consumo de produtos locais, trazendo importantes fontes de rendimento às populações.

A população abrangida por este tipo de actividades é relativamente abrangente, incluindo previsivelmente a totalidade da população das freguesias onde estes eventos são realizados, pelo que se considera que estes são apoios com um efeito importante em termos de abrangência territorial.

Os apoios concedidos ao equipamento de bandas musicais locais e à publicação de livros são também relevantes em termos da dinamização e envolvimento das populações, criando polos de actividade local e contribuindo para a preservação da memória de locais e património.

8. Conclusões e recomendações

Tabela 78 – Conclusões e recomendações – QA8

Conclusões	Recomendações
Medida muito abrangente, chegando a populações inteiras nas freguesias rurais.	Maior celeridade nos processos de análise e decisão das operações, de forma a conseguir que estas sejam implementadas mais rapidamente.
Importância na preservação de tradições, cultura e história local, de forma intergeracional.	Talvez necessidade de melhor avaliação, no decorrer de processo de análise e decisão, dos efeitos reais das operações, por forma a evitar financiar festejos e outras acções de carácter meramente pontual e sem resultados, materiais ou imateriais, de carácter duradouro.
Relevância na dinamização de actividades económicas associadas aos eventos e à divulgação e comercialização de produtos locais.	
Ainda pequeno número de operações apoiadas e reduzido nível de execução, quer face ao aprovado, quer particularmente face ao previsto na EDL.	Procura de novas soluções de financiamento que permitam agilizar a implementação das operações e mesmo atrair novas operações dinamizadas por beneficiários com menores recursos financeiros. Por exemplo, propor junto da AG PRODERAM 2020 o recurso a reembolsos contra factura.
Efeitos poderiam ser muito mais abrangentes e visíveis com maiores níveis de execução.	

Questão de Avaliação n.º 9

A implementação da EDL apoiou a divulgação, restituição, restauração, renovação e redirecção do património rural construído e promoveu acções de conservação do espaço rural, como alavanca da economia rural ?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

Para o apoio a programas e eventos socioculturais na zona de intervenção, contribui a tipologia 19.2.2, na vertente “recuperação e valorização do património rural” (19.2.2.2), tendo-se considerado 3 das operações abrangidas por esta vertente:

Tabela 79 - Nível de adesão à tipologia 19.2.2.2 (parcial) – QA9

Tipologia	N.º total de operações aprovadas
19.2.2.2	3
Total	3

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 80 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA9

CrITÉRIOS de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foi fomentada a divulgação, restituição, restauração, renovação e redirecção do património rural construído	Total da despesa pública destinada ao património rural construído e à conservação do espaço rural	% da população abrangida
	Total dos investimentos destinados ao património rural construído e à conservação do espaço rural	
Foram promovidas acções de conservação do espaço rural	Número de operações apoiadas relativas ao património rural construído e à conservação do espaço rural programas e eventos socioculturais	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas
	Número de beneficiários apoiados em operações relativas ao património rural	

Critérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
	construído e à conservação do espaço rural	

3. Métodos utilizados

A resposta a esta QA partiu da identificação das operações apoiadas na vertente 19.2.2.2 relativas ao património rural e à conservação do espaço rural, tendo sido identificadas 3 destas operações. Para estas, foram estimados os indicadores acima referidos, com base nas bases de dados do GAL e do IFAP. Foram igualmente utilizados os resultados do inquérito efectuado, ao qual deram resposta 2 dos 3 promotores apoiados, e das entrevistas realizadas também a 2 destes promotores, com visita ao respectivo projecto. Esta informação permitiu analisar de que forma a EDL apoiou a divulgação, restituição, restauração, renovação e redirecção do património rural construído e promoveu acções de conservação do espaço rural.

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

Tabela 81 – Quantificação dos indicadores – QA9

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações
Indicadores de realização	Total da despesa pública destinada ao património rural construído e à conservação do espaço rural	37.102,50 €	Base de Dados ADRAMA
	Total dos investimentos destinados ao património rural construído e à conservação do espaço rural	61.837,50 €	
	Número de operações apoiadas relativas ao património rural construído e à conservação do espaço rural programas e eventos socioculturais	3	
	Número de beneficiários apoiados em operações relativas ao património rural construído e à conservação do espaço rural	3	
Indicadores de resultado	% da população abrangida	6,85%	Dados ADRAMA adaptados
	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas	5,58%	AGRO.GES com base em dados ADRAMA

5. Resultados qualitativos

No âmbito das entrevistas e inquéritos com dois dos beneficiários afectos a esta tipologia de investimento, foi evidenciada a importância dos apoios da EDL na recuperação e conservação do património local construído e na preservação dos espaços e objectos ligados a esse património. Ficou claro que na ausência destes apoios os investimentos dificilmente se realizaria, até pela grande dificuldade de financiamento que

estas entidades enfrentam, pelo que o património degradado não seria recuperado ou seria recuperado em muito menor extensão e qualidade.

Em termos gerais, do conjunto de respostas ao inquérito, houve 12 respostas relativamente ao papel da EDL no apoio ao fomento da divulgação, restituição, restauração, renovação e redirecção do património rural construído e à conservação do espaço rural, tendo 75% reconhecido a relevância deste papel em ambos os casos, embora os exemplos apontados pelos inquiridos sejam essencialmente na vertente de turismo – reabilitação de veredas e caminhos pedestres e de construções para alojamento local (embora esta última não seja elegível no âmbito da abordagem LEADER).

Refira-se que no âmbito de entrevistas a outros stakeholders foi sempre também reconhecida a importância destes apoios. Contudo, as opiniões dos stakeholders dividiram-se quanto à atribuição destes apoios à Igreja, mesmo para recuperação e divulgação de património construído e de outro património religioso.

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

A maior dificuldade na avaliação dos efeitos destes apoios prende-se com o facto de terem sido apoiadas apenas 3 operações, das quais apenas uma concluída (a de menor dimensão), sendo que as restantes apenas têm execução de 7% e 1%, respectivamente, estando portanto ainda em fase muito inicial de implementação. Do total previsto de despesa pública para estas 3 operações de 378.000 € apenas foi executado um montante de 37.000 €.

7. Resposta à questão de avaliação

No âmbito da vertente 19.2.2.2 da EDL foram apoiadas apenas 3 operações relativas a investimentos no património rural e na conservação do espaço rural, todas elas promovidas por Fábricas de Igreja e destinadas à reparação/conservação/restauro de igrejas e/ou à divulgação museológica do seu património histórico.

Como referido, apenas uma das operações está concluída, estando as restantes ainda numa fase muito inicial da sua implementação, o que resulta num nível de execução médio de apenas 10%, não sendo por isso possível capturar neste momento de que forma estes projectos terão os efeitos propostos inicialmente.

Contudo, é inegável a importância do apoio da EDL na implementação destas operações e, caso continuem a ser implementadas como previsto, é igualmente inegável o seu efeito positivo na recuperação de um património histórico e cultural que estava em estado de degradação avançado. Refira-se que estas

intervenções são geralmente difíceis e delicadas, requerendo a contratação de entidades muito especializadas.

No caso de uma das operações visitadas, o objectivo será criar um núcleo museológico onde seja exposto o importante, histórico e diverso acervo patrimonial, que poderá assim ser visitado pela população local, contribuindo para o fortalecimento da sua identidade cultural, bem como ser um factor dinamizador do turismo, podendo vir a criar postos de trabalho e a dinamizar a actividade económica local.

Refira-se contudo que este apoio tem tido muito pouca abrangência, com apenas 3 operações, embora alcance uma parcela da população rural com algum significado.

8. Conclusões e recomendações

Tabela 82 – Conclusões e recomendações – QA9

Conclusões	Recomendações
Importância do apoio na recuperação do património e na sua divulgação.	Maior divulgação e dinamização desta tipologia de apoios junto de entidades de natureza mais diversa, de forma a não abarcar apenas projectos de cariz religioso, mas também outras vertentes da preservação e recuperação do património local, particularmente dando maior ênfase a operações que visem a dinamização de actividades económicas ligadas aos espaços a recuperar.
Poderá ter efeitos na dinamização do turismo e actividades económicas conexas.	
Ainda pequena implementação, com poucas operações apoiadas e muito reduzido nível de execução.	
Abrangência populacional relevantes, embora possa ser de muito maior expressão com maior número de operações.	Procura de novas soluções de financiamento que permitam agilizar a implementação das operações e mesmo atrair novas operações dinamizadas por beneficiários com menores recursos financeiros. Por exemplo, propor junto da AG PRODERAM 2020 o recurso a reembolsos contra factura.
Concentração de apoios apenas em entidades ligadas à Igreja, por falta de outras candidaturas.	

Questão de Avaliação n.º 10

A implementação da EDL apoiou acções de cooperação entre agentes económicos locais, regionais, nacionais e internacionais ?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

O apoio a acções de cooperação entre agentes económicos é abrangido, no âmbito da EDL da ADRAMA, pela tipologia 19.2.3, “cooperação para o desenvolvimento local”, para a qual não houve candidaturas aprovadas até final de 2018.

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 83 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA10

Crítérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foram promovidas acções de cooperação entre agentes económicos locais, regionais, nacionais e internacionais	Total da despesa pública em acções de cooperação	% da população abrangida
	Total dos investimentos em acções de cooperação	

Critérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
	Número de operações apoiadas em acções de cooperação	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas
	Número de beneficiários apoiados em acções de cooperação	

3. Métodos utilizados

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

5. Resultados qualitativos

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

Não aplicável.

7. Resposta à questão de avaliação

Uma vez que não houve qualquer operação apoiada no âmbito da submedida 19.2.3, a EDL não teve qualquer efeito na promoção acções de cooperação entre agentes económicos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Refira-se apenas a existência de duas candidaturas submetidas no âmbito do 3º Aviso, mas sem aprovação até final de 2018.

8. Conclusões e recomendações

Não aplicável.

Questão de Avaliação n.º 11

A implementação da EDL reforçou as competências dos activos e empresários que actuam em meio rural?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

O apoio a acções que promovam as competências dos activos e empresários que actuam em meio rural é abrangido, no âmbito da EDL da ADRAMA, pela tipologia 19.2.4 “formação e informação de agentes de desenvolvimento local”, para a qual não houve concursos abertos até final de 2018.

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 84 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA11

Critérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
	Total da despesa pública em acções de reforço de competências;	% da população abrangida

Critérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foram reforçadas as competências dos activos e empresários que actuam em meio rural	Total dos investimentos em acções de reforço de competências;	% da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoadas
	Número de acções de formação/informação apoiadas;	
	Número de dias de formação concedidos;	
	Número de participantes em formação	

3. Métodos utilizados

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

5. Resultados qualitativos

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

Não aplicável.

7. Resposta à questão de avaliação

Uma vez que não houve qualquer operação apoiada no âmbito da submedida 19.2.4, a EDL não teve qualquer efeito na formação e informação de agentes de desenvolvimento local. Refira-se que a EDL previa a realização de 148 acções com um total de 2.200 participantes, metas que muito dificilmente serão atingidas, mesmo que esta submedida venha a ser implementada brevemente.

8. Conclusões e recomendações

Não aplicável.

5.3 Mecanismo de Execução da Estratégia

As Questões de Avaliação relativas aos mecanismos de execução da EDL seleccionadas e às quais será dada resposta de seguida foram obtidas a partir do documento “Orientações para a Avaliação de Estratégias de Desenvolvimento Local”, Magda Porta, edição DGADR/RRN e Federação Minha Terra, 2018.

Questão de Avaliação n.º 12

Em que medida contribuiu o mecanismo de execução para a implementação da abordagem LEADER ?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

Não aplicável.

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 85 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA12

Critérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foi assegurada a participação dos parceiros públicos e privados (representativos do território e do seu tecido económico e social) na condução do processo de desenvolvimento rural	Número e diversidade de parceiros do GAL	Melhoria do processo participativo (qualitativo)
	Grau de participação dos parceiros nas actividades do GAL	Melhoria do processo de tomada de decisões entre os parceiros (qualitativo)
Foi assegurada a ligação em rede entre todos os actores	Número e tipo de redes em que o GAL participa	Qualidade da parceria e da gestão do GAL (processos colocados em prática, capacidades de animação, cooperação, trabalho em rede e administração) (qualitativo)
	Número e tipo de parceiros envolvidos em actividades de ligação em rede	Melhoria da perspectiva de parceria no território (qualitativo)
O GAL foi capaz de mobilizar e assegurar o desenvolvimento rural ao nível local mediante soluções inovadoras para resolver problemas do território	Número de projectos apoiados com carácter inovador ou experimental	Classificação das alterações detectadas no nível de confiança mútua entre as partes interessadas (qualitativo)
	Número e tipo de estruturas de cooperação que emergiram	Ponderação dos projectos inovadores no total da despesa pública (%)

3. Métodos utilizados

A resposta a esta QA baseou-se na obtenção dos seus indicadores de realização e resultado. Os primeiros foram construídos pela equipa de avaliação com base em elementos diversos a recolher junto do GAL. Os segundos, essencialmente de carácter qualitativo, resultam do conjunto de entrevistas aos stakeholders da EDL e de um inquérito realizado aos seus beneficiários. Com este conjunto de indicadores procurou-se abordar os diferentes critérios de avaliação.

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

Tabela 86 – Quantificação dos indicadores – QA12

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações	Comentários
Indicadores de realização	Número e diversidade de parceiros do GAL	23	EDL ADRAMA	No capítulo 1.2 deste relatório é analisada a tipologia dos Parceiros da EDL
	Grau de participação dos parceiros nas actividades do GAL	63%	Actas das reuniões do Conselho de Parceiros	Em quatro reuniões do Conselho de Parceiros apenas na primeira todos os 23 parceiros participaram. Nas restantes reuniões a participação oscilou entre 10 e 13.

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações	Comentários
	Número e tipo de redes em que o GAL participa	0	ADRAMA	O GAL ADRAMA é membro da Rede Rural Nacional e da Federação Minha Terra, sendo vogal da Direcção desta última. Na prática tem participação muito diminuta na actividade destas entidades.
	Número e tipo de parceiros envolvidos em actividades de ligação em rede	0	ADRAMA	Nada a registar.
	Número de projectos apoiados com carácter inovador ou experimental	0	Base de dados ADRAMA	Da análise efectuada pela equipa de avaliação considerou-se que nenhuma das 19 operações apoiadas tem um carácter verdadeiramente inovador. Contudo, os promotores de 12 das 19 operações apoiadas consideram o seu investimento como inovador ou muito inovador; apenas 2 consideram como pouco inovador ou sem inovação (V.1).
	Número e tipo de estruturas de cooperação que emergiram	0	ADRAMA	
Indicadores de resultado	Ponderação dos projectos inovadores no total da despesa pública (%)	0%	Base de dados ADRAMA	Ver indicador de realização acima

5. Resultados qualitativos

Tabela 87 – Indicadores qualitativos – QA12

Indicador		Apreciação	Fontes de dados e informações	Comentários
Indicadores de resultado qualitativos	Melhoria do processo participativo (qualitativo)	Sim	Inquéritos e entrevistas	Questões do inquérito relativas à acção do GAL têm respostas muito positivas (média 90%)
	Melhoria do processo de tomada de decisões entre os parceiros (qualitativo)	Não	Entrevistas	Esquema de funcionamento com necessidade de consulta a Conselho de Parceiros e posteriormente a Órgão de Gestão (sub-grupo do anterior) traz alguma demora, mais uma etapa no processo, sem relevância na tomada de decisão
	Qualidade da parceria e da gestão do GAL (processos colocados em prática, capacidades de animação, cooperação, trabalho em rede e administração) (qualitativo)	Variável	Entrevistas	Qualidade em termos de processos de decisão e implementação, menor desempenho quanto a animação, cooperação e trabalho em rede, que foram inexistentes no presente período de programação
	Melhoria da perspectiva de parceria no território (qualitativo)	Sem alteração	Entrevistas	Níveis qualidade e confiança da parceria elevados, mas idênticos a anteriores períodos de programação
	Classificação das alterações detectadas no nível de confiança mútua entre as partes interessadas (qualitativo)	Sem alteração	Inquéritos e entrevistas	Níveis de confiança muito elevados na estrutura técnica do GAL, que já vêm dos anteriores períodos de programação. Grande ênfase positivo na continuidade e experiência da estrutura técnica

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

A principal dificuldade na análise do grau de contribuição do mecanismo de execução para a implementação da abordagem LEADER prende-se com o grande atraso na implementação desta abordagem, que foi uma das causas do reduzido nível de compromisso e, particularmente, do muito baixo nível de execução nesta fase do período de programação.

Este facto faz com que a implementação dos procedimentos de gestão seja ainda relativamente recente e que não haja um conjunto alargado de beneficiários com capacidade para se pronunciarem efectivamente sobre a qualidade e eficácia destes procedimentos.

Por outro lado, a existência de uma continuidade relativamente aos anteriores períodos de programação faz com que não seja evidente, na análise dos stakeholders, os contributos efectivos do funcionamento do GAL no presente período de programação.

7. Resposta à questão de avaliação

A implementação da abordagem LEADER no âmbito do PRODERAM 2020 foi bastante tardia, com a legislação regional apenas publicada em Junho de 2016 e com um atraso considerável nos sistemas de informação, que apenas permitiu contratações em Dezembro de 2017.

Esta situação levou a uma concentração de esforços da estrutura técnica do GAL ADRAMA na abertura de avisos, na implementação das principais medidas de apoio aos beneficiários e no acompanhamento dos beneficiários e das suas operações, com um grande foco na sua execução.

Por outro lado, a grande redução da dotação orçamental afecta às medidas apoiadas pelo GAL, que se reflectiu num valor de despesa pública para a submedida 19.2 de apenas 4,5 M€ (no anterior período de programação a execução final da medidas afectas à ADRAMA foi de cerca de 8 M€), trouxe alguma preocupação quanto à inexistência de capacidade para fazer face a uma procura que se esperava ser bastante elevada.

Tendo em conta esta situação, e o conjunto de informação qualitativa recolhida pela equipa de avaliação, verifica-se que a implementação do mecanismo de execução decorreu de forma adequada no que se refere à implementação das principais medidas de apoio e à disponibilidade e capacidade da estrutura técnica para acompanharem de forma muito próxima as operações candidatas, aprovadas e em execução. Este acompanhamento é unanimemente reconhecido como uma das mais-valias da abordagem LEADER e, particularmente, do desempenho da sua Estrutura Técnica.

Os procedimentos de gestão são fiáveis e adequados ao cumprimento dos requisitos regulamentares comunitários, nacionais e regionais e à boa implementação das operações. Contudo, o conjunto de etapas conducentes à aprovação de uma operação é considerado, por alguns stakeholders, excessivo, podendo ser aligeirado com a supressão da consulta obrigatório ao Órgão de Gestão, já que este é um sub-grupo do Conselho de Parceiros.

Desta forma, algumas áreas de actuação foram, por motivos diversos e até de forma deliberada, algo descuradas, o que entendemos que importa rever no futuro próximo.

Em primeiro lugar, e com maior relevância, uma ausência de acções de informação e divulgação dos apoios existentes ao abrigo da EDL, resultante não só da preocupação com a menor dotação, mas também da expectativa de uma procura elevada uma vez que estes apoios são essencialmente semelhantes aos do anterior período de programação e, portanto, já relativamente conhecidos dos principais stakeholders públicos e privados. Esta situação resulta igualmente do foco mais operacional dos elementos da estrutura técnica, que não deixa muito espaço para acções menos prementes.

Por outro lado, não foram ainda disponibilizados aos potenciais beneficiários os apoios com menor procura aparente (19.2.3 e 19.2.4) situação que compromete a execução integral da EDL e a prossecução dos seus objectivos de carácter mais imaterial, nomeadamente quanto à qualificação, ligação em rede e promoção da inovação. Particularmente quanto à inovação, entende-se que a presente EDL não trouxe ainda contributos relevantes, sendo quer as abordagens de gestão, quer as operações apoiadas muito semelhantes a anteriores períodos de programação.

8. Conclusões e recomendações

Tabela 88 – Conclusões e recomendações – QA12

Conclusões	Recomendações
Atraso na implementação da abordagem LEADER e redução da sua dotação comprometeram as prioridades de trabalho da estrutura técnica	Abertura de avisos para os apoios das tipologias 19.2.3 e 19.2.4 para apoio à cooperação local e à formação e informação dos agentes locais.
Grande foco na operacionalização dos apoios mais relevantes e no apoio à sua implementação, o que é um ponto forte da estrutura técnica	Considerar a possibilidade de aligeirar o processo de decisão de candidaturas no âmbito do GAL, eventualmente suprimindo a consulta ao Órgão de Gestão, já que este resulta do Conselho de Parceiros.
Procedimentos de gestão adoptados são fiáveis e adequados ao cumprimento dos requisitos regulamentares	
Atraso na operacionalização de apoios 19.2.3 e 19.2.4	Assegurar a realização de acções de comunicação e informação sobre a EDL e os apoios disponíveis, bem como sobre o funcionamento dos processos de candidatura e pagamento, de forma a melhorar a qualidade dos pedidos de apoio e assim aumentar e acelerar a execução.
Inexistência de acções de informação e divulgação da EDL	
Inexistência de inovação ao nível da gestão e das operações apoiadas	

Questão de Avaliação n.º 13

Em que medida contribuiu a animação para melhores resultados decorrentes da implementação da estratégia de desenvolvimento local ?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

Não aplicável.

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 89 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA13

Critérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Foi assegurada a mobilização e capacitação da comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	Número e tipo de actividades de apoio a projectos locais (encontros, feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais; workshops e seminários; acções de sensibilização ambiental, ...)	Nível de alavancagem no apoio à EDL (mobilização de fundos públicos e privados de várias fontes e/ou trabalho voluntário) (qualitativo)
Foi assegurado o apoio na concepção e na promoção de projectos de investimento		
Foi assegurado o apoio na constituição de redes de parcerias locais, regionais, nacionais e internacionais	Número e tipo de estruturas de cooperação que emergiram	
Foi assegurada a implementação mais eficaz da estratégia		

3. Métodos utilizados

A resposta a esta QA foi baseada na obtenção dos indicadores de realização e resultado, com base em elementos recolhidos junto da ADRAMA e das entrevistas e inquéritos aos stakeholders da EDL, que permitem abordar os critérios de avaliação relativos à QA.

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

Tabela 90 – Quantificação dos indicadores – QA13

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações	Comentários
Indicadores de realização	Número e tipo de actividades de apoio a projectos locais (encontros, feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais; workshops e seminários; acções de sensibilização ambiental, ...)	0	Dados ADRAMA	Apesar de apoiar operações relativas a encontros, feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais, particularmente ao abrigo da tipologia 19.2.2.2, a ADRAMA não desenvolveu ela própria quaisquer actividades neste sentido cujo objectivo fosse o apoio a projectos locais
	Número e tipo de estruturas de cooperação que emergiram	0		De acordo com a informação obtida, a implementação da EDL não deu origem a nenhuma estrutura de cooperação

5. Resultados qualitativos

Tabela 91 – Indicadores qualitativos – QA13

Indicador		Apreciação	Fontes de dados e informações	Comentários
Indicadores de resultado qualitativos	Nível de alavancagem no apoio à EDL (mobilização de fundos públicos e privados de várias fontes e/ou trabalho voluntário) (qualitativo)	Reduzido	ADRAMA	No âmbito das operações apoiadas foram mobilizados essencialmente fundos do FEADER, sendo o remanescente financiado pelos promotores (privados e públicos). No âmbito das operações da 19.2.2, os investimentos motivam a participação de trabalho voluntário, nomeadamente por parte dos dirigentes e outros colaboradores das estruturas associativas.

Apesar de não terem existido acções de animação desenvolvidas pelo GAL com o objectivo de dinamizar a implementação da EDL, de apoiar a execução das operações apoiadas e de mobilizar recursos neste âmbito, a percepção dos beneficiários da EDL é muito positiva quanto à actuação do GAL no apoio aos promotores. Este apoio faz-se sentir tanto na fase prévia à apresentação de uma candidatura, com o esclarecimento de dúvidas e apoio ao enquadramento dos projectos nos apoios existentes, como após a sua aprovação e durante a execução do investimento, com um acompanhamento próximo que permite evitar e ultrapassar eventuais dificuldades.

De facto, 95% dos promotores que responderam ao inquérito afirma ter tido acesso a informação de divulgação das medidas do GAL, 67% afirma ter participado em acções de divulgação realizadas pelo GAL e 47% diz ter recebido a visita de um técnico para explicar o programa.

Estes dados reflectem uma percepção de proximidade por parte do GAL junto dos promotores., mesmo quando não foi feito qualquer trabalho de divulgação.

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

A inexistência de acções efectivas de informação e animação destinadas à divulgação da EDL e dos seus apoios e ao apoio à implementação das operações não permite uma resposta a esta QA.

É apenas possível fazer algumas considerações sobre a percepção que os beneficiários têm sobre esta matéria e sobre o acompanhamento técnico oferecido pela estrutura de gestão aos promotores das operações apoiadas.

7. Resposta à questão de avaliação

Como referido, a implementação da EDL da ADRAMA é ainda muito reduzida, em termos de número de operações e de execução financeira.

Pelos motivos apontados na resposta à QA anterior (atraso na implementação, menor dotação financeira, expectativa de grande procura, foco nas tarefas operacionais), a estrutura técnica do GAL não efectuou quaisquer acções de animação ou divulgação da EDL destinadas a promovê-la ou a contribuir para a sua execução, o que não permite uma resposta positiva a esta Questão.

Esta situação terá contribuído para uma reduzida adesão, particularmente nos primeiros concursos, e para uma menor qualidade das candidaturas apresentadas. De facto, a taxa de não aprovação de candidaturas nestes concursos (1 e 2) foi relativamente elevada, particularmente na tipologia 19.2.1 em que das 33 candidaturas submetidas apenas 9 foram aprovadas (Avisos 1A e 2A), não tendo sido utilizada integralmente a dotação a eles afecta.

Contudo, como aliás já referido, os promotores das operações apoiadas reconhecem o apoio e esforço de acompanhamento proporcionada pela estrutura técnica, que, com grande proximidade, apoia a submissão de candidaturas e a implementação das operações apoiadas.

8. Conclusões e recomendações

Tabela 92 – Conclusões e recomendações – QA13

Conclusões	Recomendações
Não houve acções de animação e informação promovidas pelo GAL e destinada à divulgação e apoio à execução das operações	Assegurar a realização de acções de comunicação e informação sobre a EDL e os apoios disponíveis, bem como sobre o funcionamento dos processos de candidatura e pagamento, de forma a melhorar a qualidade dos pedidos de apoio e assim aumentar e acelerar a execução.
Tal resulta do atraso na implementação, da menor dotação financeira, da expectativa de grande procura e do foco nas tarefas operacionais	
Isto pode ter contribuído para o reduzido nível de execução e menor qualidade das primeiras candidaturas submetidas	Considerar a possibilidade de contratação de um terceiro técnico, dedicado particularmente a acções de divulgação, promoção e animação ou a subcontratação de uma entidade especializada neste tipo de serviço.
Contudo, envolvimento da estrutura técnica com os promotores é muito importante nas fases de apresentação das candidaturas e implementação das operações	

5.4 Implementação da Abordagem LEADER e o seu Valor Acrescentado

Tal como mencionado no início do capítulo 5.3, também as Questões de Avaliação relativas à implementação e valor acrescentado da abordagem LEADER aqui respondidas foram obtidas a partir do

documento “Orientações para a Avaliação de Estratégias de Desenvolvimento Local”, Magda Porta, edição DGADR/RRN e Federação Minha Terra, 2018.

Questão de Avaliação n.º 14

Em que medida a execução da estratégia através da abordagem LEADER conseguiu gerar valor acrescentado?

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

Não aplicável.

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 93 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA14

Critérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
A implementação da abordagem LEADER contribuiu para a valorização do capital social	Nº de acções de capacitação das partes interessadas que participam na execução da EDL (p.e., planeamento estratégico, monitorização e avaliação)	Reforço de capacidades (conhecimento, competências e informação) das partes interessadas que participam na execução da EDL (p.e., planeamento estratégico, monitorização e avaliação)
		Aumento da densidade e qualidade das interacções entre os parceiros da estratégia
		Aumento da densidade e qualidade das interacções entre os parceiros institucionais
		Aumento do apoio e da confiança mútua entre a AG, o OP, a RRN e o GAL (normas e valores partilhados)
Foram assegurados os mecanismos de governação mais eficazes (hierarquia, parcerias, interacção) a vários níveis		Aumento da confiança mútua entre o GAL e os parceiros e a comunidade local (valores e prioridades partilhados)
		Capacidade dos parceiros para analisar, discutir e decidir sobre a estratégia actual e futura
		Sensibilização e capacidade para os intervenientes projectarem as identidades locais e a imagem ou reputação do território, os seus recursos e produtos
		Foram assegurados os momentos de discussão (interacções e negociações) no sistema de governação a vários níveis
Melhoria das opiniões, atitudes, comportamentos, visão estratégica dos intervenientes locais, bem como as relações entre si		
Melhoria das rotinas de organização do GAL, do seu sistema		

Critérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
		de cooperação e das redes onde se insere
O papel dos intervenientes ganhou uma visão mais abrangente (sem limite apenas ao seu papel e poder formal)	Nível de participação da comunidade local na execução da EDL	Aumento da eficácia e da eficiência das comunicações entre as partes interessadas
		Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação
		Melhor coordenação entre os diferentes níveis de governação
		Melhoria da qualidade das interacções entre as entidades competentes
O GAL tornou-se um dos principais promotores do desenvolvimento local		Melhoria da qualidade das interacções entre os parceiros
		Nível de participação dos diferentes intervenientes nas actividades do GAL (considerar, p.e., dinamismo e interactividade, aprendizagem social)
		Manutenção das relações de interdependência dos intervenientes, com base na identidade local ou num interesse colectivo
		Tipo e qualidade dos projectos que a abordagem LEADER permitiu apoiar, em comparação com outro tipo de apoios
		Nível de inovação dos projectos apoiados
		Grau de sustentabilidade dos projectos apoiados
		Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários
		Aumento da mobilização local para o investimento
		Incentivo indirecto a não beneficiários para participarem no processo de desenvolvimento.
Os resultados da EDL melhoraram devido à aplicação da abordagem LEADER		
Foram perspectivados e estimulados os potenciais do território		

3. Métodos utilizados

A resposta a esta QA baseou-se na obtenção dos seus indicadores de realização e resultado, ambos obtidos com base em elementos diversos recolhidos junto do GAL, da análise das tipologias das operações apoiadas, de elementos diversos sobre a implementação da EDL e a actividade do GAL e da parceria, bem como através de entrevistas e da realização de um inquérito aos beneficiários da EDL e de um questionário aos Parceiros do GAL.

Com esta informação, a equipa de avaliação percorreu os sete princípios fundamentais da abordagem LEADER, procurando identificar a forma como são implementados no âmbito da EDL da ADRAMA, e

procurou abordar os critérios de apreciação, de forma a obter uma resposta completa à Questão de Avaliação.

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

Tabela 94 – Quantificação dos indicadores – QA14

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações
Indicadores de realização	Nº de acções de capacitação das partes interessadas que participam na execução da EDL (p.e., planeamento estratégico, monitorização e avaliação);	0	Dados ADRAMA

5. Resultados qualitativos

Tabela 95 – Indicadores qualitativos – QA14

Indicador		Apreciação	Fontes de dados e informações	Comentários
Indicadores de realização qualitativos	Nível participação da comunidade local na execução da EDL (qualitativo)	Reduzido	Dados ADRAMA	Reduzido número de operações apoiadas, apenas algumas envolvem uma participação alargada das comunidades na sua implementação.
		3,5/5	Questionário aos Parceiros	
Indicadores de resultado qualitativos	Aumento da densidade e qualidade das interacções entre os parceiros da estratégia	3,7/5; Para 89% Melhorou	Questionário aos Parceiros	Os parceiros consideram que o relacionamento entre as entidades envolvidas na implementação da EDL melhorou, sendo o seu nível médio relativamente bom, particularmente quanto a entidades de gestão e a comunidade local.
	Aumento da densidade e qualidade das interacções entre os parceiros institucionais	3,6/5; Para 78% Melhorou	Questionário aos Parceiros	
	Aumento do apoio e da confiança mútua entre a AG, o OP, a RRN e o GAL (normas e valores partilhados)	3,9/5; Para 67% Melhorou	Questionário aos Parceiros	
	Aumento da confiança mútua entre o GAL e os parceiros e a comunidade local (valores e prioridades partilhados)	3,9/5; Para 78% Melhorou	Questionário aos Parceiros	
	Capacidade dos parceiros para analisar, discutir e decidir sobre a estratégia actual e futura	3,8/5	Questionário aos Parceiros	Relativamente boa articulação entre os parceiros.
	Sensibilização e capacidade para os intervenientes projectarem as identidades locais e a imagem ou reputação do território, os seus recursos e produtos	3,6/5	Questionário aos Parceiros	A capacidade do GAL para dinamizar as percepções associadas ao território e o incentivo à manutenção dos jovens é relativamente boa, embora as opiniões, atitudes, percepções e relações entre os intervenientes não tenham melhorado consideravelmente.
	Capacitação e o incentivo da geração mais jovem para associar as suas perspectivas de futuro ao território onde vivem	3,6/5	Questionário aos Parceiros	
	Melhoria das opiniões, atitudes, comportamentos, visão estratégica dos intervenientes locais, bem como as relações entre si	56% Melhorou	Questionário aos Parceiros	
	Melhoria das rotinas de organização do GAL, do seu sistema de cooperação e das redes onde se insere	56% Manteve-se	Questionário aos Parceiros	Os parceiros consideram que houve uma ligeira melhoria da organização, comunicação e

Indicador		Apreciação	Fontes de dados e informações	Comentários
	Aumento da eficácia e da eficiência das comunicações entre as partes interessadas	60% Melhorou	Questionário aos Parceiros	coordenação do GAL, bem como das interacções entre os parceiros e outras entidades. A percepção média é a de que estes mecanismos têm uma qualidade relativamente boa, mas não excelente.
	Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	3,5/5	Questionário aos Parceiros	
	Melhor coordenação entre os diferentes níveis de governação	3,4/5; Para 63% Melhorou	Questionário aos Parceiros	
	Melhoria da qualidade das interacções entre as entidades competentes	3,5/5; Para 56% Melhorou	Questionário aos Parceiros	
	Melhoria da qualidade das interacções entre os parceiros	3,6/5; Para 60% Melhorou	Questionário aos Parceiros	
	Nível de participação dos diferentes intervenientes nas actividades do GAL (considerar, p.e., dinamismo e interactividade, aprendizagem social)	3,8/5	Questionário aos Parceiros	A participação dos intervenientes nas actividades do GAL bastante boa, embora o seu relacionamento com base na identidade local, seja menor.
	Manutenção das relações de interdependência dos intervenientes, com base na identidade local ou num interesse colectivo	3,3/5	Questionário aos Parceiros	
	Tipo e qualidade dos projectos que a abordagem LEADER permitiu apoiar, em comparação com outro tipo de apoios	60% Idênticos	Questionário aos Parceiros	A percepção quanto à sustentabilidade dos projectos é relativamente elevada, embora a sua qualidade e grau de inovação seja menor.
	Nível de inovação dos projectos apoiados	3,4/5	Questionário aos Parceiros	
	Grau de sustentabilidade dos projectos apoiados	3,9/5	Questionário aos Parceiros	
	Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	4,0/5	Questionário aos Parceiros	Muito boa opinião quanto à variedade de beneficiários e à capacidade de mobilização local, embora com menor capacidade de incentivo à participação de não beneficiários.
	Aumento da mobilização local para o investimento	4,0/5	Questionário aos Parceiros	
	Incentivo indirecto a não beneficiários para participarem no processo de desenvolvimento	3,4/5	Questionário aos Parceiros	

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

As principais dificuldades sentidas na resposta a esta QA foram as seguintes:

- Atraso na implementação da abordagem LEADER, maioritariamente não atribuível ao GAL, que contribuiu para o baixo nível de execução da EDL;
- Resposta essencialmente qualitativa, logo de carácter mais subjectivo, assente em informação recolhida junto dos beneficiários e outros stakeholders da zona de intervenção;
- Dificuldade por parte dos inquiridos em analisar de forma objectiva a acção do GAL no actual período de programação, uma vez que a sua opinião é muito influenciada pela actuação do GAL no território desde há vários períodos de programação.

7. Resposta à questão de avaliação

Até ao final de 2018, e como já referido, apenas foram apoiadas 19 operações, das quais apenas 7 integralmente concluídas, tendo as restantes uma execução média de 23,5% face ao aprovado. Desta forma, a EDL tem um nível de execução de apenas 8% face à dotação prevista para a submedida 19.2, correspondendo a pagamentos aos beneficiários de apenas 351.728,5 €.

Por outro lado, o conjunto de apoios concedidos ao GAL para conceber, operacionalizar e implementar a sua EDL totalizou já 178.041,03 € ao abrigo das submedidas 19.1 (apoio à preparação da EDL) e 19.4 (apoio a custos de funcionamento e animação).

Neste sentido, e olhando meramente para a realidade até final de 2018, não é possível concluir que a abordagem LEADER tenha trazido valor acrescentado ao território de intervenção – a sua actividade conduziu ao apoio a poucos projectos e com um custo correspondente a 50% dos apoios efectivamente pagos.

É, contudo, necessário ter em conta que a implementação da EDL sofreu um atraso considerável e que sua operacionalização em termos de sistemas de informação para contratação e pedidos de pagamento apenas foi disponibilizada em Dezembro de 2017, situações essencialmente não imputáveis ao GAL. Em resultado, a maioria das operações aprovadas foi aprovada apenas no decorrer do ano de 2018 e está ainda em fase de execução. Os dados existentes mostram que o conjunto total de operações já aprovadas (32) poderá significar uma execução de cerca de 50%, existindo ainda concursos sem decisão (2C, 3A e 3B), aos quais foram submetidas 27 candidaturas.

Desta forma, deve-se ter em consideração que o trabalho desenvolvido pelo GAL nos anos de 2016 a 2018, e o respectivo custo, se reflectirão certamente nos projectos futuros e no acréscimo dos níveis de compromisso e execução da EDL.

Para uma análise mais detalhada, a equipa de avaliação seguiu um conjunto de abordagens qualitativas – análise da forma como foram respeitadas as sete características da abordagem LEADER, resultados de inquérito aos beneficiários e resultado de questionário aos membros da parceria, sempre complementados com as opiniões recolhidas nas entrevistas efectuadas pela equipa de avaliação.

No que respeita às características da abordagem LEADER, verifica-se o seguinte:

Tabela 96 – Cumprimento das sete características da abordagem LEADER

Característica	Cumprimento	Comentários
Existência de uma EDL baseada no território	Sim	Existe uma EDL baseada no conjunto de 6 concelhos que constituem a zona de intervenção do GAL
Elaboração da EDL organizada no sentido ascendente, e de forma participativa	Sim	A elaboração da EDL foi muito participada, incluindo um estudo de auscultação efectuado junto da comunidade rural, que contou com a participação de 166 entidades
Constituição de parceiras público-privadas locais (GAL), representativas do território e do seu tecido económico e social	Sim	A parceria é muito abrangente, como detalhado no capítulo 1.2 deste relatório, representando os sectores público, associativo e privado da zona de intervenção, e sendo ela própria constituída por diversas entidades associativas que agregam muitos dos agentes do território
Inovação, enquanto objectivo transversal para o desenvolvimento do território do GAL	Sim, mas sem aplicação concreta	A inovação é um dos temas transversais incluídos na definição da EDL. Contudo, a implementação da EDL não tem cumprido esta meta, quer em termos de procedimentos de gestão, quer no que se refere à maioria das operações apoiadas
Definição de estratégias de desenvolvimento, multisectoriais e orientadas para territórios e necessidades específicas	Sim, mas não na implementação	A definição da EDL está bem orientada para as necessidades do território (ver capítulo 3.2 deste relatório). É uma abordagem multisectorial, no sentido em que se dirige ao sector agrícola, ao turismo, às PME's locais, ao apoio social, à recuperação do património, à divulgação cultural e das tradições e eventos locais e à cooperação, formação e informação dos agentes locais. Contudo, a sua implementação tem estado essencialmente centrada na actividade turística e nos apoios sociais e culturais, estando os restantes praticamente ausentes.
Ligação em rede entre todos os actores do território de intervenção e entre GAL	Sim, mas apenas no âmbito da EDL	Os diversos actores do meio rural estão ligados através da Parceria, constituindo uma rede representativa da zona de intervenção. Contudo, essa ligação limita-se à concepção e implementação da EDL, não tendo aparentemente outras valências
Cooperação entre os GAL e outras entidades públicas e privadas	Sim, mas sem resultados relevantes	Quer no âmbito da EDL, quer num âmbito mais alargado, o GAL coopera com as entidades parceiras, mas também com outras entidades a nível regional e nacional (Federação Minha Terra, RRN), embora sem resultados significativos na implementação da EDL até ao momento

No que respeita aos resultados do inquérito aos beneficiários, as principais respostas relativas ao valor acrescentado da abordagem LEADER foram as seguintes:

Tabela 97 – Respostas a questões sobre o valor acrescentado da abordagem LEADER

Questão	Sim	Não	% Sim
Durante a sua participação nas medidas LEADER considera que foi assegurada uma participação representativa de parceiros públicos e privados no âmbito do processo de desenvolvimento rural?	16	1	94,1%
Considera que durante a execução das medidas LEADER foi assegurada a ligação entre todos os intervenientes?	18	0	100,0%
Tendo em conta a experiência de adesão a medidas LEADER considera que o GAL - ADRAMA apresentou soluções inovadoras e que com elas conseguiu mobilizar e assegurar o desenvolvimento rural?	14	2	87,5%
Considera que com as acções de animação em que participou foi assegurada a mobilização e a capacitação das pessoas, das empresas e das organizações da zona de intervenção do GAL?	8	0	100,0%
Considera que com as acções de animação em que participou foi assegurado o apoio na concepção e na promoção de projectos de investimento?	8	0	100,0%

Questão	Sim	Não	% Sim
Considera que com as acções de animação em que participou foi assegurado o apoio na constituição de redes de parcerias locais, regionais, nacionais e internacionais?	7	1	87,5%
Considera que com as acções de animação em que participou conseguiram-se contributos no âmbito do desenvolvimento local?	8	0	47,1%
Considera que no âmbito da execução das medidas LEADER ocorreram as interacções, negociações e parcerias necessárias para que se conseguissem melhorias e inovação no modelo de governação?	7	0	100,0%
Na sua opinião a implementação e a execução da abordagem LEADER tornou visível o GAL como um dos principais motores do desenvolvimento local?	15	1	93,8%
Considera que as medidas LEADER contribuem para a construção de uma análise e visão estratégica que beneficia e potencia as características específicas do território?	15	2	88,2%
As relações, a confiança e a partilha de valores entre GAL, parceiros e comunidade local foram aprofundadas com a implementação e a execução das medidas LEADER?	15	1	93,8%

Como se pode verificar, num universo de 22 respostas válidas ao inquérito enviado aos beneficiários, a maior parte das questões foram respondidas por mais de 70% dos respondentes, sendo que quatro questões tiveram menos de 40% de respostas. Na sua grande maioria, as respostas são muito favoráveis aos resultados da abordagem LEADER, destacando-se o seu contributo para a ligação em rede, capacidade de mobilização, apoio aos projectos, definição do modelo de governação, representatividade dos parceiros e aprofundamento das relações em meio rural, aspectos sempre com mais de 90% de respostas favoráveis. Acresce que, quando questionados quanto ao contributo do GAL, em 16 respostas obtidas, 87,5% considerou que o GAL constitui uma mais-valia face à implementação das mesmas medidas directamente pela AG do PRODERAM 2020.

Ressalve-se, contudo, que as respostas ao inquérito são exclusivamente de beneficiários da EDL, naturalmente mais comprometidos com a abordagem LEADER que outros agentes do meio rural, e que estas respostas poderão estar influenciadas pela actuação permanente do GAL há vários períodos de programação, pelo que poderão não traduzir uma percepção assente apenas na realidade do actual período de programação.

Como verificado no ponto 5 desta resposta, a opinião dos membros do Conselho de Parceiros é também genericamente positiva sobre os diversos aspectos do funcionamento e efeitos da implementação da EDL, embora de forma mais comedida que a opinião dos beneficiários. As respostas apresentadas neste ponto 5, relativas aos indicadores de resultado, indicam uma percepção relativamente boa (média geral de 3,7 em 5) sobre o desempenho do GAL, as relações na parceria e com outros agentes (de gestão, beneficiários).

Para além das respostas aí apresentadas, o questionário abordou ainda um conjunto de outros aspectos, com os seguintes resultados:

Tabela 98 – Resultados do questionário aos membros do Conselho de Parceiros

QUESTÃO	Média
Como classifica o grau de participação dos parceiros nas actividades do GAL ?	3,5
Como classifica o processo participativo nas actividades do GAL ?	3,7
O processo participativo nas actividades do GAL melhorou neste período de programação ?	70% melhorou
Como classifica o processo de tomada de decisões entre os parceiros ?	3,9
O processo de tomada de decisões entre os parceiros melhorou neste período de programação ?	80% melhorou
Como classifica a qualidade da parceria e da gestão do GAL (processos colocados em prática, capacidades de animação, cooperação, trabalho em rede e administração) ?	3,7
Como classifica o nível de participação da comunidade local na execução da EDL ?	3,5
Considera que as mesmas medidas relacionadas com a Estratégia de Desenvolvimento Local implementadas e executadas pelo PRODERAM teriam resultados:	78% idênticos
Como classifica as actividades de divulgação da EDL neste período de programação ?	3,6
Como classifica o grau de conhecimento da população em geral sobre a EDL e os seus apoios ?	3,3
Como classifica o trabalho técnico conduzido pela Estrutura Técnica da ADRAMA ?	3,9
Como classifica a adequação do número de recursos humanos da Estrutura Técnica da ADRAMA ?	73% adequada

Como se pode verificar, os Parceiros consideram que ocorreu uma melhoria na forma como os processos de participação e decisão fase ao anterior período de programação, estando estes em bons níveis médios (3,5 a 3,9, num máximo de 5). O grau de conhecimento da população sobre a EDL e a sua participação são vistos como razoáveis.

O trabalho do GAL é bem reconhecido, em termos da sua qualidade (3,7), divulgação da EDL (3,6) e, particularmente, quanto ao trabalho da Estrutura Técnica (3,9, com 82% de respostas de nível 4 ou 5). A sua estrutura é genericamente considerada adequada (73%), embora os restantes 27% a considerem subdimensionada.

Contudo, 78% dos Parceiros considera que a implementação das mesmas medidas de apoio da EDL directamente pela AG PRODERAM 2020 teria resultados semelhantes, com 11% a referir que estes seriam piores e 11% que estes seriam melhores.

Assim, e com base no conjunto de elementos apresentados, é a seguinte a opinião da equipa de avaliação sobre cada um dos critérios de apreciação relativos à presente QA:

Tabela 99 – Cumprimento dos critérios de apreciação – QA14

Critérios de Apreciação	Comentários
A implementação da abordagem LEADER contribuiu para a valorização do capital social	Até ao momento não foram apoiadas quaisquer operações destinadas à valorização do capital social (formação, informação, cooperação), pelo que se considera que este critério não foi cumprido.
Foram assegurados os mecanismos de governação mais eficazes (hierarquia, parcerias, interacção) a vários níveis	Os mecanismos de governação definidos tem contribuído para que a implementação das operações apoiadas pela EDL tenham sucesso. A hierarquia funcional definida permite o contributo de todos os parceiros, embora possa ser excessiva. Contudo, têm estado ausentes mecanismos conducentes a uma maior dinamização da implementação da EDL no território.
Foram assegurados os momentos de discussão (interacções e negociações) no sistema de governação a vários níveis	Particularmente no âmbito da definição e concepção da EDL, houve momentos de interacção com os parceiros e de consulta aos agentes do território. Contudo, não terá havido continuidade na fase de implementação da EDL.
O papel dos intervenientes ganhou uma visão mais abrangente (sem limite apenas ao seu papel e poder formal)	No decorrer da implementação da EDL o papel dos parceiros tem-se cingido à participação no Conselho de Parceiros, sem contributos relevantes adicionais para a divulgação, dinamização e implementação da EDL. Também no que respeita aos outros intervenientes (AG, IFAP, estrutura técnica), entende-se que o seu desempenho tem sido essencialmente formal, embora no caso da estrutura técnica, esta possua uma visão abrangente e detalhada do território e da sua realidade.
O GAL tornou-se um dos principais promotores do desenvolvimento local	No decorrer do actual período de programação, não se pode afirmar que o GAL tenha sido um factor de desenvolvimento local, pela ainda reduzida abrangência dos apoios concedidos. Contudo, numa visão mais abrangente, de longo prazo, o GAL enquanto veículo dos apoios FEADER e tendo em conta a sua grande proximidade aos beneficiários, constitui-se indubitavelmente como um importante promotor do desenvolvimento local. Salienta-se, no entanto, que a realidade regional, com grandes dificuldades de financiamento e muito assente no sector público, torna o desenvolvimento local excessivamente dependente dos financiamentos públicos complementares ao PRODERAM 2020, particularmente no âmbito da tipologia 19.2.2.
Os resultados da EDL melhoraram devido à aplicação da abordagem LEADER	Até final de 2018 os resultados da EDL são diminutos, sendo possível admitir que a gestão dos mesmos apoios directamente pela AG PRODERAM 2020 pudesse ter agilizado a sua implementação, ao prescindir de todos os procedimentos necessários à definição, financiamento e implementação da abordagem LEADER.
Foram perspectivados e estimulados os potenciais do território	Mais uma vez, se considera que, neste período de programação e até final de 2018, a abordagem LEADER não contribui para estimular o potencial do seu território de intervenção, o que se prevê que ainda possa acontecer com a total implementação das operações em cursos e aprovadas, bem como daquelas que possam vir a ser brevemente apoiadas.

8. Conclusões e recomendações

Tabela 100 – Conclusões e recomendações – QA14

Conclusões	Recomendações
Reduzido nível de execução da EDL, face ao custo da sua operacionalização (custos de funcionamento do GAL).	Fomento da promoção da EDL e da dinamização da sua implementação junto dos potenciais beneficiários, de forma a aumentar significativamente os níveis de execução.
Atraso na implementação prejudica capacidade do GAL ter um papel relevante no desenvolvimento local até ao momento.	
Capacidade para desenvolvimento de uma EDL que respeita todas as sete características essenciais da abordagem LEADER, embora nem sempre tal se tenha traduzido na sua real concretização.	Maior proximidade com os agentes do território, não apenas com quem procura o GAL (o que já é feito) mas também com potenciais beneficiários que não estejam a par das possibilidades oferecidas pela EDL.
Resultados obtidos até ao momento não traduzem a opinião muito positiva que os stakeholders têm sobre a actividade continuada do GAL.	Fomento das actividades de ligação em rede, até agora bastante secundarizadas, quer no território de intervenção, quer na participação do GAL em diversos fóruns a nível regional, nacional e internacional.
Opinião dos membros da Parceria também positiva, embora de forma menos clara do que a dos beneficiários, o que pode	

Conclusões	Recomendações
indiciar um menor envolvimento e satisfação com a forma de concepção e implementação da EDL e com os seus resultados.	
Contudo, estes resultados mostram que, até ao momento, não se conseguiu ainda demonstrar o real valor acrescentado da abordagem LEADER na zona de intervenção da ADRAMA.	

6. Avaliação dos Contributos da EDL para a Medida LEADER/DLBC

6.1 Contributos da EDL para as Prioridades de Desenvolvimento Rural no PRODERAM 2020

No capítulo 3.2 deste relatório foi analisado o contributo potencial da implementação da EDL para as Prioridades do Desenvolvimento Rural, tendo-se concluído que este contributo é significativo, particularmente no que se refere à Prioridade 6 “Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais” e, nesta, à sua Área Foco 6B “fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais”.

Neste capítulo, recorrendo à resposta à Questão de Avaliação nº 15, será analisado o contributo real da implementação da EDL até ao momento nesta Área Foco.

Questão de Avaliação n.º 15

Em que medida apoiaram as intervenções do PDR o desenvolvimento local nas zonas rurais? (Área Foco 6B)

1. Lista de medidas que contribuem para o objectivo

Todas as operações apoiadas no âmbito da EDL da ADRAMA promovem o desenvolvimento rural, contribuindo assim para a Área Foco 6B do PRODERAM 2020.

2. Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultados

Tabela 101 - Relação entre os critérios de apreciação e os indicadores de realização e resultado – QA15

Critérios de apreciação	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
Os serviços e as infraestruturas em meio rural melhoraram	O1. Total das despesas públicas	R22/T21: Percentagem da população rural abrangida pela EDL
O acesso a serviços e a infraestruturas locais em meio rural aumentou	O3. Número de acções/operações apoiadas	
A população rural participou em acções locais	O4. Número de explorações/beneficiários apoiadas/apoiados	
A população rural beneficiou das acções locais	O15. População que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados	R23/T22: Percentagem da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados
Foram criadas oportunidades de emprego através da EDL	O18. População abrangida por GAL	
	O20. Número de projectos Leader apoiados	
A população e o território rurais abrangidos pelos GAL aumentou	O21. Número de projectos de cooperação apoiados	R24/T23: Empregos criados através de projectos (Leader) apoiados
	O22. Número e tipo de promotores de projectos	

3. Métodos utilizados

Com base no conjunto de todas as operações concluídas e com execução, foram determinados os indicadores de realização e de resultado. Esta informação foi complementada com informação primária resultante do inquérito aos beneficiários da EDL e de entrevistas com alguns dos seus principais stakeholders, bem como com outros dados relativos às operações apoiadas.

4. Valores quantitativos dos indicadores e fontes dos dados

Tabela 102 – Quantificação dos indicadores – QA15

Indicador		Valor absoluto	Fontes de dados e informações
Indicadores de realização	O1. Total das despesas públicas	351.728,51 €	Base de Dados ADRAMA
	O3. Número de acções/operações apoiadas	19	
	O4. Número de explorações/beneficiários apoiadas/ apoiados	15	
	O15. População que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados	5.996	AGRO.GES com base em dados ADRAMA
	O18. População abrangida por GAL	49.911	DREM
	O20. Número de projectos Leader apoiados	19	Base de Dados ADRAMA
	O21. Número de projectos de cooperação apoiados	0	
	O22. Número e tipo de promotores de projectos	15	
Indicadores de resultado	R22/T21: Percentagem da população rural abrangida pela EDL	100%	DREM / EDL
	R23/T22: Percentagem da população rural que beneficia de serviços/infraestruturas aperfeiçoados	12%	AGRO.GES com base em dados ADRAMA
	R24/T23: Empregos criados através de projectos (Leader) apoiados	5	Base de Dados ADRAMA

5. Resultados qualitativos

No âmbito das entrevistas efectuadas a alguns dos mais relevantes stakeholders da EDL, incluindo alguns dos seus beneficiários, ficou clara a importância que estes atribuem à abordagem LEADER como motor do desenvolvimento rural, quer no apoio ao tecido empresarial, com particular ênfase na actividade turística, quer no apoio social às populações mais necessitadas, particularmente os idosos, quer ainda na recuperação e preservação do património edificado e do património intangível (festas, feiras, tradições) da zona de intervenção. Refira-se contudo que, em geral, a apreciação dos stakeholders tem em conta uma apreciação

abrangente dos apoios do GAL ao longo do período de existência da abordagem LEADER no território, não se cingindo apenas ao presente período de programação.

O inquérito efectuado aos beneficiários da EDL, que se focou nas respostas aos critérios de apreciação, foram recebidas globalmente 22 respostas (nem todos responderam a todas as questões colocadas). Deste universo, as principais respostas obtidas foram as seguintes:

- Em 17 respostas, 71% consideraram que a oferta de serviços na zona de intervenção melhorou durante o período de implementação da EDL e 59% que a oferta de infraestruturas também melhorou. Os restantes consideraram que estas ofertas se mantiveram, não tendo havido quem considerasse que pioraram;
- Em 16 respostas, 63% consideraram que o acesso a estes serviços e infraestruturas aumentou, tendo os restantes 36% considerado que se mantiveram;
- Apenas 10 (45%) afirmam ter participado em acções de animação promovidas no âmbito da EDL, destacando-se as mostras de produtos locais (60% destes), encontros (50%), feiras (40%) e seminários (40%).

6. Problemas detectados que influenciam a validade e a fiabilidade dos resultados da avaliação

O contributo de uma determinada intervenção para o desenvolvimento de um território implica um conjunto alargado de acções apoiadas durante um período de tempo significativo.

A implementação da EDL da ADRAMA tem apenas cerca de dois anos (as primeiras candidaturas foram apresentadas em Novembro de 2016 e aprovadas em Julho de 2017 e os primeiros pagamentos ocorreram em Março de 2018), existindo apenas 19 operações com execução, das quais apenas 7 concluídas. A execução média das operações não concluídas é de 23,5% face à despesa pública aprovada, sendo a execução global das 19 operações de 930.041 €, o que corresponde a apenas a 7,8% da dotação de despesa pública da submedida 19.2.

Neste contexto, quer quanto ao número de operações, quer quanto ao período de implementação da EDL, é ainda muito prematura a aferição do seu efeito global no desenvolvimento rural da zona abrangida.

7. Resposta à questão de avaliação

Como referido no ponto anterior, o nível de implementação da EDL não permite ainda aferir do seu efeito global no desenvolvimento rural da respectiva zona de intervenção.

Os dados quantitativos são ainda relativamente incipientes – para além do reduzido número de operações apoiadas e concluídas e da baixa execução financeira, prevê-se apenas a criação de 5 empregos a tempo inteiro no âmbito destas operações, dos quais 2 na única operação concluída com criação de emprego.

Os resultados em termos de dinamização económica são assim ainda limitados e cingem-se à actividade turística, não existindo qualquer apoio até final de 2018 à diversificação de actividades nas explorações agrícolas ou à comercialização de produtos locais. Os efeitos da EDL são assim essencialmente localizados nos respectivos beneficiários, não assumindo uma dimensão mais global no território.

No que respeita a operações de apoio social, a EDL apoiou apenas duas operações, a maior das quais ainda com baixo nível de execução. Esta operação tem, contudo, uma abrangência significativa em termos populacionais, contribuindo ambas para a dinamização e ocupação da população mais idosa.

É na vertente de valorização do património rural que a EDL tem tido uma intervenção mais alargada, com 14 operações apoiadas, das quais 5 concluídas. Destas 14, 11 estão direccionadas à preservação do património imaterial (festas, festivais e outros eventos, livros e bandas musicais) que, com um custo relativamente reduzido, abrangem uma proporção muito elevada da população rural e muitas vezes constituem marcos na vida destas populações. As restantes 3 destinam-se ao apoio à reabilitação do património religioso de três paróquias, investimentos de maior dimensão e também de grande alcance em termos populacionais. Todas estas 14 operações poderão ter ainda efeitos na dinamização e diversificação do turismo local e na criação de polos de atracção que poderão dinamizar outros pequenos negócios locais. Contudo, a maioria destes efeitos são ainda difíceis de observar, sendo muitos deles previsíveis após a implementação total das respectivas operações.

8. Conclusões e recomendações

Tabela 103 – Conclusões e recomendações – QA15

Conclusões	Recomendações
Reduzido nível de implementação da EDL e pequeno período de implementação não possibilitam a existência de efeitos visíveis em termos de desenvolvimento rural.	Assegurar a realização de acções de comunicação e informação sobre a EDL e os apoios disponíveis, bem como sobre o funcionamento dos processos de candidatura e pagamento, de forma a melhorar a qualidade dos pedidos de apoio e assim aumentar e acelerar a execução.
Efeitos ainda previsionais e muito limitados em termos de desenvolvimento e diversificação económica e criação de emprego.	Fomento das actividades de ligação em rede, até agora bastante secundarizadas, quer no território de intervenção, quer na participação do GAL em diversos fóruns a nível regional, nacional e internacional.
Também reduzida implementação de investimentos em apoios sociais e recuperação de património, embora com maior abrangência.	Aposta no financiamento a projectos com maior capacidade de criação de emprego e maiores graus de inovação e manutenção da prioridade a operações criadoras de emprego, e particularmente de emprego jovem, de forma a estimular o aparecimento de candidaturas com estas características.
Maior dinâmica quanto a operações de âmbito imaterial, para preservação de tradições locais, com grande abrangência e baixo custo, embora tendo efeitos com menor sustentabilidade.	

7. Conclusões e Recomendações

7.1 Análise dos Factores de Sucesso e Insucesso da EDL

Em resultado do conjunto de análises efectuadas nos capítulos anteriores, a equipa de avaliação pode concluir que a implementação da abordagem LEADER no território de intervenção da ADRAMA, através da EDL deste GAL, ficou marcada por um conjunto de circunstâncias que importa detalhar.

Nos pontos seguintes são apresentadas estas circunstâncias e as suas consequências na implementação da EDL, de acordo com o que se entendeu serem os seus principais factores de sucesso e insucesso.

Factores de Insucesso / Pontos Fracos

A concepção e implementação da EDL ficou marcada desde o seu início, com implicações que ainda perduram, por um grande atraso, que decorreu quer da demora na definição dos regulamentos comunitários, quer na regulamentação nacional e regional, com a Portaria que regulamenta a operacionalização da medida 19.2 a ser publicada apenas em Junho de 2016.

Desta forma, as primeiras candidaturas foram recepcionadas apenas em Setembro de 2016, sujeitas a grande demora no processo de decisão, com as primeiras aprovações apenas em Julho de 2017.

Por outro lado, o igualmente importante atraso na disponibilização da ferramenta IFAP para contratação fez com que só em início de 2017 tenha havido assinatura de Termos de Aceitação e que os primeiros pagamentos tenha ocorrido em Março de 2018, naquele que seria o 5º ano do período de programação.

A esta situação, de prazos médios de análise e decisão muito longos, acresceu a inexistência de um sistema de informação para recepção, análise e decisão das candidaturas, com muitos destes processos a serem realizados em papel e com bases de dados excel, o que trouxe maior complexidade, demora e ineficiência a todo o procedimento.

Muito importante no momento de definição da EDL foi a significativa redução orçamental face ao período anterior, motivada pelos critérios de afectação da dotação LEADER. Esta situação levou à expectativa de grande adesão/procura pelos apoios da EDL que apenas se concretizou nalgumas áreas, nomeadamente nas festividades, vertente social e, com menor ênfase, no turismo.

Foi esta expectativa que, entre outras razões, motivou uma total inexistência de acções de informação/divulgação/comunicação da EDL, bem como das suas medidas e dos procedimentos necessários. Esta situação terá também contribuído para o reduzido nível de execução da EDL e, até, para uma menor qualidade das primeiras candidaturas submetidas, o que levou a uma maior taxa de não aprovações nos primeiros concursos.

Refira-se ainda que algumas tipologias de apoio não tiveram Avisos para apresentação de candidaturas, e que para outras não houve procura, o que implicou uma reprogramação financeira, com extinção de duas áreas de apoio.

Destaque-se também a existência de dificuldades de financiamento por parte dos beneficiários, particularmente dos de carácter não empresarial, que têm reduzido acesso à banca e estão muito dependentes de entidades públicas (autarquias, Governo Regional) para se financiarem na componente não comparticipada e mesmo nas verbas iniciais para arrancar com os investimentos.

Estas circunstâncias conduziram a que até final de 2018 apenas existissem 7 operações concluídas e 19 com execução, sendo que para as 12 não concluídas a taxa média de execução é de apenas 23,5%. Assim, no período em análise as taxas de compromisso e execução são muito baixas para esta fase do período de programação – somente 51,5% e 13,5%, respectivamente (a título comparativo, o PRODERAM 2020 apresenta taxas de, respectivamente 80% e 35%).

Estes números de operações e estes níveis de execução significam objectivamente que o cumprimento de objectivos e metas, físicas e financeiras, definidas inicialmente está comprometido, sendo muito difícil que se venham a atingir estas metas no final do período de programação.

Em termos sectoriais, considera-se que o contributo para desenvolvimento económico e social, criação de emprego e fixação de jovens é até ao momento muito reduzido, com pouco impacto em termos da diversificação das actividades turísticas e do fomento das produções regionais e da dinamização de negócios em meio rural, não havendo quaisquer efeitos ao nível da diversificação de actividades nas explorações agrícolas, na criação de circuitos simples de distribuição, na comercialização de produtos locais e no desenvolvimento das TIC em meio rural. O principal foco dos apoios foi essencialmente, em número de projectos, em pequenos investimentos de carácter festivo que, apesar de importantes do ponto de vista cultural, das tradições locais e até de alguma dinamização económica, são pontuais e não trazem benefícios permanentes ao território.

Desta forma, a população potencialmente beneficiada está ainda aquém dos objectivos.

Em termos de gestão do GAL, este é composto fundamentalmente por um corpo técnico de pequena dimensão, totalmente ocupado com gestão diária do GAL e das candidaturas e pedidos de pagamento, sem grande disponibilidade para inovação, animação, comunicação. Este é um dos motivos pelos quais, não ocorreu inovação ao nível da gestão e das operações apoiadas e a criação, desenvolvimento e participação em redes e trabalho de animação foram praticamente nulos.

Por último, entende-se que até final de 2018 o custo da abordagem LEADER, sem bem que relativamente reduzido para o período de 7 anos e para fazer face aos encargos com a Estrutura Técnica, é desproporcionadamente elevado face aos resultados da operacionalização da EDL até final de 2018. Este conjunto de análises leva à conclusão de que o valor acrescentado da abordagem LEADER ainda não se manifestou de forma efectiva e abrangente no território da ADRAMA.

Factores de Sucesso / Pontos Fortes

Apesar dos constrangimentos acima descritos que contribuíram para as dificuldades sentidas na implementação da EDL, esta tem tido um conjunto de contributos importantes na sua zona de intervenção. Por um lado, a grande experiência e continuidade da Estrutura Técnica, adquirida em muito tempo de trabalho na zona de intervenção ao longo dos últimos períodos de programação, é uma grande mais-valia, pelo grande conhecimento do território e dos seus agentes.

Os beneficiários reconhecem assim a significativa importância do apoio da Estrutura Técnica em todos os procedimentos de submissão e acompanhamento das candidaturas e pedidos de pagamento, com grande disponibilidade para apoiar e esclarecer em todos os momentos e uma presença próxima ao longo da implementação das operações que permite obviar a possíveis problemas e contribuir para a boa execução das operações. Tal resulta numa opinião muito positiva dos stakeholders sobre a actividade do GAL.

Os beneficiários reconhecem também a importância dos apoios da EDL no desenvolvimento dos seus projectos, muitos dos quais não se teriam realizado sem este apoio ou teriam um âmbito e escala substancialmente diferentes.

É indesmentível a grande relevância de algumas tipologias de apoio da EDL no seu território, particularmente no que se refere a apoios de carácter social, cultural e patrimonial, embora ainda com uma expressão reduzida, talvez com excepção das festividades.

Os apoios de carácter social já revelaram e poderão ainda vir a ter maior relevância na dinamização e apoio a extractos mais frágeis da população, particularmente os idosos e jovens, permitindo uma maior integração social e o desenvolvimento de actividades de ocupação de tempos livres e/ou de apoio em termos de saúde. Também o apoio à recuperação do património e à sua divulgação, com algumas operações em curso, poderá ter efeitos na dinamização do turismo e actividades económicas conexas.

Verifica-se até ao momento uma maior dinâmica da EDL quanto a operações de âmbito imaterial, para preservação de tradições locais, com grande abrangência e baixo custo, embora tendo efeitos com menor sustentabilidade.

Relativamente ao funcionamento do GAL, conclui-se que os procedimentos de gestão adoptados são fiáveis e adequados ao cumprimento dos requisitos regulamentares e que o GAL cumpre todos os requisitos da abordagem LEADER e é competente e rigoroso na aplicação das disposições comunitárias e nacionais.

7.2 Recomendações e Propostas de Adaptação da EDL

Tendo em conta o conjunto de conclusões acima expressas, a equipa de avaliação entende apresentar um conjunto de recomendações que poderão contribuir para uma melhoria da implementação da EDL e do cumprimento dos seus objectivos, nomeadamente:

- Introdução de maior celeridade nos processos de análise e decisão das operações, de forma a conseguir que estas sejam implementadas mais rapidamente;
- Aposta no financiamento a projectos com maior capacidade de criação de emprego e maiores graus de inovação, que poderão ter maior contributo para o desenvolvimento socio-económico da zona de intervenção;
- Manutenção da prioridade a operações criadoras de emprego, e particularmente de emprego jovem, de forma a estimular o aparecimento de candidaturas com estas características, fundamentais no aumento da atractividade do território;
- Procura de novas soluções de financiamento que permitam agilizar a implementação das operações e mesmo atrair novas operações dinamizadas por beneficiários com menores recursos financeiros. Por exemplo, propor junto da AG PRODERAM 2020 o recurso a reembolsos contra factura;
- Considerar a possibilidade de aligeirar o processo de decisão de candidaturas, eventualmente suprimindo a consulta ao Órgão de Gestão, já que este resulta do Conselho de Parceiros;
- Assegurar a realização de acções de comunicação e informação sobre a EDL e os apoios disponíveis, bem como sobre o funcionamento dos processos de candidatura e pagamento, de forma a melhorar a qualidade dos pedidos de apoio e assim aumentar e acelerar a execução;
- Considerar a possibilidade de contratação de um terceiro técnico, dedicado particularmente a acções de divulgação, promoção e animação da EDL ou, alternativamente, a subcontratação de uma entidade especializada neste tipo de serviço;
- Procurar maior proximidade com os agentes do território, não apenas com quem procura o GAL (o que já é feito) mas também com potenciais beneficiários que não estejam a par das possibilidades oferecidas pela EDL.
- Fomento das actividades de ligação em rede, até agora bastante secundarizadas, quer no território de intervenção, quer na participação em diversos fóruns a nível regional, nacional e internacional.